

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Victor da Silva Oliveira

**A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA DINÂMICA ECONÔMICA  
E DEMOGRÁFICA DA REGIÃO DO COREDE CENTRAL DO RIO GRANDE DO  
SUL – BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2013

Victor da Silva Oliveira

**A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA DINÂMICA ECONÔMICA  
E DEMOGRÁFICA DA REGIÃO DO COREDE CENTRAL DO RIO GRANDE DO  
SUL – BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul  
2013

Victor da Silva Oliveira

**A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA DINÂMICA ECONÔMICA  
E DEMOGRÁFICA DA REGIÃO DO COREDE CENTRAL DO RIO GRANDE DO  
SUL – BRASIL**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

*Dr<sup>a</sup>. Erica Karnopp*

Professora Orientadora – UNISC

*Dr<sup>a</sup>. Virginia Elisabeta Etges*

Professora examinadora – UNISC

*Dr. Pedro Selvino Neumann*

Professor examinador - UFSM

Santa Cruz do Sul

2013

**O48i**

**Oliveira, Victor da Silva**

A influência da produção agropecuária na dinâmica econômica e demográfica da região COREDE Central do Rio Grande do Sul - Brasil / Victor da Silva Oliveira. – 2013.

166 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2013.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Érica Karnopp.

1. Agronegócio – Rio Grande do Sul. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento econômico. I. Karnopp, Érica. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

É complexo mencionar todas as pessoas que de forma direta ou indireta foram fundamentais para conclusão deste trabalho, pois se pode cometer injustiça e deixar de citar nomes. Entretanto, assim como escrever esta dissertação foi um desafio, tentarei não ser injusto.

Agradeço a toda minha família pelo apoio e por acreditarem na minha capacidade. Avôs e avós, tios e tias, primas e cunhado, obrigado pelos momentos de alegria e espero retribuir toda confiança. Espero-lhes em Recife!

A todos os professores e funcionários do PPGDR e do Departamento de História e Geografia. À coordenadora do Programa, professora Virginia Elisabeta Etges. Aos professores Heleniza Ávila Campos e Rogério Leandro Lima da Silveira, pela experiência de participar da implementação do Observa-DR, pelo aprendizado que obtive, pelos momentos de reflexão, de desconstrução e de reconstrução do conhecimento, por terem insistido e fomentado leituras primordiais para esta etapa.

Um agradecimento especial a minha orientadora de mestrado, professora Erica Karnopp, que sempre se mostrou disponível e atenciosa quanto à minha pesquisa. Para além de uma relação acadêmica foi uma amiga que, mesmo com os obstáculos que a vida nos impõe, nunca retirou o sorriso do rosto, nos proporcionando cada vez mais vontade de pesquisar e não desanimar.

Aos amigos e colegas do mestrado e doutorado/2011, turma inesquecível, ótimos momentos de reflexão e de diversão. Saudades das quintas e sextas-feiras de 2011. Desejo sucesso e felicidade a todos!

Agradeço também o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, indispensável para a realização do curso.

Dedico e agradeço esta pesquisa especialmente aos meus pais Alcir e Elsa, a minha irmã Rochéle, e para a Alana. Vocês são responsáveis pela possibilidade de eu ter realizado o mestrado. Do fundo do coração apenas agradeço, pois é impossível reproduzir em palavras o sentimento que tenho por vocês.

## RESUMO

A história de formação do Estado do Rio Grande do Sul é marcada por uma dualidade. Num primeiro período (séc. XVIII) estabeleceu-se a grande propriedade, pouco produtiva e que tinha por objetivo a seguridade geopolítica do sul do Brasil. Diferentemente, a partir de meados do século XIX, com os colonos alemães e italianos, foi consolidada a pequena propriedade policultora, que primava pela ocupação de áreas devolutas de uma maneira distinta da realizada até então. Perspectiva histórica e material que forjou o meio rural do Estado e ainda repercute nas formas que se realizam as atividades agropecuárias e resultam em dinâmicas econômicas e demográficas distintas. Dessa forma, a presente pesquisa tem por objetivo analisar de que forma a produção agropecuária, considerando a agricultura familiar e o agronegócio, influenciou na dinâmica econômica e demográfica da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul. Para atingir tal objetivo, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca de temas estruturantes da pesquisa, como território, região e regionalização. Além disso, buscou-se na história de formação do Rio Grande do Sul, sobretudo nas fases de ocupação europeias, as bases materiais para a condição heterogênea que se encontra no meio agrário do Estado e, por extensão, no COREDE Central. A partir de uma caracterização teórica sobre as principais características e peculiaridades da agricultura familiar e do agronegócio, buscou-se em dados secundários informações que auxiliassem na determinação da prática agrícola predominante nos municípios da região, resultando em três grupos de municípios: agricultura familiar, agronegócio e agricultura familiar menos dinâmica. Essa regionalização foi base para a análise da dinâmica econômica e demográfica dos municípios. Entre os municípios da agricultura familiar, percebe-se uma especialização produtiva em uma gama superior de cultivos e criações em perspectiva aos demais municípios. Entretanto, há uma produção considerável de produtos visando o grande mercado, transparecendo a atual situação da agricultura familiar, a qual possui uma produção de gêneros alimentícios para autoconsumo e mercado local/regional, possibilitando a geração de empregos no setor secundário e terciário, além do cultivo de gêneros para o mercado nacional/internacional, com uma população que se divide entre população urbana e rural. O grupo do agronegócio mostrou-se com forte especialização na produção de soja para o mercado internacional, com uma gama de serviços - com grande contingente de população no meio urbano - que possibilita a polarização frente ao grupo da agricultura familiar menos dinâmica que, por sua vez, transfere sua produção significativa de soja para estes municípios, não havendo uma dinamização de sua economia, tendo sua população predominantemente no meio rural.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Agricultura familiar. Dinâmica econômica. Dinâmica demográfica.

## ABSTRACT

The history of formation of the State of Rio Grande do Sul fostered a division in its rural areas. For some times it established the large property, a little productive and which aimed the geopolitical security in southern Brazil. However, with the German and Italian settlers, it was a different process: it was structured the small polycultures property which aimed to occupy unoccupied lands in a distinct manner from the one previously performed. Historical and material perspective, that forged the rural areas of the state and still reverberates in the ways the agricultural activities are performed and results in distinct demographic and economic dynamics. Thus, this research aims to analyze the ways in which the agricultural production, considering the family farming and agribusiness, influenced the economic and demographic dynamics in the COREDE Central Region of Rio Grande do Sul. In order to achieve this goal, it was carried out a literature review about organizing themes of the research, as a territory, region and regionalization. Furthermore, it was sought in the formation history of Rio Grande do Sul, in particular during European occupation, the structural basis for the heterogeneous condition that is in the middle of the agrarian state and by extension in COREDE Central Region. From a theoretical characterization of the main characteristics and peculiarities of family farming and agribusiness, it was sought for information on secondary data that would help in determining the agricultural practice in the majority of municipalities in the region, resulting in three groups of municipalities: family farming, agribusiness and less dynamic family farming. This regionalization was the basis for the analysis of economic and demographic dynamics of the municipalities. Among the municipalities of family farming perceives a specialization in a superior range of crops and livestock in perspective to other municipalities, however there is a considerable production of products targeting the large market, demonstrating the current state of family farming, which has a production of food for own consumption and local market / regional - enabling the creation of jobs in the secondary sector and tertiary - and growing genres in the domestic / international with a demographic that is divided between urban and rural population. The agribusiness group showed up with strong expertise in soybean production for the international market, with a range of services - with a large proportion of the population in urban areas - and that structure enables the polarization across the less dynamic group of family farming, which turn transfers its significant production of soybeans for these municipalities, without boosting its economy, and its population mostly in rural areas.

**Keywords:** Agribusiness. Family farming. Economic dynamics. Demographic dynamics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01 - Síntese comparativa dos elementos estruturais do Agronegócio e Agricultura Familiar	87
Gráfico 01 - Valor destinado a cada ministério e total de despesas, segundo a Lei Orçamentária Anual dos anos selecionados, indexados. (ano base 2002 = 100)	90
Quadro 02 - Síntese das características selecionadas para a regionalização do COREDE Central, segundo a produção agropecuária	112
Quadro 03 - Principais produtos importados e exportados, vinculados à produção agropecuária, pelos municípios do COREDE Central, 2010	143
Gráfico 02 - Pirâmide etária dos municípios do grupo 'agricultura familiar menos dinâmica', 2000 e 2010	151
Gráfico 03 - Pirâmide etária dos municípios do grupo 'agricultura familiar', 2000 e 2010	152
Gráfico 04 - Pirâmide etária dos municípios do grupo 'agronegócio', 2000 e 2010	152



## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários do RS, 2006	60
Tabela 02 - Nº e área dos estabelecimentos agropecuários do COREDE Central, 2006	65
Tabela 03 - Valor destinado aos Ministérios e despesas segundo a Lei Orçamentária	89
Tabela 04 - Estabelecimentos agropecuárias com tratores, acesso e concentração	94
Tabela 05 - Estabelecimentos com semeadeiras/plantadeiras/acesso/ concentração	95
Tabela 06 - Estabelecimentos agropecuários com colheitadeiras, acesso e concentração	96
Tabela 07 - Nº dos estabelecimentos com e sem maquinários e/ou implementos agrícolas	97
Tabela 08 - Percentual da área total dos estabelecimentos agropecuários utilizados nos cultivos selecionados	100
Tabela 09 - Percentual da participação municipal no total da região e da região no Estado nas criações e produções selecionadas	101
Tabela 10 - Percentual da condição da direção do estabelecimento	103
Tabela 11 - Número total de empregados com parentesco com o produtor (inclusive o produtor) e o número por estabelecimento	105
Tabela 12 - Nº de empregados sem parentesco com o produtor, de estabelecimentos com empregados sem parentesco com o produtor, percentual de estabelecimentos com empregados sem parentesco com o produtor e o de empregados sem parentesco com o produtor por estabelecimento	106
Tabela 13 - Valor dos investimentos, nº de estabelecimentos que obtiveram financiamentos, média do investido por estabelecimento que obtiveram financiamentos e percentual de estabelecimentos que obtiveram financiamentos	108
Tabela 14 - Quociente locacional de produtos selecionados da agricultura permanente e temporária, triênios 1997/1998/1999 e 2007/2008/2009	127
Tabela 15 - Quociente locacional de rebanhos selecionados, triênios 1997/1998/1999 e 2007/2008/2009	129
Tabela 16 - Quociente locacional de produções animais selecionadas, ano de 1997 e triênio 2007/2008/2009	130

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do COREDE Central no Rio Grande do Sul	18
Figura 02 - Evolução da regionalização dos COREDEs/Rio Grande do Sul	32
Figura 03 - Evolução da regionalização do COREDE Central	34
Figura 04 - Número de reses abatidas entre os principais municípios produtores de charque no Rio Grande do Sul em diferentes anos	42
Figura 05 - Localização da ocupação alemã e italiana no Rio Grande do Sul frente ao relevo do Estado	51
Figura 06 - Média dos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul em 2006	57
Figura 07 - Número de estabelecimentos agropecuários estratificados por grupos de área, 2006	59
Figura 08 - Área dos estabelecimentos agropecuários em ha, estratificados por grupos de área, 2006	61
Figura 09 - Média dos estabelecimentos agropecuários do COREDE Central, 2006	63
Figura 10 - Nº de estabelecimentos agropecuários estratificados por grupos de área na região do COREDE Central, 2006	64
Figura 11 - Área dos estabelecimentos agropecuários em ha, estratificados por grupos de área no COREDE Central, 2006	66
Figura 12 - Sistema do agronegócio	70
Figura 13 - Municípios do COREDE Central segundo a produção agropecuária	113
Figura 14 - Valor adicionado bruto - agropecuária, por município do COREDE Central do RS e participação setorial na economia, 1997	116
Figura 15 - Valor adicionado bruto real - agropecuária (ano base 1997, deflator FEE), por município da região do COREDE Central do RS, 2003	117
Figura 16 - Valor adicionado bruto real - agropecuária (ano base 1997, deflator FEE), por município da região do COREDE Central do RS, 2008	118
Figura 17 - Total de pessoas com 10 anos ou mais empregadas e estratificada por setor	120
Figura 18 - Total de pessoas com dez anos ou mais empregadas e estratificada por setor	122
Figura 19 - Produtividade da lavoura de arroz (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011	132
Figura 20 - Produtividade da lavoura de feijão (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011	133
Figura 21 - Produtividade da lavoura de fumo (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011	134
Figura 22 - Produtividade da lavoura de milho (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011	135

Figura 23 - Produtividade da lavoura de soja (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011	136
Figura 24 - Produtividade da lavoura de trigo (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011	136
Figura 25 - Fluxo intraregional de produtos agropecuários da região do COREDE Central	139
Figura 26 - Fluxo inter-regional de produtos agropecuários, tendo os municípios da região do COREDE Central como origem	140
Figura 27- Fluxo inter-regional de produtos agropecuários, tendo os municípios da região do COREDE Central como destino	141
Figura 28 - Comercialização internacional dos municípios da região do COREDE Central, importação	144
Figura 29 - Comercialização internacional dos municípios da região do COREDE Central, exportação	145
Figura 30 - População total e distribuição urbano/rural dos municípios da região do COREDE Central	149
Figura 31 - População total e distribuição urbano/rural dos municípios da região do COREDE Central	150
Figura 32 - Variação populacional e fluxo migratório (2000 e 2010)	153

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ESPAÇO E TERRITÓRIO, REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO – APORTE TEÓRICO PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DA REGIÃO DO COREDE CENTRAL/RS.....	16
2.1 Espaço e território: dado e construído/usado .....	16
2.2 Região e regionalização .....	24
2.3 Conselhos Regionais de Desenvolvimento .....	29
3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	35
3.1 Fases de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul.....	38
3.2 Contexto fundiário do Estado do Rio Grande do Sul .....	55
3.2.1 As particularidades presentes no espaço agrário da região do COREDE Central/RS .....	61
4 AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR .....	68
4.1 Revisão histórica e conceitual.....	68
4.1.1 Agronegócio .....	68
4.1.2 Agricultura Familiar .....	79
4.2 A relação agronegócio/agricultura familiar no meio político do Brasil .....	85
4.3 Caracterização dos municípios por predomínio do sistema produtivo .....	91
5 A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA DINÂMICA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DA REGIÃO DO COREDE CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL.....	114
5.1 A dinâmica econômica.....	114
5.2 A dinâmica demográfica.....	148
6 CONCLUSÃO.....	155
REFERÊNCIAS .....	159

## 1 INTRODUÇÃO

O território sul-rio-grandense apresenta complexidades de diversas ordens, como social e econômica, mas, sobretudo, em seu processo de ocupação, resultado de políticas de migração adotadas pelos governos em diversos períodos. Essas peculiaridades acabam por resultar em regiões que diferenciam-se quanto a estrutura fundiária.

Concomitante a este fato, dentro das regiões há características produtivas que as dinamizam e resultam em um território regional complexo, em especial pelas relações globais que atualmente emergem e influenciam o delineamento dos espaços regionais e locais.

A perspectiva regional, não apenas como escala de representação, mas também de análise, retorna como ponto inicial para a compreensão destas complexidades que a tendência global impõe. Através do discurso conservador da globalização, como denomina Strohaecker et al (1998), em que as padronizações não se limitam apenas ao aspecto produtivo, mas estende-se a cultura, por exemplo, difunde-se que haverá a eliminação das diferenças regionais. Entretanto, o que se percebe é o retorno dos conceitos de região e território como aporte para a análise da problemática atual. Esse fato ocorre especialmente do aprofundamento das diversidades regionais causadas por investimentos pontuais, visando à reprodução do sistema vigente, como afirma Benko (1999).

Frente à dinâmica global, conceber a região como um território não homogêneo se faz necessário, especialmente para não acarretar em generalizações analíticas, ou pior, na promoção de ações políticas equivocadas. No meio agrário sul-rio-grandense como um todo, há forte incidência de duas formas de produção que materialmente se baseiam em condições agrárias e agrícolas distintas: o agronegócio e a agricultura familiar.

No meio agrário do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul (COREDE Central)<sup>1</sup> encontram-se ambas as formas de produção. Fato este que decorre, em parte, da formação histórica do Estado e, por extensão, da região, a qual é marcada por duas fases de ocupação. Uma primeira (século XVIII) com grande fluxo de migrantes luso-espanhóis que ocuparam vastas áreas devolutas, tendo em vista não essencialmente a produção, mas, sim, uma ação geopolítica de defesa do território e ocupação. A segunda, (século XIX) com a migração de alemães e italianos, respectivamente, para o sul do Brasil, visando uma maneira distinta de ocupação da primeira fase, tendo por objetivo a

---

<sup>1</sup> Formado pelos seguintes municípios: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã.

produção de gêneros alimentícios em pequena escala<sup>2</sup>, com predomínio de mão de obra familiar.

Dessas duas realidades do meio agrário da região decorrem díspares relações econômicas, pois cada uma dessas formas de produção exige necessidades particulares vinculadas ao capital, assim como resultam em diferentes resultados socioeconômicos. Da mesma forma, a dinâmica demográfica dos municípios é tecida por estas relações de exigência ou expurgo de mão de obra direta no meio rural. Ou seja, não se trata apenas da estrutura fundiária distinta, mas, sim, toda a produção agropecuária<sup>3</sup>.

O agronegócio e a agricultura familiar, marcadamente presentes na região do COREDE Central, constituem-se em duas formas de produção no meio rural, que são tratados de forma dicotômica no meio científico e político, no caso do Brasil, justamente pelas suas inúmeras diferenças e em determinados aspectos antagônicos.

Contudo, há de se analisar a coexistência de ambos no meio rural, como propõe Elesbão (2007), ao afirmar haver a possibilidade de contemplar essas duas formas de ocupação e o uso do meio agrário, pois há necessidade de compreender a importância que cada uma possui na economia, sendo que determinadas atividades têm maior possibilidade de serem realizadas com êxito e de forma continuada pelo agronegócio, e outras pela agricultura familiar.

Considerando essas exposições, se faz necessária uma reflexão sobre a relação entre região, em uma perspectiva de desenvolvimento, e meio agrário, da mesma forma que a consideração da dinâmica econômica e demográfica resultante dessa relação. Esta pesquisa, portanto, propor-se-á analisar de que forma a produção agropecuária, considerando a agricultura familiar e o agronegócio, influenciou na dinâmica econômica e demográfica da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul.

Realizando a pesquisa em uma perspectiva materialista-histórica, uma revisão histórica acerca da problemática foi necessária. Por intermédio da história, organizam-se os fatos e busca-se a compreensão para um determinado problema da realidade, em especial quando a própria condição material está relacionada com a formação histórica, como no meio agrário do COREDE Central, em que a estrutura fundiária, um dos aspectos que caracterizam

---

<sup>2</sup> Anteriormente, portugueses açorianos migraram para o Estado com a finalidade de produção alimentícia em pequenas propriedades, porém, não ocuparam a região em questão (Fortes, 1978).

<sup>3</sup> Conceito que, segundo Silva (1993), não contempla apenas o aspecto fundiário, mas também as diversas relações ligadas à produção, como, mão de obra, fluxos em geral. Este aspecto será discutido no decorrer desta pesquisa.

a agricultura familiar e o agronegócio, é herdada do período de ocupação do espaço sul-riograndense.

Para contemplar a análise da dinâmica econômica e demográfica dos municípios da região segundo a produção agropecuária, foi necessário caracterizar os municípios segundo a forma de produção no meio rural, agronegócio e agricultura familiar, uma vez que, a partir dessa regionalização, pode-se conceber a subdivisão da região quanto à produção agropecuária e compreender as relações existentes em cada grupo de municípios.

Para realização dessa regionalização e de outras etapas desta pesquisa, utilizou-se o que Günther (2006) denomina de pesquisa qualitativa, que faz uso de dados quantitativos para compreensão da realidade.

A pesquisa debruçou-se em uma revisão bibliográfica que teve por finalidade fundamentar a discussão em torno de dois conceitos-chave: agronegócio e agricultura familiar. A partir da reflexão teórica, elencaram-se as características principais de ambas as formas de produção no meio rural e vincularam-se essas a dados secundários disponíveis, para assim classificar os municípios da região do COREDE Central partindo do meio rural. Neste sentido, as técnicas quantitativas acrescentaram na classificação dos municípios da região de acordo com a forma de produção predominante.

Posterior à caracterização dos municípios segundo a produção agropecuária, um mapeamento da região foi confeccionado apresentando a espacialização da produção agropecuária. Com esta informação, foram analisados os dados econômicos e demográficos, vinculados à produção agropecuária de cada grupo de municípios que foram apresentados em forma de tabelas, quadros e mapas.

A obtenção de análises sobre a na região do COREDE Central justifica-se, na medida em que a economia e a dinâmica demográfica são regidas, em parte, pela produção agropecuária, se não diretamente, como nos municípios que possuem economia majoritariamente ligada ao setor, indiretamente, com serviços e produção industrial mantidos em função da produção agropecuária. Além disso, há Santa Maria, município polo que atrai renda oriunda dos municípios do seu entorno que buscam o centro urbano à procura de serviços e/ou produtos especializados, ou seja, Santa Maria apropria-se da renda produzida no meio rural dos municípios do COREDE Central<sup>4</sup>.

Portanto, uma reflexão de como se realiza a produção agropecuária do COREDE Central, não apenas quanto à maneira que se produz - agronegócio e agricultura familiar -,

---

<sup>4</sup> Não apenas da região, como afirma COREDE Central (2010). Santa Maria é polo de todo Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, conhecido como Metade Sul.

mas também considerando as repercussões na economia e na demografia da região, esta pesquisa baseou-se na dinâmica regional como um todo, indo além da produção em si, abrangendo um escopo analítico, oriundo da ciência regional, no campo teórico/empírico.

Para contemplar os objetivos que o trabalho se propôs, uma discussão inicial acerca de conceitos que serviram de base na pesquisa foi realizada. O capítulo segundo da pesquisa foi destinado a uma reflexão teórica em diversos autores que tem por objeto de estudo os conceitos de território, região e regionalização, essenciais para a compreensão da ciência regional, assim como no auxílio da análise crítica do espaço geográfico. Também foi apresentada uma breve história da formação e das regionalizações dos COREDEs no Rio Grande do Sul e, sobretudo, o do COREDE Central.

O capítulo três apresenta um resgate do processo de formação do território rio-grandense, em que se buscou evidenciar as fases de ocupação que acabaram por delinear a atual estrutura agrária do Estado e, por extensão, do COREDE Central. Foi atribuída maior ênfase aos processos que inferiram repercussões na agropecuária. Foi apresentada também uma apreciação das diferenças materiais do meio agrário da região como fruto do processo histórico, o qual influenciou em regionalizações do Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo foram abordados essencialmente as duas formas de produção agropecuária presentes na região do COREDE Central: o agronegócio e a agricultura familiar. Um breve resgate da formulação de ambos é apresentado, suas principais características e as peculiaridades no campo político, apresentando os caminhos seguidos pela política nacional frente ao agronegócio e a agricultura familiar. A partir dessas informações teóricas, assim como nos dados quantitativos, determinou-se a forma de produção predominante em cada município.

Tendo como base a regionalização realizada na seção anterior e nas revisões teóricas iniciais, no quinto capítulo foi realizada a análise da dinâmica econômica e demográfica da região do COREDE Central, por intermédio de indicadores que são influenciados pelo processo produtivo do meio rural. A reflexão faz uso da cartografia para espacialização de determinado fenômeno, assim como para a representação dos fluxos que presentes na região.

Por fim, considerações são apresentadas, oriundas dos resultados obtidos nos capítulos anteriores e das indagações que levaram à realização desta pesquisa.



## **2 ESPAÇO E TERRITÓRIO, REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO – APORTE TEÓRICO PARA A COMPREENSÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DA REGIÃO DO COREDE CENTRAL/RS**

### **2.1 Espaço e território: dado e construído/usado**

Em uma perspectiva atual do sistema capitalista, em que a padronização dos territórios por intermédio, principalmente, da mundialização de meios de produção, do consumo e de padrões culturais, pode-se, em uma análise superficial, conceber que as diferenciações dos espaços venham a sucumbir no decorrer do tempo, como afirma Benko (1999).

Neste sentido, Santos (1999) afirma que, especialmente pela unificação dos meios de produção que se simplificam em termos quantitativos<sup>5</sup>, na atualidade a história que antes ocorria em escala regional e local, passa a ser uma história única, uma história global.

O caso clássico que apresenta a capacidade de padronização imposta a partir de um meio de produção único, assim como carrega consigo conotações discutíveis de desenvolvimento e de qualidade de vida impostas à sociedade, a acumulação fordista, difundida a partir do método fabril, criado por Henry Ford, nos Estados Unidos.

Segundo Harvey (1992), o fordismo difundiu uma territorialização baseada em si própria, em que o desenvolvimento era sinônimo de industrialização/urbanização, introduzindo na sociedade necessidades antes ausente, modificando-a socioeconomicamente.

As principais características implantadas nesta etapa do capitalismo, além da produção em massa, foram as de cunho sócio territorial. A necessidade material, difundida como meio único para a qualidade de vida, norteou a sociedade para um consumismo desenfreado, o qual garantia a reprodução e demanda para a grande quantidade de produtos manufaturados produzidos na época, entre as décadas de 1910 e 1970.

Territorialmente, o fordismo expandiu-se pelo globo, buscando homogeneizar a produção mundial. Impôs um regime de dependência entre países centrais, exportadores de produtos industrializados e importadores de matéria-prima, e periféricos exportadores de matéria-prima e importadores de produtos manufaturados, expondo a divisão internacional do trabalho do período.

A aproximação propiciada pelas novas técnicas de comunicação e transporte corroborou o processo de expansão do fordismo. Sene (2003) destaca haver uma

---

<sup>5</sup> Segundo o autor, a história do homem transcorre paralelamente a uma diminuição dos meios de produção, que tende a ser único.

generalização da percepção de que o mundo está diminuindo, de maneira que o tempo se contrai, as distâncias são encurtadas e a inserção de preceitos globais em espaços locais torna-se possível.

Havendo condições materiais de determinar regras e ações em distintos locais de uma forma vertical, como analisa Santos (1997), as decisões que repercutem em uma escala regional são tomadas por empresas multinacionais, por exemplo, a grandes distâncias, de maneira que se perde a autonomia decisória e, além disso, padronizações sociais, políticas, produtivas e culturais são auferidas em nível territorial.

Entretanto, é contraditoriamente do avanço da ‘homogeneização’ mundial que se reafirmam as diferenças entre os espaços. Strohaecker (1998) relata que essas diferenças são fruto principalmente da intensidade e da finalidade em que o processo de internacionalização da economia penetra em distintos espaços, sendo que em alguns há uma transformação profunda, modificando bruscamente a conjuntura tradicional. Enquanto outros não são contemplados em grande magnitude, ou então a estes são delegadas atividades pouco intensivas em capital, ficando assim à margem do contexto global.

Santos (1999) afirma que, apesar de haver uma padronização especialmente no aspecto produtivo, as diferenças e rupturas no espaço não apenas continuam a acontecer como se acentuam. O autor analisa a influência do Estado nesse processo. Os capitais financeiros ou as próprias empresas internacionais se instalam nos territórios nacionais de acordo com as suas expectativas de lucro. As diferenças na forma em que estes se materializam e/ou especulam é regida pelo Estado<sup>6</sup>.

As distâncias, que Sene (2003) afirma serem diminuídas, é um fato propiciado com a maximização da capacidade de circulação de capital, pessoas e mercadorias, de maneira que a circulação muitas vezes se sobrepõe à produção. Contudo, essa circulação é limitada qualitativa e quantitativamente. Não são todas as pessoas que têm acesso aos benefícios propiciados pela melhoria estrutural. Basicamente, apenas grandes empresas nacionais e internacionais utilizam de forma integral a capacidade posta. A grande massa populacional pouco tem acesso ou utiliza serviços limitados. Da mesma forma, a circulação de pessoas é restrita, especialmente de pessoas oriundas de países subdesenvolvidos que pretendem migrar para as nações desenvolvidas.

Considerando que essa diversidade territorial surge no bojo do sistema capitalista, Goldenstein e Seabra (1982) afirmam que este processo se faz necessário para a reprodução

---

<sup>6</sup> Os textos de Santos (1999) convidam a refletir sobre quem é o Estado? Se ele realmente representa a sua sociedade ou apenas uma fração desta. Da mesma maneira, pode-se questionar qual é o real ‘papel’ do Estado.

do sistema, uma vez que criam especialidades territoriais e garantem a pertinência de uma configuração global em redes.

Tendo em vista o objeto de análise desta pesquisa, a dinâmica econômica e demográfica da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul, localizado na figura 01, a seguir, segundo a forma de produção no meio rural dos municípios, compreende que as relações globais influenciam na forma como se produz na região, especialmente se for considerado o agronegócio, que possui fortes relações com o mercado global e com os meios de produção apresentados por este.



Figura 01: Localização do COREDE Central no Rio Grande do Sul.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação de Economia e Estatística (FEE). Adaptado pelo autor.

Percebe-se, a partir da reflexão realizada anteriormente, que um território não se consolida apenas por forças horizontais, mas verticais que não podem ser desconsideradas. Refletir sobre o conceito de território, portanto, se faz necessário.

O conceito de território é precedido de uma discussão sobre espaço, visto as características e diferenças entre ambos. A definição do conceito de espaço se torna complexa, devido as distintas conotações atreladas ao termo, as quais vão de uma perspectiva

natural até as socioeconômicas, que englobam também as relações sociais, culturais e econômicas. Estas não apenas de ordem local, mas também com toda a gama de influências dos processos globais já discutidos.

Na análise que realiza sobre a relação do poder com a Geografia, Raffestin (1993) trabalha com uma conotação de espaço vinculado ao patrimônio natural de determinada região, excluindo do escopo conceitual as relações socioeconômicas, vinculando estas ao território.

Entretanto, uma parcela significativa dos pesquisadores que se debruçam na análise territorial considera o espaço de uma forma mais complexa. Afirmando a necessidade de se considerar a categoria como espaço, quando se pretende realizar uma análise regional, Carleial et al (1993, p. 44) destacam que:

[...] esta incorporação pressupõe necessariamente o entendimento de um espaço social construído pelo homem através do trabalho, cujo resultado se diferencia historicamente e geograficamente, explicitando as diferenças dos processos de desenvolvimento específicos decorrentes das diferenças no movimento do capital.

Na afirmação dos autores, podem-se perceber claramente as diferenças frente ao autor anterior. Para Carleial et al (1993), o espaço é algo construído a partir do trabalho. As diferenças entre espaços decorrem de aspectos históricos e geográficos, ou seja, há um escopo de variáveis muito superiores ao natural na concepção apresentada pelos autores.

Não apenas corrobora com esta perspectiva, mas também aprofunda o entendimento por espaço, apresentando o conceito de espaço geográfico. Santos (1997 e 1982) concebe como elemento formador do espaço todas as relações exógenas a ele que o moldam de uma forma direta ou indireta, em uma relação dialética dos aspectos locais e globais.

Para Santos (1982), o espaço deve ultrapassar as questões naturais e contemplar também a problemática social, sendo que os aspectos naturais do conceito devem considerar as mudanças já realizadas, uma natureza transformada.

Na busca de uma formulação do objeto de estudo que abrange a ciência geográfica, Santos (1997, p. 63) destaca o espaço geográfico “[...] como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto”. O autor propõe o espaço geográfico como um conceito<sup>7</sup>, resumo das inúmeras frentes que a Geografia e a ciência abrangem. Essa concepção de espaço possuiu um alto grau de complexidade, pois, ao englobar as relações socioeconômicas, não apenas as relações provenientes do próprio espaço estão sendo

---

<sup>7</sup> Apesar disso, Santos (1997) afirma que nunca se deve determinar apenas um conceito como objeto de estudo da geografia. Contudo, o espaço geográfico é mais próximo de todas as frentes que a ciência propõem-se a analisar.

consideradas, assim como todas as relações globais e suas repercussões estão contidas nesse conceito.

Essa concepção de espaço geográfico de certa forma se aproxima com a de território. Entretanto, algumas peculiaridades existem e devem ser analisadas, como propõe Andrade (1995), ao afirmar que se deve ter cuidado para não confundir os conceitos de território e espaço, sendo que, principalmente, as ideias de domínio e gestão são fontes da distinção conceitual.

Com o avanço das relações verticais no final do século XX e início do XXI, algumas análises trabalham com a probabilidade real de fim da Geografia e da História. Essa proposição ganhou força especialmente após a publicação ‘O fim da história e o último homem’, de Fukuyama (1992), que abordou o atual estágio global como preponderante, sendo ponto de chegada, o fim da história.

Costa (2002) considera a proposição especialmente pela aproximação territorial possibilitada pelas redes utilizadas em sua totalidade pelas grandes corporações e acessíveis para a minoria da população que possui condições financeiras. A partir destas redes técnicas, difunde-se a superação das identidades territoriais, do controle sobre o espaço geográfico e, por extensão, a superação do território.

Contudo, o próprio autor relata que, paralelamente a minoria que possui acesso às redes que colocam em xeque conceitos básicos de várias ciências, ocorrem fenômenos de localismos, regionalismos e/ou nacionalismos, liderados pelas minorias que não se inserem no processo ou ainda o negam, fortalecendo a pertinência atual da discussão territorial e da reflexão sobre o conceito que se torna mais complexo, devido as inúmeras frentes que se manifestam neste.

A origem do conceito de território auxilia na compreensão sobre sua definição, do mesmo modo que propicia analisar discussão atual sobre o tema. O termo território tem sua consolidação baseado na aproximação entre espaço, Estado e poder, realizado, segundo Becker (2006), pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844 – 1904).

A teoria do espaço vital, introduzida por Ratzel se refere ao nivelamento entre as necessidades de uma sociedade e os recursos disponíveis, em que o Estado, como ente de defesa e legitimação, delimita o território, resultando na união da sociedade que ali reside.

Nota-se claramente nas premissas de Ratzel sobre a relação Estado/território, que o Estado só existe se, *a priori*, um território comum existir. Neste sentido, analisando a obra de Ratzel, Costa (1992, p. 35) afirma que:

O autor reconhece a importância da vontade política dos povos para organizar-se sob a forma estatal, mas lembra que não bastam laços comuns (culturais, linguísticos, etc.), se esses povos não incorporarem à sua luta a dimensão territorial, ou seja, a busca também de um território comum.

Tendo em vista as proposições iniciais que consolidaram o conceito, percebe-se a principal razão pela qual não se deve considerar superada a noção de território. Considerando que o Estado não se estrutura apenas nos laços sociais e culturais comuns, mas também em um território e no atual estágio global, apesar de contraditório, o Estado-nação apresenta-se cada vez mais fortificado<sup>8</sup>. Portanto, o território frente à posição do Estado-nação em uma perspectiva socioeconômica à nível global, manifesta-se como um elemento à ser considerado nas análises.

Não há como falar de Estado-nação sem se considerar o poder. Neste âmbito, as contribuições de Raffestin (1993) referem-se ao território como sendo produto dos atores sociais, do Estado e das organizações, formado por malhas, nós e redes de interligação. Dessa forma, as concepções de território e poder estão muito próximos, pois o poder expressa-se pela capacidade de ação dos atores no território, transformando-o e usando-o ao interesse dos habitantes do território, gerando territorialidades.

Desse modo, a conotação de território usada pelo autor difere de espaço. Para Raffestin (1993, p. 143):

[...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si.

Espaço e território, para o autor, contemplam aspectos distintos, entretanto, um compõe o outro. O território está contido no espaço que é dado. As transformações decorrentes de relações de poder, de trabalho, de relações econômicas, entre outras, criam as chamadas territorialidades. Estas se referem às estratégias e políticas usadas pelos atores para manutenção das relações de poder no território, de forma que buscam maior autonomia frente a poderes externos, resultando na diferenciação territorial.

Theis (2008) chama atenção para as relações de poder vinculadas ao território. Assim como Raffestin abordava o conceito, Theis alega que, apesar das discordâncias entre inúmeros autores que pensam o território, um ponto aparece como evidente em todas as formulações, a compreensão das relações de poder sendo vinculadas a um espaço. Pontualmente, Theis

---

<sup>8</sup> Santos (1999) afirma que o Estado-nação atualmente se apresenta como vetor de diferenciação territorial, uma vez que estes regulamentam de maneiras distintas como o capital – essencialmente o internacional e as elites nacionais – materializa-se no espaço.

(2008, p. 13) afirma que “[...] território é, inquestionavelmente; a política no espaço!”, evidenciando, assim, as relações de poder que englobam o território. Entretanto, o próprio autor afirma que há outros atributos, além do político, que são vinculados ao conceito.

Apesar do que afirma Theis, Ribeiro e Milano (2008) chamam a atenção para a literatura contemporânea que aborda, na concepção dos autores, de forma equivocada o território, não como ambiente de disputa, de contradições, mas simplificadamente como um espaço inerte, dado.

Infelizmente, em parte ponderável da literatura contemporânea, o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamentos/ movimentos. (RIBEIRO e MILANO, 2008, p. 12).

Ainda de acordo com Ribeiro e Milano (2008, p. 12),

[...] a abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macro decisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

Nessa concepção, os autores propõem uma visão mais ampla e dinâmica do território, não estático e essencialmente como aporte para o grande capital. São consideradas as influências globais na construção do território<sup>9</sup>, porém, somam-se a estas forças as horizontalidades e as representatividades sociais e culturais que se fazem a partir ‘de baixo’, do próprio território.

Traçando considerações que corroboram com a perspectiva horizontal do território, Santos e Silveira (2001) acrescentam a importância da história na concepção do conceito, não apenas como elemento para análise, mas esta sendo manifestada nos objetos e nas ações do presente. Para os autores, o território é composto pelos sistemas naturais e pelos objetos técnicos e culturais estabelecidos pela formação histórica do espaço, sendo que as diferenças entre territórios se fazem justamente quanto à densidade de objetos e movimentos em cada ambiente.

Em uma abordagem marxista, concebendo o materialismo histórico e dialético, Santos e Silveira (2001, p. 45) detalham a concepção de território:

---

<sup>9</sup> Como também analisam Santos e Silveira (2001, p. 259), as desigualdades territoriais do presente têm como fundamentos um número de variáveis bem mais vasto, cuja combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação, ou seja, as diferenças se fazem da relação dialética entre global e local (regional), que devido as inúmeras frentes que influenciam e são influenciadas, torna-se complexa a análise.

[...] i) privilegia sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico, ii) está historicamente situada e iii) define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente racional<sup>10</sup>.

Considerando a história local, as estruturas de poder do Estado e de produção como fator preponderante na construção do território, Bernard Pecqueur (2000) apresenta a distinção entre dois conceitos: a) o primeiro refere-se a um ‘território dado’ definido a partir decisões político-administrativas, em que a delimitação ocorre em função pré-definida para ações de políticas de desenvolvimento, ou seja, é definida verticalmente; e b) o ‘território construído’ reúne, em um mesmo espaço geográfico, atores sociais que possuem um sentimento de pertencimento para com o território assim como uma identidade construída coletivamente. Como consequência, a diferenciação ocorre a partir de fronteiras territoriais<sup>11</sup> entre tais grupos, os quais têm íntima relação com a formação histórico-cultural.

As premissas de Santos (2000) inserem na discussão conceitual o ‘território usado’, sendo resultado do processo histórico e da base material das ações sociais em que estão contidas empresas, instituições, a sociedade em si, assim como seus movimentos. O autor considera que esta é a maneira adequada para abordar o território em nível de planejamento e de políticas, pois assim irá se considerar a complexidade e os conflitos existentes na sociedade atual.

Tendo em vista o objeto de pesquisa que esta dissertação está analisando, abordar o território como um espaço ‘construído’ (espaço geográfico) e/ou ‘usado’ parece mais apropriado, uma vez que a definição da forma que se produz no meio rural da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul, as formas de produção e as relações que decorrem delas, são frutos tanto do processo de ocupação do Estado, como resultam em distintas afirmações do sujeito com o meio, em especial no aspecto produtivo. Andrade (1995) percebe, em sua análise sobre a questão territorial no Brasil, o território como produto da história local/regional, que acaba por criar uma consciência de pertencimento, participação e confraternização entre os agentes territoriais.

Numa perspectiva econômica da problemática trabalhada, Pecqueur (2009) contribui, a partir de alguns preceitos da acumulação flexível<sup>12</sup>, acrescentando importantes

<sup>10</sup> No caso do objeto de estudo que esta pesquisa está analisando: a) a dimensão material define-se pela forma de produção no meio agrário, agricultura familiar ou agronegócio; b) processo de formação do espaço agrário do COREDE Central do Rio Grande do Sul; e c) a dinâmica econômica e demográfica resultante da produção agropecuária.

<sup>11</sup> Esse pensamento pode ser percebido também em Costa (1988) ao analisar a construção da identidade fronteiriça no oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Identidade esta muito atrelada ao latifúndio e as relações de fronteira.

<sup>12</sup> Ver Harvey (1992)



considerações. O autor cita a qualificação do produto, uma economia norteada pela diferenciação do produto, agregando-lhe valor de forma que a concorrência não se dê por conta exclusivamente por preços ou custos de produção – vantagem comparativa Ricardiana<sup>13</sup>, mas pela sua customização.

Entretanto, a grande contribuição do autor está no conceito de ‘economia geográfica’. Essa concepção relaciona determinado produto ao seu território, sendo que, garantir a diferenciação da mercadoria a partir do território, seja em âmbito cultural, ambiental ou propriamente em uma forma particular de produção, garante sua especificidade, visto que, mesmo com os anseios homogeneizadores do capital internacional, não há territórios iguais.

## **2.2 Região e regionalização**

Com as relações territoriais sendo tecidas a partir do território, e com influência das relações globais, a região enquanto escala de análise e ação, novamente inclui-se no escopo de estudos de economistas, geógrafos, sociólogos, historiadores, enfim.

Justamente destas preocupações teórico-práticas, Breitbach (1988) cita a importância da região como conceito, na elaboração de teorias, objeto de trabalho e especialmente em atividades de planejamento. Além disso, a autora expõe os mais frequentes usos do termo, sendo utilizados para definir áreas de atividades produtivas, relações de produção e áreas com características geográficas distintas.

Para uma compreensão mais apurada sobre região e para abranger os caminhos e os descaminhos que contemplam o conceito, um resgate na sua formulação apresenta informações para uma interpretação apurada. De acordo com Becker (2006), o conceito de região foi introduzido pelo geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, em 1888. Esta advinha essencialmente das relações naturais, sendo que o limite da região se dava por tais condições como vegetação, clima, geologia, enfim.

Posteriormente, o próprio La Blache propôs reformulações no seu conceito de região natural e considerou as relações homem-meio e também aspectos econômicos na definição de suas fronteiras. Na transformação do pensamento geográfico, em diferentes momentos influenciados por correntes epistemológicas distintas, a região também se distinguiu.

---

<sup>13</sup> Ver Napoleoni (1978).

A partir dos 4 (quatro) principais momentos do pensamento geográfico, abordados por Corrêa (1997 e 2000) e Bezzi (2004), pode-se analisar as transformações no conceito de região:

a) Determinismo ambiental: a região é tida numa perspectiva natural, sendo que é entendida, segundo Corrêa (2000, p. 23), “[...] como uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza”. Essa compreensão sobre região atualmente pouco é utilizada, especialmente se forem consideradas as regionalizações de planejamento e/ou ação<sup>14</sup>.

b) Possibilíssimo geográfico: a relação homem x natureza permanece como ponto fundamental para definição da região, tendo o homem como elemento ativo. Bezzi (2004, p.65) afirma que nessa perspectiva, “[...] a região seria um espaço em que as características naturais e culturais (...) se interpenetram de tal forma, como resultado de uma evolução histórica”.

c) Nova Geografia: período em que a ciência geográfica como um todo foi marcado pelo positivismo. Não obstante, a região também foi definida a partir de preceitos epistemológicos do positivismo. Corrêa (2000, p. 32) define a região, nesse contexto, como “[...] um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares”.

d) Geografia crítica: período em que o pensamento marxista norteia as definições geográficas. O conceito de região é concebido de diferentes formas por autores marxistas. Lipietz (1988), apesar de não se preocupar fundamentalmente em definir região, percebe-se em uma obra a sua compreensão. Para o autor, as regiões se estabelecem da articulação dos meios de produção e do espaço, em que as particularidades dos aspectos sociais forjam as diferenças.

Benko (1999) adverte sobre a inserção da ciência regional na economia e agrupa o escopo de temas pertinentes à região em quatro famílias: primeiro, a localização das atividades econômicas atreladas à organização dos sistemas produtivos; segundo, a organização e a estruturação do espaço; terceiro, as interações espaciais, fluxos inter-regionais; e quarto, o desenvolvimento regional.

---

<sup>14</sup> Contudo, há projetos que se utilizam da vertente natural para definir região, como, por exemplo, os comitês de micro bacias hidrográficas. A definição vai além das condições naturais, contudo, também faz uso desses preceitos.

Desde os primórdios da formulação do conceito de região natural na geografia e posterior abertura no escopo que a define, perpassando por aspectos produtivos e tornando-se elemento de estudo para outras ciências, como a economia, a região possui muitas concepções, como afirma Costa (2010).

Considerando estas diversas concepções e somando-as com as atuais relações globais que formam o espaço regional, percebe-se que a escala regional não é superada, como afirmam Santos (1997) e Corrêa (1997). Segundo os autores, a região passa por um período de redimensionamento frente ao capital global, em que esta se redefine a partir da materialização de relações sociais e culturais regidas pelo sistema produtivo vigente que, em sua essência, é fonte de desigualdades territoriais e sociais<sup>15</sup>.

Como fruto da influência global no espaço regional, a região não desaparece, porém, torna-se muito complexa. Santos (1997, p. 197) relata que “[...] a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem”. Isso, segundo o autor, ocorre especialmente pelo fato desta sofrer constantes transformações que, de certo modo, acompanha a volatilidade do capital financeiro e produtivo. Diante disso, percebe-se a causa da dificuldade em definir - na teoria e na prática - a região.

Entretanto, percebendo todos os conceitos e fundamentos epistemológicos que fundamentam o conceito, em determinado período e para distintos usos, nota-se a conotação de diferenciação territorial. Em outras palavras, se emergem conceitos para região que se fundamentam na diferenciação. Pode-se afirmar que é falaciosa a padronização do mundo<sup>16</sup>, o que se vê é cada vez mais as regiões se diferenciarem e buscarem um desenvolvimento a partir de peculiaridades, sejam elas culturais, forma única de produção, enfim.

Há, porém, a necessidade de estabelecer distinção entre dois elementos que *a priori* formulam a região: a singularidade e a particularidade. Carlos (1999), ao realizar uma análise dos fundamentos que introduziram o conceito, vincula a região natural de *La Blache* ao princípio da singularidade dos lugares.

Contudo, Corrêa (1997) refere-se à singularidade vinculando-a ao conceito de lugar. Em contrapartida, a particularidade, mediação entre o universal (global) e o singular (lugar), encontra-se mais próximo à região em uma concepção crítica:

A particularidade traduz-se, no plano espacial, na região. Esta resulta de processos universais que assumiram especificidades espaciais através da combinação dos

<sup>15</sup> Nota-se na reflexão dos autores a sua aproximação com a geografia crítica que, por extensão, percebe-se também na sua compreensão de região.

<sup>16</sup> Não há como negar determinado nível de padronização, em especial no aspecto produtivo, em que, segundo Santos (1999), as técnicas de produção tendem a tornarem-se únicos.

processos de inércia, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de difusão que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação e em seus limites espaciais impostas por barreiras naturais ou socialmente criadas. (CORRÊA, 1997, p. 192).

Não apenas a percepção da particularidade que define a região está contida no fragmento acima, mas explicita também a história da região como elemento fundamental na construção do seu território. Carlos (1999) corrobora mencionando que, na geografia marxista ou crítica, a relação homem/meio e homem/homem se faz essencialmente das próprias relações sociais e na história. Desse modo, resgatar a gênese dos processos visando evidenciar elementos que traçam as problemáticas atuais é um caminho a ser trilhado pelo pesquisador que tem a região como escala de análise.

Carleial et al (1993), ainda na perspectiva do materialismo histórico e dialético, acrescenta que a definição da região, - além da relação da particularidade -, se faz também no movimento do capital. Dessa constatação se torna necessário traçar dois comentários: a) o que define a região pode não estar na região, mas, sim, no movimento global do grande capital internacional; e b) considerando que o capital não se movimenta de forma uniforme no território, diferenças regionais tendem cada vez mais a se acentuar, no aspecto produtivo e social<sup>17</sup>.

Castro et al (2009, p. 66) abordam estes aspectos, vinculando a região aos conceitos da economia política marxista. Os autores afirmam que:

[...] cada modo de produção apresenta, pois, um conjunto de formações socioeconômicas com aspectos particulares, com evoluções diversas, mas que possuem um comum as características que dão unidade ao modo de produção. Cada uma destas unidades deve, pois organizar seu espaço de uma maneira própria, sendo esta a base de uma regionalização, ou do princípio de diferenciação do espaço em cada diferente momento histórico.

A região, na concepção marxista como esta pesquisa esta abordando, portanto, é apreendida, em síntese, como resultado de quatro principais elementos: a) o movimento do capital; b) dos meios de produção e sua espacialização; c) a história regional; e d) a dialética global/local. Esses pontos possuem inter-relação entre si, não havendo alocação de capital hegemônico, na forma de meios de produção, por exemplo, em territórios desprovidos de

---

<sup>17</sup> Não se defende a eliminação das diferenças regionais. Estas permanecem – em especial por ser fruto do próprio sistema capitalista - e devem ser valorizadas, como, por exemplo, as peculiaridades culturais e históricas. Contudo, a segregação social causada pelo movimento do capital é um desafio, sendo esta objeto de ações visando a diminuição das desigualdades.

condições para sua reprodução, gerando, assim, rupturas entre locais com aplicação de recursos<sup>18</sup> e outros não.

Considerando os aspectos mencionados como formadores da região, o processo de regionalizar<sup>19</sup> apresenta determinados caminhos. Um destes é apresentado por Corrêa (1997), visto a acepção de uma região junto à geografia crítica, que considera as relações de trabalho e de produção em sua definição. Segundo o Corrêa (1997, p. 186), a região pode ser definida como “[...] um conjunto de classe de área, como os municípios, que apresenta grande uniformidade interna e grande diferença face a outros municípios”. Considerando uma região de planejamento, o COREDE Central, foi proposta uma divisão entre municípios que produzem no meio rural, essencialmente através do agronegócio, e outros pela agricultura familiar, considerando também o seu processo de formação que, em partes, forjou o espaço regional da atualidade. Ou seja, a regionalização do COREDE Central não está em acordo com a discussão de região apresentada por Corrêa, uma vez que possui heterogeneidades internas oriundas dos quatro elementos anteriormente citados, em especial, da história de formação do território sul-rio-grandense.

Porém, sobre a uniformidade interna e diferença frente a outros municípios, algumas considerações devem ser realizadas para evitar generalizações. Carleial et al (1993) relatam a importância da compreensão de como a região se define e se organiza internamente, especialmente considerando as relações consigo mesmo, com outras regiões e com o todo. Os pensamentos dos autores expõem a percepção de que a região possui heterogeneidades, especialmente se for considerado o fato de que a regionalização se faz a partir de determinados critérios e/ou conceituações definidas *a priori*.

Partindo ainda da divisão regional considerando a divisão política-administrativa dos municípios, Carlos (1999) aponta para a descontinuidade territorial do atual momento do capital internacional, como marco na divisão entre regiões. Assim, o grau de integração dos territórios no processo global é tão descontínuo e desigual que pode haver, inclusive, regiões

---

<sup>18</sup> Recursos estes muitas vezes públicos, em que o Estado, visando à atração de capital exógeno, aplica na instalação de fixos, possibilitando condições favoráveis para a reprodução do capital. Benko (1999, p. 68) complementa exemplificando que nesta ótica, as atividades de alta tecnicidade e as funções direcionadas são reservadas às regiões centrais, ao passo que as tarefas repetitivas, pouco qualificadas e que requerem considerável mão de obra se veem relegadas à periferia. Ou seja, há regiões privilegiadas aos quais são delegadas funções ditas essenciais (indústrias e serviços financeiros) que, pela necessidade exigida, tiveram de ser contemplados com fixos e políticas para atender suas demandas. Em contraponto, as demais regiões não são apreciadas com os mesmos benefícios estruturais e políticos, causando severas rupturas entre regiões.

<sup>19</sup> A partir de determinada compreensão de região, o processo de regionalização não ocorre igualmente, pois, de acordo como pesquisador ou agente público percebe o conceito, o mesmo território pode apresentar diversas regionalizações. Ver Breitbach (1988), Carleial et al (1993) e Castro et al (2009).

descontínuas territorialmente. Entretanto, devido a sua aproximação em aspectos produtivos, são consideradas uma região única.

Pode-se perceber a grande gama de caminhos que podem ser traçados para definir a região, especialmente a partir do conceito de região que o pesquisador assume. Klarmann e Toni (2002) apresentam três critérios utilizados por pesquisadores no campo da prática:

a) região homogênea: baseada na afirmação de características territoriais singulares. Os aspectos para comparação e agregação são diversos, desde a estrutura produtiva até a padrões naturais.

b) região polarizada: nessa concepção, a percepção de homogeneidade da região perde força, sendo considerada especialmente a polarização de determinado aglomerado produtivo, urbano, financeiro etc., assume frente outros territórios.

c) região de planejamento: esta região é fruto da aplicação de critérios diversos, sendo utilizados, inclusive os acima mencionados, por administrações políticas, visando o planejamento regional.

Já Costa (2010), além da aplicação prática do conceito de região, detalhada nos três critérios acima, relata a pertinência epistemológica enquanto instrumento de análise, ou seja, há foco conceitual na prática e na teoria, na arte e no fato, como o próprio Costa denomina. Parecem, assim, pertinentes ambas as formas de abordar a região, de maior valor se consideradas concomitantemente. Uma construção epistemológica que resgate a construção do conceito, as diversas idas e vindas do mesmo, somada às aplicações práticas que se constituem em um momento que as diferenças regionais são acentuadas, e em que a escala regional se torna muito mais complexa, acredita-se ser um caminho factível em determinar e analisar o espaço regional.

### **2.3 Conselhos Regionais de Desenvolvimento**

O recorte espacial que esta pesquisa está analisando consiste na região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul (COREDE Central), composta atualmente por 19 (dezenove) municípios. Entretanto, perceber no que consiste os COREDEs em nível estadual, ter uma breve clareza da sua formação e das suas regionalizações desde sua criação, se faz necessário para compreensão da dinâmica regional presente no Estado do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma que na perspectiva estadual, o COREDE Central desde sua fundação sofreu alterações, surgindo inicialmente com 28 (vinte e oito) municípios, chegando a ter 35

(trinta e cinco), até os atuais 19 (dezenove). Apesar da variação, esta pesquisa tem como objeto espacial a atual divisão dos Conselhos, formulada no ano de 2008.

Em meados do século XX, o planejamento passou a ser visto como uma forma de se alcançar o desenvolvimento, porém, em muitos casos eram realizados com poucas perspectivas de serem postos em prática, como relata Miglioli (1982). Apesar desse fato, não se pode descartar a importância do planejamento, de qualquer instância e escala, para que se alcance objetivos. Este, além de aproximar a sociedade civil das decisões do governo, se realizado de forma participativa, também atrela forças historicamente antagonistas: a técnica e a política.

Para sanar a falta de uma entidade entre o poder Estadual e Municipal que se aproximasse das decisões a nível de Rio Grande do Sul com a população, os COREDEs passaram a ser implantados a partir de 1991, como afirma Muñoz (2007). Soma-se a esta preocupação uma crescente mobilização das elites políticas e intelectuais - universidades - do interior do Estado, buscando uma descentralização das decisões políticas para promover o desenvolvimento, visando diminuir as lacunas econômicas e sociais das regiões do Estado. Segundo o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (2010), foram criados os COREDEs com o marco legal de criação a Constituição Estadual - Art. 166 a 170, da Lei 10.283, de 17/10/94, e o Decreto 35.764, de 28/12/94.

Surgiram com as seguintes competências norteadoras: levantar e debater as questões regionais; identificar e potencializar as vocações regionais; estabelecer prioridades de investimento e ação estadual; decidir sobre alocações de recursos; e fiscalizar a ação do Governo na região.

No decorrer dos anos, somaram-se outras funções aos Conselhos, entre elas a já citada tentativa de aproximação da população geral com as decisões de investimento. Essa função foi difundida principalmente no governo de Alceu Collares (1991 - 1994), o qual acreditava que não era possível admitir um Estado sem a participação efetiva da população. Assim, atribuiu aos COREDEs a função de aproximação permanente da sociedade com o poder público.

Diferentemente de outras regionalizações que o território sul-rio-grandense possui - das mais diversas áreas e com vários objetivos - os critérios para a delimitação dos COREDEs não foram definidos *a priori*. Como uma das funções dos Conselhos é a articulação população/Estado e a definição sobre recursos a serem investidos nas regiões, foi concedida, de acordo com Muñoz (2007), uma autonomia para cada comunidade regional definir quais municípios que iriam pertencer ao seu COREDE, considerando apenas a continuidade

territorial. Retomando a discussão sobre os conceitos de região, percebe-se a formulação da regionalização dos COREDEs aproximação com as regiões de planejamento, cuja definição da abrangência de cada Conselho é realizada por decisões políticas, não havendo assim uma homogeneização entre os municípios que compõe cada COREDE, justamente essas peculiaridades internas do COREDE Central, a partir da agropecuária, que está pesquisa propõe analisar.

Resultante desta flexibilidade e autonomia concedido às regiões na definição da sua área de atuação, entre outros motivos, a delimitação dos COREDEs sofreu algumas alterações desde seu marco legal em 1994, quando o Estado estava regionalizado em 21 (vinte e um) COREDEs. Essa regionalização foi alterada em 1998, com a criação do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, composto pela capital estadual Porto Alegre e outros 08 (oito) municípios que não estavam contemplados em nenhum Conselho. Em 2004, com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucará e Jacuí Centro, o total de Conselhos subiu para 24 (vinte e quatro). No ano de 2006, outras duas regiões foram constituídas, Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. Por fim, a mais recente subdivisão data do ano de 2008, em que os COREDEs Vale do Jaguarí e Celeiro foram criados. A evolução da divisão dos COREDEs pode ser conferida na figura 02, abaixo.



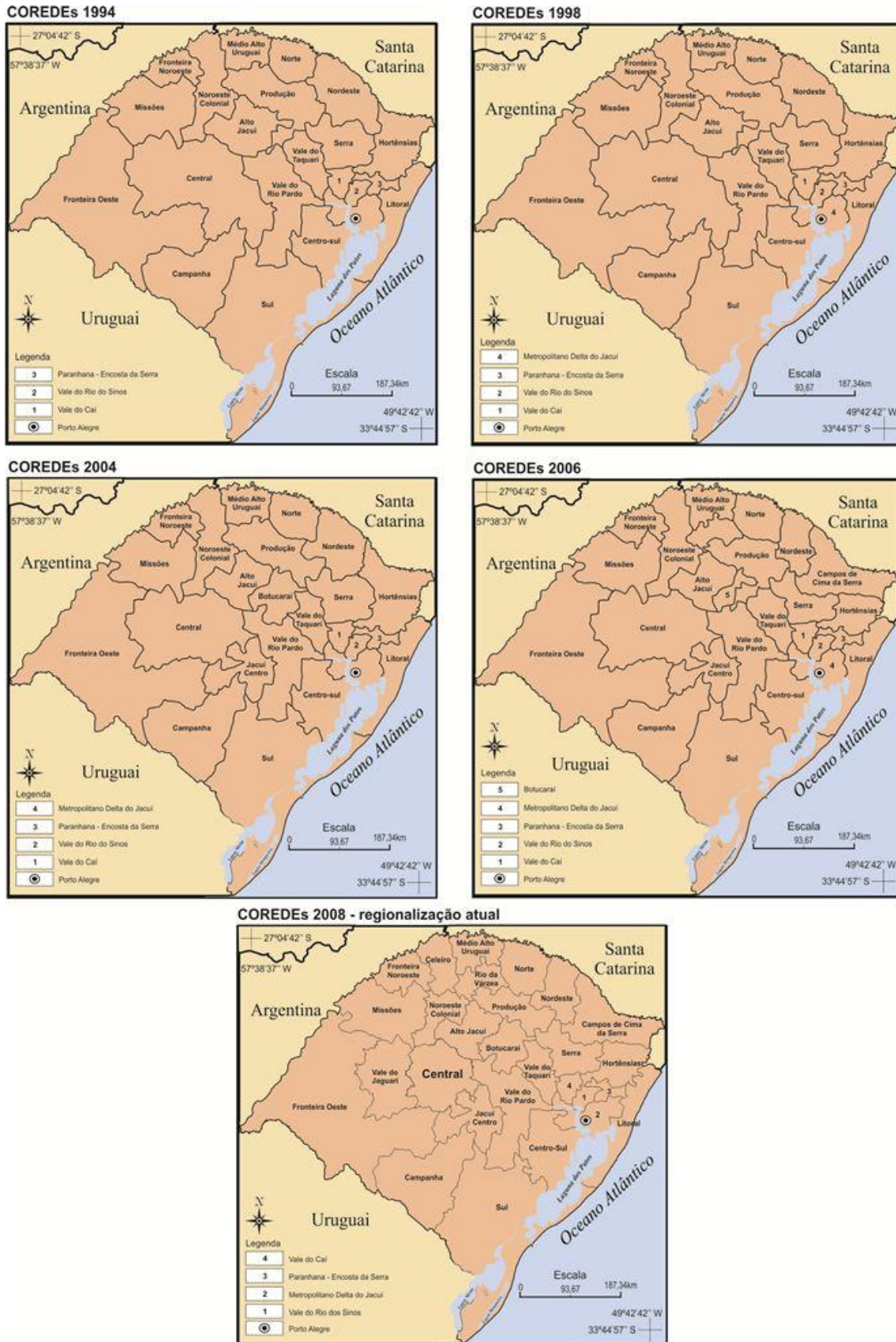


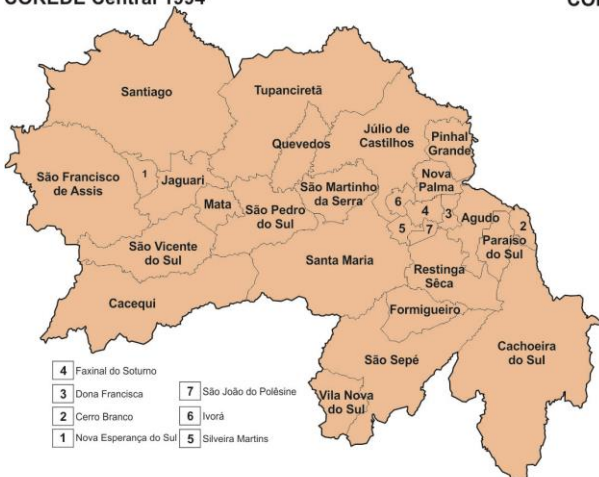
Figura 02: Evolução da regionalização dos COREDEs/Rio Grande do Sul.

Fonte: Produzido pelo autor, a partir de Paiva (2007) e Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul.

As mudanças na escala estadual repercutiram no território do COREDE Central. Em 1994, quando foram instituídos legalmente os Conselhos, o COREDE Central era constituído por 28 (vinte e oito) municípios. No ano de 1998, na primeira alteração realizada, o número de municípios do COREDE Central passou para 35 (trinta e cinco), causado não pela ampliação da área que compunha o COREDE, mas pela emancipação de 07 (sete) municípios que estavam contidos na região. São eles: Unistalda, Capão do Cipó, Jari, Toropi, Dilermando de Aguiar, Itaara e Novo Cabrais. Posteriormente, em 2004, 07 (sete) municípios deixaram de fazer parte do COREDE Central: Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Restinga Sêca, São Sepé e Vila Nova do Sul, que passaram a integrar o COREDE Jacuí-Centro.

No ano de 2008, outros 09 (nove) municípios se separaram do COREDE Central: Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda, que passaram a integrar o COREDE Vale do Jaguari. Hoje, o COREDE Central é formado por 19 (dezenove) municípios: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã, conforme pode ser observado na figura 03, abaixo.

COREDE Central 1994



COREDE Central 1998



COREDE Central 2004



COREDE Central 2008 - regionalização atual



Figura 03: Evolução da regionalização do COREDE Central.  
 Fonte: Produzido pelo autor, a partir de Paiva (2007) e Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul.

### 3 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Antes de abordar o processo de formação do Rio Grande do Sul, algumas considerações de ordem metodológica necessitam ser tecidas, a fim de elucidar o conteúdo do atual capítulo, sua pertinência na resolução desta pesquisa e, ainda, contextualizar o caminho histórico e material trilhado pela pesquisa na busca da análise da problemática proposta.

O método dialético, do qual Marx fez uso em suas obras, foi em grande parte influenciado por Georg Hegel (1770 – 1831), filósofo idealista. Ambos, apesar de contrários quanto à corrente filosófica, concordavam com os conceitos referentes à dialética, afirmando que ela é uma forma de expressar a realidade, em que se devem expor as contradições. Na obra de Marx, ele expõe as contradições com referência ao sistema capitalista e não as esconde a fim de simplificar a realidade, mas, sim, busca ver o mesmo problema por diversos ângulos.

Essa dialética e que se complementa em si, é de grande relevância para a compreensão do objeto de análise, sendo que numa mesma região de planejamento estão contidas 02 (duas) formas distintas de produção no meio rural: o agronegócio e a agricultura familiar, os quais, em diferentes níveis de intensidade, são constituídos e transformados por relações que extrapolam os limites políticos da região e atingem escala global, sendo aspectos de uma mesma realidade que refletem em dinâmicas antagônicas, apresentando-se em uma relação dialética, como aborda Santos (1996).

Entretanto, a essência da metodologia marxista está no materialismo histórico, concepção genuinamente originária dos pensamentos de Marx e Engels. Foi por intermédio das considerações das transformações do processo histórico, atrelado aos processos de produção e à luta de classes, que Marx buscou explicitar o sistema capitalista, além das aparências e suas contradições.

A compreensão materialista que Marx se refere na análise do sistema capitalista, em grande parte, é oriunda do idealismo de Hegel. Origem essa não como pressuposto, mas algo do qual não concordava, pois, segundo ele, não há como explicar as relações sociais e materiais no plano da ideia e do pensamento. Uma passagem presente na obra de Marx que deixa muito clara a sua percepção sobre o materialismo como forma de explicação é que, “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 2003, p. 5). Em outras palavras, a realidade social em que o indivíduo está inserido rege sua forma de pensar e não o inverso. Outro fragmento que retrata esse pensamento está em Marx e Engels (1987 a, p. 36) em que, “[...] o representar, o

pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material”.

Diante disso, uma pesquisa baseada no materialismo de Marx sem dúvida terá de conter uma análise da realidade em que o fenômeno está ocorrendo, com a perspectiva de compreender a causa da sua ocorrência. Não há, de acordo com Marx e Engels (1987 a), como explicar um determinado comportamento ou prática social a partir das ideias, mas, sim, como relacionar as formações ideológicas, tomando por base as práticas materiais.

Considerando a pesquisa realizada, a perspectiva metodológica marxista irá auxiliar na medida em que, para compreender a dinâmica demográfica e econômica dos municípios da região do COREDE Central segundo a incidência do agronegócio e da agricultura familiar, há necessidade de se contemplar o aspecto materialista que forma o espaço agrário da região, como a sua estrutura fundiária, os meios de produção, os fluxos, enfim. Dessa forma, compreendendo as relações existentes a partir do material, é possível analisar como a produção agropecuária interfere na dinâmica econômica e demográfica, sendo que há fortes antagonismos materiais intrínsecos na região, sendo que estes forjam um território construído, como afirma Pecqueur (2009).

Assim como o materialismo, outra perspectiva metodológica que Marx ressalta em suas análises é a importância da historicidade para a explicação dos fenômenos. Torna-se clara essa concepção da seguinte citação de Marx e Engels (1987 a, p. 38) que:

[...] parte de pressupostos reais e não os abandona um só instante. Estes pressupostos são os homens, não em qualquer fixação ou isolamento fantástico, mas em seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, empiricamente visíveis (...) a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos.

A abstração da história de um pressuposto deixa uma análise isolada (fatos mortos), sem uma base da qual é imprescindível o pesquisador ter clareza e como alicerce para avançar sua pesquisa em uma ordem cronológica, coerente e intercalando fatos históricos com os materiais de forma dialética, com a perspectiva de encontrar uma resposta para o problema.

Marx e Engels (1987 a, p. 67) colocam essa relação dialética do material e do histórico ao criticar Feuerbach:

[...] ele não percebe que o mundo sensível que o envolve não é algo dado imediatamente por toda a eternidade, uma coisa sempre igual a si mesma, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade; isto, na verdade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações.

A constatação a se fazer do fragmento refere-se ao mundo sensível, o qual não é dado e imutável, ao contrário, sofreu e ainda sofre mudanças com o decorrer da história e, em

especial, com a influência dos meios de produção, do estado e, por consequência, da sociedade, ou seja, a realidade não é histórica e possui fortes influências de como decorreu o processo de transformação da sociedade em diversas gerações.

Da mesma forma, a questão material pode ser contemplada considerando as condições de troca, meios de produção encontrados em cada meio, a defasagem dos mesmos, novos métodos de produção, enfim. Marx e Engels (1987 a, p. 70), contemplam essa percepção ao afirmarem que:

[...] a história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa.

Nessa visão metodológica, admite-se que a análise da realidade deve partir das condições materiais que ligam a sociedade, os meios de produção. Não há como desconectar a compreensão da realidade com o meio em que esta decorre, pois os indivíduos, agentes dessa sociedade, sofrem influência direta e indireta do espaço onde estão alocados e, em especial, do modelo vigente. Para o aprofundamento da compreensão dos fatos, tem de se buscar, dentro do pensamento metodológico de Marx, as raízes históricas da formação de tal sociedade, já que uma geração marca a forma de produção da próxima e, muitas vezes, entram em conflito com novos métodos produtivos incorporados com origem exógena.

Portanto, considerar um resgate histórico na perspectiva marxista se faz essencial. Por intermédio da história, organizam-se os fatos e busca-se a compreensão para um determinado problema da realidade, em especial quando a própria condição material está relacionada com a formação histórica, como no meio agrário do COREDE Central, em que a estrutura fundiária - um dos aspectos que caracterizam a agricultura familiar e o agronegócio - é herdada do período de ocupação do espaço sul-rio-grandense

Dessa forma, o presente capítulo não por objetivo fazer um resgate minucioso da formação do Rio Grande do Sul, mas, sim, resgatar aspectos referentes à sua história que serão abordados a partir das políticas de ocupação do Estado, assim como nas repercussões materiais e econômicas que estas causaram no mesmo e acabaram por forjar o contraditório espaço agrário da região do COREDE Central.

### 3.1 Fases de ocupação do Estado do Rio Grande do Sul

A caracterização da formação territorial do espaço sul-rio-grandense e da região do COREDE Central, com ênfase no meio rural, se faz necessária para compreender a conjuntura fundiária que se encontra na região e é base para as formas de produção agrícolas - agronegócio e agricultura familiar. Vieira (1993, p. 66) corrobora afirmando que “[...] o espaço produzido a partir de um evento histórico de colonização resulta de práticas políticas nas etapas iniciais do assentamento, adquirindo, posteriormente, características antropológicas sociais próprias”.

Atualmente, encontra-se no meio rural do Rio Grande do Sul uma estrutura fundiária diversificada. Essa circunstância fundiária é oriunda em grande parte do processo de ocupação e povoamento do Estado. As diferentes fases de ocupação foram norteadas por políticas do governo central e tiveram meios antagônicos no que se refere à distribuição de terras.

As primeiras incursões europeias<sup>20</sup> no Brasil Meridional, segundo Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001), foram realizadas pelos padres espanhóis jesuítas, em 1634, com a finalidade de introduzir os índios ao catolicismo, ensinar-lhes técnicas de plantio, criação de gado, sendo estes os primeiros rebanhos bovinos no Estado, e também a ler e escrever. Localizados nas proximidades dos Rios Piratini e Jacuí, os grupos indígenas que estavam organizados em pequenas reduções jesuíticas começaram a sofrer constantes ataques de bandeirantes que visavam à obtenção da mão de obra indígena para trabalhar no sudeste do país.

Por conta destas interferências dos bandeirantes, muitas delas violentas, os padres jesuítas viram-se na necessidade de abandonar as reduções em 1638<sup>21</sup>, deixando no território do Rio Grande do Sul o rebanho bovino. Este rebanho, devido as condições fisiográficas favoráveis (vegetação, relevo e clima essencialmente), multiplicou-se acintosamente, causando sua dispersão e criando, posteriormente, condições para a instalação de uma economia baseada na pecuária extensiva.

Do ponto de vista português, o povoamento oficial do Rio Grande do Sul ocorreu, de acordo com Bernardes (1997), um século mais tarde. Em 1737, foi fundado o Forte Jesus, Maria, José, no estuário da Laguna dos Patos, criando-se também a Vila do Rio Grande de São Pedro, que é o atual município de Rio Grande. Devido as condições desfavoráveis para o

---

<sup>20</sup> Anteriormente à ocupação europeia, indígenas habitavam o território do atual Estado do Rio Grande do Sul, sendo estes o motivo para as primeiras tentativas de ocupação do espaço meridional do Brasil.

<sup>21</sup> Posteriormente, em 1682, os padres jesuítas retornam ao Estado a serviço da coroa espanhola, fundando as missões. Sete delas estavam situadas onde atualmente é o Estado do Rio Grande do Sul, outras 23 estavam no Paraguai e na Argentina.

atracamento de embarcações no litoral, que se estendia de Laguna a Rio Grande, e a necessidade da utilização do transporte terrestre, o Forte Jesus, Maria, José tinha grande importância militar para a Coroa Portuguesa, pois marcava o entroncamento entre o município de Laguna<sup>22</sup> e a Colônia do Sacramento, esta última, alvo de disputa entre Portugal e Espanha por um longo período.

Até meados do século XVIII, a ocupação portuguesa no território sul-rio-grandense limitava-se a faixa litorânea, justamente no percurso Laguna - Rio Grande - Colônia do Sacramento. Entretanto, devido a constante tensão entre portugueses e espanhóis em guerras por delimitação de fronteira, a Coroa Portuguesa se viu na obrigação geopolítica de ocupar o ‘interior’ do Estado. Um exemplo disso foi a fundação do município de Rio Pardo em 1750. Kliemann (1986, p.17) relata o fato da ocupação geopolítica do Rio Grande do Sul, afirmando que:

[...] até o século XVIII, a política de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul caracteriza-se por critérios de ordem militar, que privilegiam a defesa do território contra invasões estrangeiras e tentam assegurar para Portugal o domínio da Bacia do Prata.

Para a ocupação das áreas devolutas, que se tornavam um problema militar para a Coroa Portuguesa, passou-se a ceder sesmarias a militares e civis, na tentativa de proteção territorial a partir de sua ocupação. De acordo com a determinação da Coroa, era concedida uma sesmaria - que correspondia a uma área de três léguas ou 13.068 ha - para cada indivíduo. Entretanto, de acordo com Bernardes (1997) e Zarth (1997), não era incomum encontrar proprietários com 03 (três) ou até 04 (quatro) sesmarias, chegando haver proprietários que possuíam 16 (dezesesseis) ou 20 (vinte) sesmarias<sup>23</sup> - áreas de aproximadamente 260.000 ha.

Foi neste período e por conta dessas ações de Estado que, segundo Costa (1988) e Zarth (2002), nasceu o latifúndio sul-rio-grandense. A medida que a Coroa tomava a atitude de viabilizar a defesa do território a partir da concessão de grandes extensões de terra, estava embrionada a atual estrutura latifundiária presente na Metade-Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Apesar da tentativa de solução da questão geopolítica envolvendo a ocupação do Rio Grande do Sul por portugueses, o latifúndio acabou acarretando outros problemas, contradizendo inclusive a própria solução militar. Zarth (2002) aborda diversos relatos de

<sup>22</sup> Laguna destaca-se como importante porto no período do Tratado de Tordesilhas, sendo que a linha imaginária que dividia o Novo Mundo, entre Portugal e Espanha, cortava o Brasil justamente no município.

<sup>23</sup> As pequenas propriedades também estavam presentes neste período histórico da formação do Rio Grande do Sul. Contudo, era ínfima a sua participação, tanto em número de estabelecimentos quanto em área.



autoridades portuguesas que mostravam preocupação quanto ao caminho fundiário que se estava seguindo no Brasil Meridional. De acordo com alguns relatos analisados pelo referido autor, uma das principais preocupações era justamente sobre a eficácia da ocupação por intermédio dos latifúndios na defesa do território, pois a quantidade de moradores em relação à grande quantidade de terras era muito baixa, ou seja, não cumpria com a determinação que fundamentou a sua ocupação.

Outro questionamento que surgiu da Coroa Portuguesa, frente ao latifúndio que estava se estabelecendo, é analisado por Costa (1988). A segregação imposta pela prática deixou diversas famílias de civis e mesmo militares de patentes inferiores sem a propriedade da terra, enquanto militares de patentes superiores e civis que possuíam algum tipo de instalação na região e/ou por usucapião apossaram-se da terra, acessaram vários hectares, expondo, assim, a política clientelista que não considerava os meios legais.

A concessão de grandes porções de terra a pessoas que possuíam alguma patente militar alta, ou mesmo a civis, gerou colateralmente uma acumulação de poder muito grande entre poucas famílias. Vieira (1993, p. 21) afirma que:

[...] no desenrolar histórico-social do Rio Grande, verifica-se o fortalecimento do proprietário pela condição militar que revestiu sua ação sempre que chamado à defesa da terra contra invasões espanholas. Estancieiro e militar, com o poder de proprietário de terras, gado e escravos, o senhor dos pampas transfigurava uma nova estrutura de mando que fatalmente se refletiu nas relações de produção e trabalho.

Talvez o maior exemplo que se pode mencionar quando se trata do poder do grande estancieiro no Rio Grande do Sul se dará num período posterior a afirmação das grandes propriedades de terra. Na busca por uma nova forma de ocupação do Rio Grande do Sul, o governo fomentou e financiou colonos alemães e italianos para migrarem ao Estado, visando uma produção em pequenas propriedades. Esta política causou preocupação aos grandes estancieiros que, por intermédio do seu poder frente ao governo português, impuseram que estes colonos não ocupassem as áreas planas, mas sim a zona da mata<sup>24</sup>.

Com o fim dos embates entre Espanha e Portugal, ocorrido através do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, Zarth (2002) relata que uma parcela significativa de militares estabeleceu-se na região e tornaram-se grandes estancieiros. Este fato norteou a atividade econômica do Rio Grande do Sul, sendo que no período a produção estadual estava pautada na pecuária extensiva.

---

<sup>24</sup> Esta fase de ocupação por colonos alemães e italianos, assim como as relações entre grandes estancieiros pecuaristas e as pequenas propriedades policulturas será discutida mais detalhadamente no decorrer deste capítulo.

Antes mesmo de a pecuária ser realizada de forma organizada no Estado, o gado bovino era o produto principal de exportação do Rio Grande do Sul. O período da courama, como denomina Vieira (1993), se acentuou após a saída dos jesuítas espanhóis e a reprodução do gado abandonado no território sul-rio-grandense. Num primeiro momento, o gado era caçado nos campos livres do Estado, sendo que pouco além do couro era aproveitado. A principal porta de escoamento do couro gaúcho e uruguaio era a Colônia do Sacramento, expondo a sua importância no contexto colonial do período. Os primeiros currais de aprisionamento e abate do gado para a obtenção do couro marcaram o surgimento dos primeiros assentamentos de povoamento no Estado.

O período da courama perdurou até o fim do século XVIII, quando a pecuária criatória começou a se desenvolver mais acentuadamente no Estado. Apesar do couro não deixar de ter importância na economia sul-rio-grandense, a carne salgada, regionalmente denominada de charque, passou a ser o principal produto exportado pelo Rio Grande do Sul, dando início ao período das charqueadas.

A atividade charqueadora tomou tamanha importância para a economia do Rio Grande do Sul que perdurou até o início do século XX, chegando o município de Rio Grande a abater, segundo Vieira (1993), 991.395 cabeças de gado, em 1925. O mapa a seguir (figura 04) expõe o número de reses abatidas para a produção de charque entre os principais municípios produtores.



Figura 04: Número de reses abatidas entre os principais municípios produtores de charque no Rio Grande do Sul em diferentes anos.<sup>25</sup>

Fonte: Produzido pelo autor, a partir de Vieira (1993).

Nota-se a grande quantidade de animais abatidos em toda a Metade-Sul do Estado. Percebe-se também a participação de municípios da região do COREDE Central no processo (Santa Maria, Júlio de Castilhos e Tupanciretã), sendo que, por apresentarem condições favoráveis<sup>26</sup> para a prática da atividade, estavam entre os principais produtores de charque no período.

A posição econômica do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro estava muito clara no período. A principal atividade econômica do Brasil estava nas fazendas cafeeiras no Sudeste do país, que tinham como mão de obra os escravos. A atividade charqueadora sul-rio-grandense servia basicamente como fornecedora de alimento com baixo custo para os escravos do sudeste. Kliemann (1986, p.17) descreve a posição econômica do Estado, afirmando que “[...] com o desenvolvimento da pecuária e da charqueada, o Rio Grande do

<sup>25</sup> A divisão municipal apresentada no mapa é a atual devido aos dados serem de anos diversos, havendo assim diferentes divisões municipais nos anos apresentados.

<sup>26</sup> As condições para a produção do charque são basicamente a grande propriedade, campos nativos com fonte de alimento natural, mão de obra escrava e número expressivo de cabeças de gado.

Sul passa a ocupar posição subordinada em relação ao resto do país, voltado para o extrativismo e para a monocultura de exportação”.

Heidrich (2000) relata a contradição na política econômica do Brasil para possibilitar produção do charque. A economia do país no período estava baseada em altas taxas alfandegárias na importação de produtos. Entretanto, para possibilitar o baixo preço no abastecimento do charque gaúcho que servia como base na alimentação dos escravos nas plantações de café na região sudeste, uma política inversa era necessária, pois os insumos para a produção do charque, principalmente o sal, eram oriundos de fora do país. Assim como este exemplo, outra contradição da política econômica Imperial percebia-se quanto ao charque argentino. Com a pressão das estâncias do Rio Grande do Sul, altas taxas alfandegárias eram auferidas ao produto argentino. Dessa forma, a contradição na produção do charque sul-riograndense tornava-se ainda mais latente, uma vez que se defendia uma intervenção do Estado por um lado e o liberalismo por outro.

Essa divisão territorial do trabalho no período das fazendas cafeeiras no sudeste do Brasil e nas charqueadas no Rio Grande do Sul marcou, de acordo com Vieira (1993), o ingresso da economia sul-riograndense no sistema capitalista de produção. A acumulação de capital por parte dos estancieiros tornava-se um marco na perspectiva política e territorial do Estado, pois, a partir destes, os próximos ciclos econômicos tiveram sua localização e posição mercantil definida.

Mesmo que subordinado a uma economia nacional que privilegiava o café como produto principal para o mercado, as charqueadas no âmbito estadual faziam imposição frente às políticas do império. Na busca por um redirecionamento produtivo e mesmo de ocupação do sul do país, o governo português incentivava a migração de colonos, primeiramente alemães e após italianos, para o Rio Grande do Sul, visando uma nova forma de produção baseada em pequenas propriedades. Contudo, os estancieiros galgados no seu poder acumulado e representado pelo domínio dos meios de produção determinavam o local a ser destinado aos colonos, ou seja, não negavam as pequenas propriedades, porém não aceitavam que mudassem a sua estrutura fundiária já consolidada, direcionando os migrantes para o nordeste do Estado.

Neste sentido, Zarth (2002, p. 73) afirma:

[...] a posição de dividir as matas sem mexer nos campos nativos foi a saída encontrada para resolver os problemas levantados e atribuídos aos latifúndios pastoris. Os campos poderiam continuar como estâncias de grandes extensões, mas a colonização não seria prejudicada se os integrantes ocupassem as matas desertas e devolutas. Essa foi a fórmula adotada com sucesso até que as últimas áreas florestais foram apropriadas.

Parte da iniciativa imperial em fomentar a migração de colonos europeus baseava-se na limitada produtividade alcançada pela pecuária extensiva. Costa (1988) afirma que o acréscimo produtivo nas estâncias charqueadoras era limitado, pois a produção aumentava a partir do incremento de maior quantidade de terras e/ou gado. Com a diminuição de áreas devolutas propícias para a produção de gado de forma extensiva, outra maneira de ocupar o Rio Grande do Sul era necessária.

Além do limitado incremento de produtividade alcançado pelas estâncias charqueadoras, Vieira (1993) e Fortes (1978) alertam para outro fato decorrente da pecuária extensiva. Segundo os autores, a atividade pecuarista da forma como vinha sendo realizada no Estado inibia o desenvolvimento da agricultura.

Vieira (1993) analisa a problemática considerando o momento de valorização do couro e do charque que, por motivos econômicos, definia todas as terras disponíveis para a criação bovina, sendo que as primeiras propriedades agrícolas estavam localizadas à margem das propriedades pecuaristas.

A respeito, Fortes (1978) aborda a situação da agricultura do Estado a partir de relatos do Presidente da Província, Tenente General José de Souza Soares Andrea. Segundo este, as grandes fazendas, algumas verdadeiros desertos devido ao baixo número de reses, eram um obstáculo para o desenvolvimento da agricultura. Os latifúndios pastoris mal alcançavam o próprio abastecimento interno, voltando-se essencialmente para o mercado nacional<sup>27</sup>.

Para fomentar o desenvolvimento da agricultura, o abastecimento interno, possibilitar o acesso à terra de uma maneira distinta da então realizada no Estado e, sobretudo, criar condições para a reprodução do capital nas fazendas charqueadoras, o governo central buscou a migração de colonos europeus. As primeiras tentativas de implantar a pequena propriedade no Rio Grande do Sul, portanto, ocorreram no século XVIII, com os portugueses oriundos do arquipélago dos Açores, que, segundo Vieira (1993), estabeleceram-se no litoral e no sul do Estado, empregando o sistema policultor com baixo nível tecnológico.

<sup>27</sup> Entretanto, como será discutido no decorrer capítulo, o desenvolvimento da agricultura em pequenas propriedades no Estado ocorreu de forma desarticulada com o latifúndio pecuarista, em especial por tratarem de territórios distintos e funções econômicas também antagônicas.

Além das relações econômicas e de abastecimento, Zarth (2002) chama atenção para o fato da baixa densidade populacional no Estado, tendo por base de ocupação os latifúndios. Segundo o referido autor, uma população mais densa fundada na pequena propriedade agrícola representaria uma estratégia na defesa e na afirmação do território meridional do país mais eficaz.

Foi por este, entre outros objetivos<sup>28</sup>, que o governo central, em 1748, assentou colonos em pequenas e médias propriedades no sul do Brasil, inicialmente em Santa Catarina e posteriormente no Rio Grande do Sul, com o primeiro núcleo colonial datado do ano de 1764. A localização dos colonos açorianos no Estado, de acordo com Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001), respondia a estratégias de ocupação, resguardando essencialmente o litoral e a Depressão Central.

Para defesa territorial e abastecimento foram conferidas aos colonos açorianos, como afirma Bernardes (1997), 'datas' de 272 ha. Na conjectura atual, podem-se considerar as propriedades com porte médio. Entretanto, frente às sesmarias de 13.068 ha concedidas anteriormente, além das inúmeras propriedades que extrapolavam este valor, poderiam ser consideradas pequenas propriedades, ou como o autor menciona: 'chácaras'.

Nas propriedades açorianas a produção agrícola baseava-se principalmente no consumo familiar e no mercado regional, pois o isolamento de tais propriedades limitava a comercialização (troca) a um raio de poucos quilômetros. Entre os principais produtos cultivados pelos açorianos estava o trigo, o milho, a cevada, o feijão, os legumes em geral, o centeio e a ervilha.

Apesar de terem uma função pré-definida antes de sua migração para o Rio Grande do Sul, contrariando a condição produtiva até então empregada de forma extensiva no Estado, Vieira (1993) afirma que a produção açoriana manteve-se à sombra da atividade principal, a pecuária.

A falta de êxito da agricultura colonial dos açorianos pode ser explicada no caminho determinado por Bernardes (1997), o qual questiona a qualidade do solo da região destinada à alocação dos imigrantes. Segundo este, o solo excessivamente arenoso dificultava o desenvolvimento da agricultura. Compreende-se ainda mais este limitante se for considerada a baixa tecnologia empregada em tais produções, tornando-se praticamente impossível haver

---

<sup>28</sup> Alguns autores, como Zarur (2000) e Machado (1999), afirmam ainda a possibilidade da vinda de colonos europeus brancos para o Estado para contrapor os numerosos negros-mestiços, criando-se assim uma cultura nacional diferenciada da até então construída.

uma produtividade capaz de sustentar as próprias famílias e ainda manter um nível de excedentes para comercialização regional.

Neste sentido, Costa (1988) aponta para a desarticulação das colônias açorianas que, em muitos casos, sucumbiram à força e a maior estabilidade da atividade pecuarista no período. Segundo o autor (1998, p. 34):

[...] o fracasso da colonização açoriana da ‘pequena’ propriedade (...) e da triticultura seria selado, contudo, pela hegemonia dos latifúndios e da pecuária, atividade esta bem menos suscetível às oscilações climáticas e que o trigo estava sujeito, e cujos detentores dispunham de efetivo poder de barganha dentro da política econômica colonial. Incorporando-se à criação de gado, os açorianos ficavam muito mais ‘protegidos’ pela legislação e ação oficiais.

Apesar do insucesso da colônia açoriana no Estado, ela representou um marco fundiário que viria a definir a dimensão socioeconômica do Rio Grande do Sul. Zarth (2002) chama atenção para este fato, afirmando o antagonismo da produção agrícola em pequenas propriedades com a pecuária extensiva. Estava posta duas realidades fundiárias: a agricultura *versus* a pecuária e a pequena propriedade *versus* o latifúndio. Realidades estas que vieram por estabelecer a possibilidade de desenvolvimento de duas formas de produção presentes atualmente no Estado e na região do COREDE Central, o agronegócio e a agricultura familiar. Estas condições produtivas agrárias têm características distintas e se manifestam socioeconomicamente também em antagonismos, visto a preocupação do passado com o despovoamento das áreas de latifúndio, assim como a baixa produtividade nas pequenas lavouras agrícolas.

Na perspectiva de uma segunda fase de ocupação do Estado e evidenciando a ruptura entre as condições produtivas, Vieira (1993, p. 53) afirma que:

[...] os açorianos estabeleceram uma segunda linha evolutiva, além dos limites da auto sustentação e da subsistência regionalizada. Começa a nascer o binômio agricultura-pecuária que identificaria para o futuro a formação socioeconômica do Rio Grande do Sul. O processo histórico-social estava ganhando o seu segundo circuito geral de produção.

Entretanto, os principais implantadores do sistema de pequenas propriedades que rompeu com a pecuária sul-rio-grandense foram os alemães e italianos. Estes se estabeleceram em locais de acesso mais difícil, porém, em terras férteis, o que favoreceu o desenvolvimento dos minifúndios. Seguindo nas premissas de Vieira (1993, p. 74), os imigrantes foram importantes para a formação do território sul-rio-grandense, pois:

[...] mesmo levando em conta as práticas iniciais açoritas de estabelecimentos de chácaras policultoras, nada se assemelhava à colonização teuto-italiana em terras rio-grandenses.(...) Os colonos alemães e italianos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade, em difíceis condições de sobrevivência.

O período relatado, da chegada dos imigrantes alemães e italianos no Estado para produção em pequenas propriedades, de acordo com Brum (1985), é datado de 1824, com a vinda de alemães que povoaram inicialmente as margens dos rios que formam o Guaíba. A partir de 1875, predominantemente imigrantes italianos migraram para o Rio Grande do Sul, ocupando terras devolutas da região centro-nordeste.

Bernardes (1997) aborda a necessidade que surgiu por parte do governo central, tendo clareza de que os colonos açorianos não obtiveram êxito na tentativa de criar uma densidade demográfica maior e uma agricultura que abastecesse regionalmente o Estado, em colonos que cultivassem em pequenas propriedades com o auxílio da mão de obra familiar e não tivessem interesse na criação de gado, no trabalho escravo e ocupassem as zonas de mata.

Esta necessidade emergiu concomitante com a transformação do trabalho na sociedade brasileira durante o século XIX. Dacanal (1980) afirma que, havendo no país um regime de escravidão, seria limitado o número de imigrantes que iriam atracar em costas brasileiras, sendo condição para a acentuação deste processo de decadência da escravidão. Esta situação pode ser confirmada quando considerado os locais de fixação dos imigrantes serem justamente onde o trabalho escravo era pequeno ou nulo, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, nas áreas mais elevadas.

Justamente como alternativa para a mão de obra escrava, os colonos europeus foram incentivados a migrarem para o Brasil, tendo como forte expectativa o desenvolvimento das atividades agrícolas, uma vez que os colonos europeus eram considerados mais aptos no manejo agrícola do que os escravos africanos.

A imigração para o centro econômico do país, as lavouras cafeeiras de São Paulo, justamente tinham esta finalidade, sendo que a imigração estava diretamente subordinada às atividades da grande lavoura. Em períodos de maior serviço, os colonos que estavam localizados às margens dos cafezais serviam como uma grande massa de mão de obra a ser contratada sem grande dificuldade e desprendo de capital.

Entretanto, no Rio Grande do Sul a proposta de colonização era diferenciada. Estava baseada na fixação, adensamento populacional e produção de alimentos em pequenas propriedades. Neste sentido, Dacanal (1980, p. 19) corrobora, mencionando que “[...] os imigrantes que se dirigiram para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política



governamental que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno”.

Kliemann (1986) aborda ainda o fim da concessão de sesmarias, a partir da Lei de 1822, como ponto fundamental para o incentivo da migração europeia. Sem ser permitida a doação de sesmarias, a concentração de terras particulares cresceu ainda mais, visto as posses desordenadas que vinham ocorrendo. Justamente para frear esta prática e aumentar a produtividade da terra, os colonos europeus foram trazidos ao país, gerando, além da desconcentração de terras, uma força de trabalho livre e um mercado interno consumidor.

Nestas perspectivas de ocupação, em 1824 foi fundada a poucos quilômetros ao norte de Porto Alegre<sup>29</sup> a Colônia de São Leopoldo. Constituída por alemães que receberam, ao menos a primeira leva de imigrantes, áreas de 160.000 braços quadrados, ou 77,44 ha - aproximadamente 170 vezes menores que as sesmarias cedidas aos portugueses, divididos em área de campo, terra para lavoura e mata virgem, como afirma Bernardes (1997).

Os imigrantes alemães que vieram para o Rio Grande do Sul estavam basicamente buscando uma condição de sustento e de sobrevivência, impossibilitada na Alemanha no início do século XIX. Dacanal (1980) relata que neste século a Alemanha sofreu o processo de revolução agrícola e demográfica, causada pela abolição da estrutura feudal. Os camponeses<sup>30</sup> que trabalhavam em terras do senhor feudal e podiam transmitir suas terras a seus descendentes, tornariam-se donos destas terras se cedessem um terço para o senhor feudal. Contudo, os pequenos camponeses tiveram suas propriedades reduzidas a condições insustentáveis de autoconsumo, tendo que arrendar as mesmas, passando a atuarem como trabalhadores rurais. Estes alemães não encontraram internamente alternativas mais satisfatórias que migrarem para outros países.

O Brasil, em especial, prometia condições muito atrativas para o camponês alemão, especialmente considerando a condição do mesmo na Alemanha. Contudo, segundo Dacanal (1980, p. 27), eram promessas enganosas que visavam superar o desinteresse dos agricultores.

---

<sup>29</sup> Razão esta que, segundo Bernardes (1997), garantiu o desenvolvimento de São Leopoldo. Outras duas colônias fundadas em 1825, São João das Missões e, em 1826, Três Forquilhas, fracassaram devido a distancia do centro consumidor e distribuidor do Estado, Porto Alegre.

<sup>30</sup> O conceito de camponês é utilizado pelo autor referido no parágrafo. A discussão sobre os conceitos que se referem à pequena produção agropecuária será realizada no capítulo quarto desta pesquisa. Esta situação ocorre em outros parágrafos do presente capítulo.

1. Passagem para a custa do Governo Imperial;
2. Concessão gratuita de um lote de terra de 400 braças, em quadrado, ou 160.000 de superfície;
3. Subsídio diário de um franco ou 160 réis a cada colono no primeiro ano, a metade no segundo;
4. Caberia a cada família, na proporção do número de pessoas, certa quantidade de bois, cavalos, etc.

Porém, apenas os primeiros imigrantes que chegaram em 1824 a São Leopoldo receberam o que foi a eles prometido. A partir do segundo grupo de imigrantes, pouco ou nenhum apoio foi concedido por parte do governo brasileiro, em especial a não demarcação de suas terras, situação que veio a ser alterada somente com a intervenção do governo alemão.

As primeiras levas de imigrantes receberam lotes de 77,44 ha, que deveriam atender o sustento familiar e ainda incrementar uma comercialização regional de produtos alimentícios. Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001) afirmam que logo estes lotes foram diminuídos para 48 ha e, posteriormente, para 25 ha, formando os primeiros minifúndios do Estado, que vieram a formatar a pequena propriedade hoje presente no Rio Grande do Sul.

Estes pequenos lotes de terras cedidos a colonos alemães estavam localizados em áreas não propícias para a pecuária extensiva. Dessa maneira, os colonos se instalaram especialmente na zona das matas no nordeste do Estado, longe dos locais com a influência estancieira. Vieira (1993) realiza um recorte físico da localização<sup>31</sup> dos alemães no Estado. Segundo o autor, os colonos foram fixados no rebordo da serra geral, local onde havia presença de uma densa cobertura vegetal e um rico sistema hídrico que facilitou o deslocamento e o escoamento da produção. Os alemães também colonizaram a região central do Estado, sendo caracterizada especialmente pelo município de Santa Cruz do Sul, porém, também se expandiu mais na direção oeste, atingindo ainda municípios da região do COREDE Central.

A localização em grandes declives e vegetação densa, sem dúvida, era um desafio para os primeiros colonos. Entretanto, esta mesma localização foi uma aliada na produção agrícola, pois, ainda segundo Vieira (1993), o solo da região em questão apresentava alto índice de fertilidade para a produção agrícola.

Considerando que o incentivo à imigração alemã ocorreu tendo por uma de suas finalidades a produção agrícola, o fato de um solo fértil estar disposto para a produção foi de suma importância. Basta lembrar as dificuldades encontradas pelos açorianos em produzir no solo arenoso do litoral. Os colonos se destacaram pela produção de gêneros alimentícios que

---

<sup>31</sup> A localização dos alemães no Estado pode ser visualizada na ilustração 03.

serviam para seu autoconsumo e eram comercializados com a metrópole Porto Alegre, através do escoamento fluvial da produção.

Visando intensificar o ritmo migratório para o Brasil, estendendo-se a experiência alemã da pequena propriedade, produção de gêneros alimentícios sem a utilização de mão de obra escrava, o governo imperial fomentou, por intermédio de um plano migratório, a vinda de colonos italianos, a partir de 1875.

Manfroi (1975) aborda dois principais motivos para a retomada dos fluxos migratórios para o Rio Grande do Sul. De acordo com o autor, o governo da província visava à construção de estradas que iriam ligar o planalto com a depressão central do Estado, fixando nas áreas que até então eram cobertas por matas virgens, colônias agrícolas com imigrantes europeus. Além deste motivo advindo da província, o governo central também estava preocupado com o crescimento dos movimentos abolicionistas, recorrendo, assim, à retomada das migrações para garantir mão de obra.

A vinda de colonos italianos para o Rio Grande do Sul ocorreu, assim como entre os alemães, por motivos de crise e de dificuldades por parte da classe trabalhadora do meio rural no seu país. Diversas transformações políticas e econômicas ocorriam na Itália na segunda metade do século XIX. Após a unificação da Itália, Manfroi (1975) afirma que o país permaneceu sendo essencialmente agrário, porém, com uma indústria têxtil estruturada ao norte, a qual possuía fortes relações com o restante da Europa, visto sua proximidade geográfica. Em contraponto, havia o centro/sul composto por latifúndios, sendo que os camponeses destas regiões produziam principalmente arrendando porções das grandes propriedades e pagando altos tributos que dificultavam sua permanência e produtividade, esta ainda afetada pelo baixo nível tecnológico dos meios de produção.

Como a indústria do norte, apesar de apresentar um grau importante de consolidação, não conseguia absorver toda a mão de obra disponível no país, que constantemente saía do campo para as cidades. A migração para outros países aparentemente se apresentava como uma solução para todos. A Itália queria se desfazer da grande porção de mão de obra acedente e dos camponeses atingidos pela crise agrária do país. Já o Brasil buscava a ampliação da experiência iniciada com os alemães.

Dessa forma, em 1875, com a chegada das primeiras levas de imigrantes oriundos da Itália, foi fundada a colônia que seria o centro da colonização italiana, onde hoje se encontra o município de Caxias do Sul. Bernardes (1997) afirma que a localização das colônias italianas no Rio Grande do Sul estava principalmente no Planalto, em áreas com altitude que variavam de 600 a 800 metros, como pode ser observado na figura 05, a seguir.

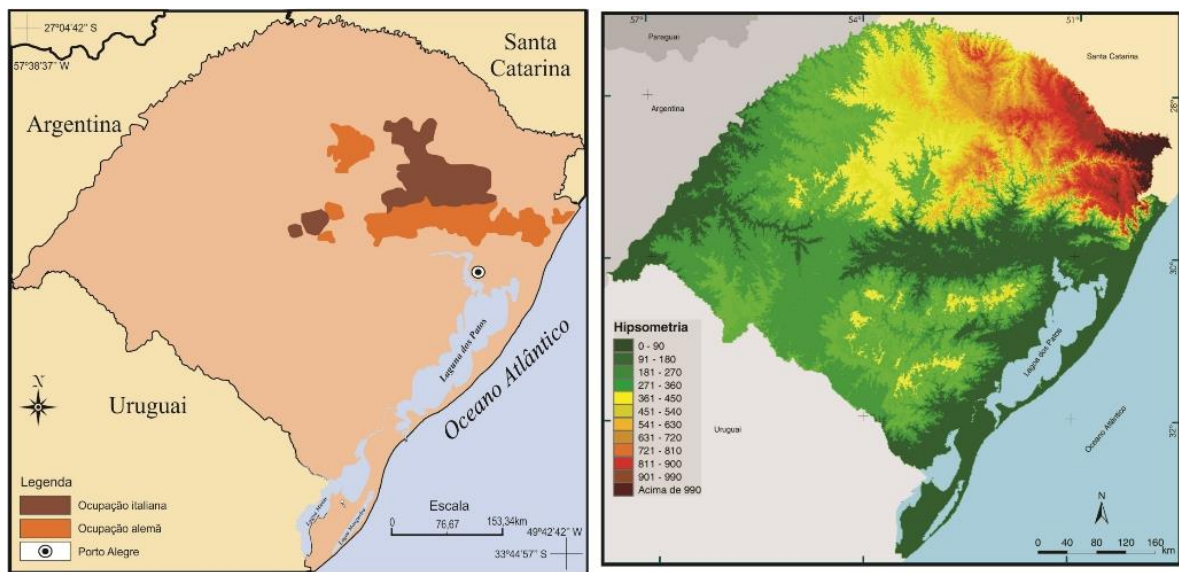


Figura 05: Localização da ocupação alemã e italiana no Rio Grande do Sul frente ao relevo do Estado.  
 Fonte: Produzido pelo autor, a partir de Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001) e Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul<sup>32</sup>.

A partir da ilustração anterior (figura 05), nota-se que as áreas de imigração italiana, assim como alemãs, não estavam limitadas a serra do Rio Grande do Sul. Em 1887, segundo Manfroi (1975), o governo fundou a quarta colônia de imigração italiana<sup>33</sup>, Silveira Martins, localizada entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul, firmando no território central da província a pequena propriedade, gerando grande antagonismo frente aos latifúndios próximos.

A ilustração acima (figura 05) também revela nitidamente o limite físico existente entre as áreas de colonização alemã e italiana. Ainda segundo Manfroi (1975), tentou-se sem sucesso que os colonos alemães desbravassem as áreas ao norte de suas colônias antes mesmo da chegada dos italianos. Entretanto, devido ao isolamento e vegetação densa, os mesmos não se fixaram em tais locais. Acrescentando ainda na análise da ilustração acima sobre as grandes estâncias (figura 05), nota-se que entre as áreas ocupadas por alemães e italianos não estão áreas planas - apenas no centro do Estado - estas justamente utilizadas pelos grandes proprietários na sua produção extensiva de gado que, a partir de sua força política e econômica, definiram a área a ser ocupada pelos teuto-italianos.

Os lotes de terra recebidos pelos italianos ao imigrarem para o Rio Grande do Sul tinham o mesmo tamanho dos recebidos pelos últimos imigrantes alemães, 25 ha. Porém, Dacanal (1980) relata ter ocorrido uma grande variedade no tamanho dos lotes distribuídos, abrangendo propriedades entre 5 e 100 ha.

<sup>32</sup> Disponível em <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=217>>. Acesso em: 19 maio 2012.

<sup>33</sup> As outras três eram: Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias, todas no nordeste do Estado.

Este fato, segundo Bernardes (1997), ocorria devido à possibilidade de uma família adquirir mais de uma propriedade, pois as colônias, que se tornaram unidades de medida, eram lotes que variavam entre 22 e 30 ha.

A posse da terra no Rio Grande do Sul, diferentemente de outros locais do Brasil, era fomentada. A lei de terras de 1850 limitou o acesso a terra, proibindo a aquisição de terras devolutas de forma diferente que a da compra. Claramente, a lei tinha por finalidade inibir a possibilidade para que pessoas sem condições financeiras adquirissem o meio de produção. Porém, Zarth (2002) afirma que esta lei estava destinada as áreas dos cafezais, forçando os imigrantes a se submeterem as grandes lavouras. No Rio Grande do Sul ocorria o inverso, pois se pagava para que os colonos tivessem suas terras.

Estas terras, desde a migração alemã até à italiana, eram destinadas ao cultivo de alimentos. Os italianos produziam no sistema de policultura, entretanto, se destacaram em alguns gêneros, como, por exemplo, o milho, base para o preparo da polenta, e a uva, que passou a ser comercializada e não apenas consumida pelos colonos. Ainda havia o plantio de batata, feijão hortaliças, centeio, entre outros.

Com a ocupação das áreas elevadas do Estado pelos italianos, Bernardes (1997) afirma que, oficialmente, não havia mais terras devolutas no Rio Grande do Sul. Nas palavras do autor (1997, p. 78):

[...] completou-se a ocupação do Rio Grande do Sul. (...) não há mais terras devolutas no estado. As terras florestais ainda não ocupadas pela pequena propriedade colonial correspondem a alguns trechos de pinhais possuídos por empresas madeireiras as quais, de acordo com a orientação que vem sendo seguida, terminada a extração, dividem as terras em lotes para venda aos agricultores.

A partir da total ocupação do Estado, ao menos oficialmente, algumas considerações podem ser tecidas sobre a condição fundiária presentes no território sul-rio-grandense. Como ponto de partida, pode-se considerar o questionamento de Bernardes (1997), ao analisar o processo de formação do Estado. O autor questiona se as fases de ocupação, sendo a primeira realizada por portugueses e espanhóis e a segunda por alemães e italianos, ocorreram em justaposição ou superposição.

Essa indagação pode ser estendida para a região que este estudo tem como objeto de pesquisa. Por razões oriundas do processo histórico de apropriação e colonização, ambas as fases de ocupação do Rio Grande do Sul se materializaram no COREDE Central, no qual há municípios com raízes na pecuária extensiva e outros na colonização teuto-italiana em pequenas propriedades de produção familiar.

Para compreensão dessa problemática, pode-se partir da reflexão realizada neste capítulo e ainda analisar as proposições dos mesmos autores. Dacanal (1980) aborda a questão através da permanência e reprodução das pequenas propriedades como consequência do desenvolvimento do capitalismo no país. Nas premissas do autor, para garantir a permanência do capitalismo, representado pelas grandes lavouras, do café no sudeste e pecuaristas no sul do Brasil, as pequenas propriedades tinham suma importância. Estas abasteciam o mercado regional, produzindo gêneros alimentícios necessários para o consumo nos centros urbanos e nos próprios latifúndios<sup>34</sup>.

Para o autor, havia uma complementaridade evidente nas relações econômicas que as pequenas propriedades assumiam frente as grandes. O latifúndio exportador constituía a base econômica do Brasil no século XIX, e as pequenas propriedades assumiam o não menos importante papel de abastecimento interno, garantindo a sua reprodução e a das grandes propriedades.

A respeito das estâncias pecuaristas do Rio Grande do Sul, Dacanal (1980, p. 43) afirma que:

[...] era ela que remunerava o capital gasto nos investimentos econômicos; por isso, era ela, e não a pequena propriedade, que consistia num fator preponderante no processo de acumulação de capital<sup>35</sup>. A estância, entretanto, não tinha por que temer a concorrência da pequena propriedade, que se consolida a partir da chegada do contingente imigratório alemão. (...) Em vista disso é que se observa entre os estancieiros gaúchos uma atitude favorável à vinda e instalação, em núcleos coloniais, destinados a consolidar a propriedade camponesa.

Nesta assertiva do autor, percebem-se as relações pertinentes a cada grupo, sendo que as estâncias latifundiárias, responsáveis pela introdução do sistema capitalista de produção no Rio Grande do Sul, não tinham por que temer a ocupação do Estado em pequenas propriedades, visto que estes vinham a saciar uma lacuna existente na economia nacional e ainda possibilitar a reprodução de sua forma de produção e de seu capital.

Zarth (2002) coloca ainda a situação reivindicada pelos latifundiários. Apesar de não se opor à imigração de colonos e sua instalação em pequenas propriedades, foi imposto pelos estancieiros que não fosse alterada a estrutura já fixada na região, o que resultou na localização onde se fixaram os colonos.

Com o argumento abordado por Zarth, da preocupação dos estancieiros com a estrutura fundiária já estabelecida no Estado, podem-se analisar as discussões colocadas por

<sup>34</sup> Entretanto o autor relata que a relação entre grandes e pequenos proprietários não é pacífica, ocorrem repletas de contradições e tensões sociais.

<sup>35</sup> Esse fenômeno ocorre atualmente na produção nacional, sendo a agricultura extensiva grande geradora de dívidas para o país. Este tópico será abordado no último capítulo desta pesquisa.

Bernardes (1997), visando elucidar as fases de ocupação do Estado e a posição de cada uma na economia provinciana.

O geógrafo paulista introduz como fator preponderante no povoamento do Rio Grande do Sul a questão natural, principalmente o relevo e a paisagem.

Nunca é demais retomar essa tese da estreita dependência entre o tipo de povoamento e a distribuição da vegetação, pois, não há dúvida, foi esse o fato dominante que esboçou as bases da expansão de luso-brasileiros e colonos europeus em terras do Rio Grande do Sul. (Bernardes, 1997, p. 80).

Percebe-se a relação entre as condições naturais e a ocupação do Estado na análise do autor. O mesmo ainda prepondera não haver uma superposição entre as grandes propriedades e as pequenas, mas, sim, uma justaposição que nasceu por motivos naturais, em que há duas condições econômicas e sociais distintas que ainda se mantêm por motivos culturais.

Concorda-se com Bernardes (1997) no que tange a justaposição. Sem dúvida havia um conjunto de relações econômicas e sociais que eram nítidas nas grandes propriedades estancieiras, como o mercado nacional e a pouca utilização de mão de obra. Em contraponto, havia relações historicamente definidas para as pequenas propriedades, como a produção de gêneros alimentícios, o trabalho familiar e o mercado regional.

Entretanto, a explicação desta justaposição ocorria por condições naturais pode ser discutida. Os colonos serem fixados principalmente no nordeste do Estado tinha clara interferência das solicitações dos latifundiários estancieiros que, por intermédio do seu poder político e econômico frente ao governo central, não queriam que fosse alterada a estrutura fundiária, visto que essa era crucial para a produção bovina e para o aumento de produtividade.

Dessa forma, não discordamos de Bernardes quanto a importância das condições naturais, uma vez que estas estão intimamente ligadas com a possibilidade ou não do uso do espaço para as atividades estancieiras no período. Porém acrescentamos às condições produtivas na justificativa de haver uma justaposição entre grandes e pequenas propriedades, como afirma Dacanal (1980), uma vez que, devido às condições produtivas necessárias para reprodução da atividade pastoril extensiva e reprodução do capital no Estado, foram destinadas as áreas ainda devolutas impróprias para o latifúndio e pecuária. Estas mesmas relações produtivas e econômicas garantiam a justaposição e não a superposição, havendo relações distintas e complementares entre as duas estruturas fundiárias básicas estabelecidas nas políticas de povoamento e de ocupação, a grande e a pequena propriedade.

A dialética que regia as relações entre as grandes e as pequenas propriedades no Estado era preponderante baseada na análise das condições econômicas e demográficas que ainda ocorrem atualmente. São dessas relações que a história do Rio Grande do Sul se constitui, materializando um meio rural com rupturas que ainda estão presentes na atualidade, em especial na região do COREDE Central, que se apresenta como o caminho para abordar a lacuna entre a grande e a pequena propriedade - agronegócio e a agricultura familiar.

### **3.2 Contexto fundiário do Estado do Rio Grande do Sul**

Advinda em grande parte das políticas de ocupação já apresentadas e analisadas, o contexto fundiário da atualidade do Rio Grande do Sul possui peculiaridades, sendo que é composto por regiões com nível de concentração elevada de terras, justamente onde no passado havia o uso da terra a partir das grandes propriedades pecuárias. Em contrapartida, há regiões marcadas pelas pequenas propriedades rurais, especialmente nos locais destinados aos imigrantes alemães e italianos.

Entretanto, algumas considerações de caráter metodológico necessitam ser explicadas e debatidas. Uma discussão que permeia as análises de cunho agrário no Brasil é em relação aos imóveis rurais e aos estabelecimentos agropecuários. Os imóveis rurais são unidades utilizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), obtidos através da declaração do proprietário ou posseiro da terra que, segundo Girardi (2008), representa um caráter jurídico da estrutura fundiária. Por ser de cunho declaratório, o autor propõe serem frágeis estes dados, uma vez que, com finalidades diversas como redução de impostos e a não declaração de áreas improdutivas, os proprietários ou posseiros podem não declarar de forma fidedigna o tamanho de suas propriedades. Contudo, acredita-se que o percentual de declarações incorretas seja mínimo e não retire o crédito os dados informados pelo referido Instituto.

Outra questão na consideração dos dados do INCRA é quanto a continuidade da propriedade. A instituição considera a continuidade para definir o imóvel rural, entretanto um mesmo agropecuarista pode possuir vários imóveis de forma descontínua, falseando assim, uma análise sobre a concentração fundiária. Desconsiderando a variável 'proprietário da terra', a utilização dos dados do INCRA pode apresentar uma desconcentração de terras superior a que realmente ocorre.



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na realização dos censos agropecuários, utiliza como unidade de pesquisa o estabelecimento agropecuário. De acordo com o IBGE (2006)<sup>36</sup>, este consiste em:

[...] toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável.

Pelas pesquisas do IBGE terem uma realização baseada em interesses censitários, presume-se que a diferença entre o declarado pelo produtor e a realidade seja inferior a que se acredita haver nos dados do INCRA. Girardi (2008) afirma que o melhor critério para o estudo da estrutura fundiária é a compilação das variáveis proprietário e área total que este detém. Essa possibilidade não pode ser realizada nem se utilizando os dados do INCRA nem do IBGE, visto a forma como estes são disponibilizados. Contudo, o IBGE disponibiliza na escala municipal dados de tamanho de propriedade e condições do produtor, podendo-se, dessa forma, ter uma representação expressiva, mesmo que não correta em sua totalidade, da estrutura fundiária municipal. Por esta razão, esta pesquisa faz uso das variáveis apresentadas pelo IBGE, considerando, portanto, os estabelecimentos agropecuários. Foram analisado dados econômicos e demográficos dos municípios pertencentes ao COREDE Central, muitos destes dados disponibilizados pelo próprio IBGE. Sendo assim, será possível uma comparação por períodos e de segmentos com maior êxito.

Para análise da estrutura fundiária utilizou-se três grupos de dados: a) o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários; b) o número de estabelecimentos agropecuários por grupo de área; e c) a área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área. Estes dados estão apresentados na escala estadual, organizada por COREDE do segundo e terceiro caso e por municípios no primeiro. Para o COREDE Central, área de estudo desta pesquisa, os dados citados acima são apresentados por município pertencente à região.

Como já relatado no decorrer da pesquisa, a estrutura fundiária encontrada atualmente no Rio Grande do Sul é fortemente relacionada com a história de ocupação do seu território. Essa afirmação se torna evidente quando se considera a média dos estabelecimentos fundiários (figura 06). No ano de 2006, as porções oeste, centro, sudoeste e sul do Estado foram as áreas que apresentaram concentrações fundiárias mais acentuadas, justamente locais

---

36

que em outrora se encontravam as grandes propriedades estancieiras, provenientes das primeiras políticas de ocupação do governo..

Em contrapartida, nos locais ocupados na segunda fase de imigração europeia por pequenas propriedades, compostas por alemães e italianos, no centro, nordeste, norte e noroeste do Rio Grande do Sul, atualmente encontram-se grande quantidade de pequenas propriedades, caracterizando-se pelos locais com menor concentração fundiária.

Considerando a região do COREDE Central no contexto fundiário do Estado, pode ser notado que os municípios da região estão em uma ‘área de transição’, entre as áreas que são notoriamente caracterizadas por grandes e as de pequenas propriedades. Este fato vincula à região uma peculiaridade de diversidade no meio rural que será retratada no próximo item, quando será detalhada a estrutura fundiária dos municípios do COREDE Central.



Figura 06: Média dos estabelecimentos agropecuários no Rio Grande do Sul em 2006. Fonte: Produzido pelo autor, a partir do IBGE<sup>37</sup>.

A estrutura fundiária detalhada, estratificada por grupos de área, apresenta elementos que auxiliam na compreensão da concentração e desconcentração fundiária no Estado,

<sup>37</sup> O município de Esteio não possuiu o mínimo de três estabelecimentos agropecuários que o IBGE estabelece como necessários para ser contabilizados.

especialmente na comparação entre número e área dos estabelecimentos por grupos de área. Os extratos considerados foram os seguintes: até 10 ha, de 10 ha e menos de 20 ha, de 20 ha a menos de 50 ha, de 50 ha a menos de 200 ha, 200 ha ou mais. Foram selecionados estes extratos pela forma de disponibilização do IBGE<sup>38</sup>, por condições de cartografar os dados e os mesmos terem expressividade, para que possam ser visualizados na escala proposta e, por fim, pela representatividade que estes extratos possibilitam sobre a região.

Em 2006 (figura 07), o COREDE Vale do Rio Pardo apresentava o maior número de estabelecimentos agropecuários, um total de 38.131, sendo que grande parte do número de estabelecimentos tem até 50 ha, em que 90% dos estabelecimentos possuíam 50 ha ou mais.

Entre as áreas com baixo número de estabelecimentos, três destacavam-se: a) COREDEs próximo a capital Porto Alegre; b) os COREDEs Campos de Cima da Serra e Hortências, no nordeste do Estado; e c) os COREDEs Fronteira Oeste, no Vale do Jaguarí e Campanha. No primeiro caso, a alta taxa de urbanização encontrada na região é responsável pelo pequeno número de estabelecimentos. No segundo, as características do relevo tem grande importância. Devido às grandes declividades, as propriedades possuem grande extensão. A razão pelo pequeno número de estabelecimentos no terceiro grupo de regiões mencionado possui relação com a estrutura fundiária. Apesar da extensa área dos estabelecimentos agropecuários que compõem os três COREDEs, 30,61% do Estado, possui apenas 7,58% dos estabelecimentos no ano de 2006. Este fato é compreendido pela existência de grandes propriedades que se encontram nas regiões. Enquanto o Rio Grande do Sul apresentava 14% dos seus estabelecimentos com mais de 50 ha, o COREDE Fronteira Oeste, Vale do Jaguarí e Campanha apresentavam, respectivamente, 48%, 34% e 28%.

---

<sup>38</sup> No ano de 1995, os extratos disponibilizados pelo IBGE são os seguintes: menos de 1 ha, 1 a menos de 2 ha, 2 a menos de 5 ha, 5 a menos de 10 ha, 10 a menos de 20 ha, 20 a menos de 50 ha, 50 a menos de 100 ha, 100 a menos de 200 ha, 200 a menos de 500 ha, 500 a menos de 1.000 ha, 1.000 a menos de 2.000 ha, 2.000 a menos de 5.000 ha, 5.000 a menos de 10.000 ha, 10.000 a menos de 100.000 ha, 100.000 ha e mais, sem declaração. Em 2006 os extratos são os seguintes: mais de 0 a menos de 0,1 ha, de 0,1 a menos de 0,2 ha, de 0,2 a menos de 0,5 ha, de 0,5 a menos de 1 ha, de 1 a menos de 2 ha, de 2 a menos de 3 ha, de 3 a menos de 4 ha, de 4 a menos de 5 ha, de 5 a menos de 10 ha, de 10 a menos de 20 ha, de 20 a menos de 50 ha, de 50 a menos de 100 ha, de 100 a menos de 200 ha, de 200 a menos de 500 ha, de 500 a menos de 1000 ha, de 1000 a menos de 2500 ha, de 2500 ha e mais, produtor sem área.

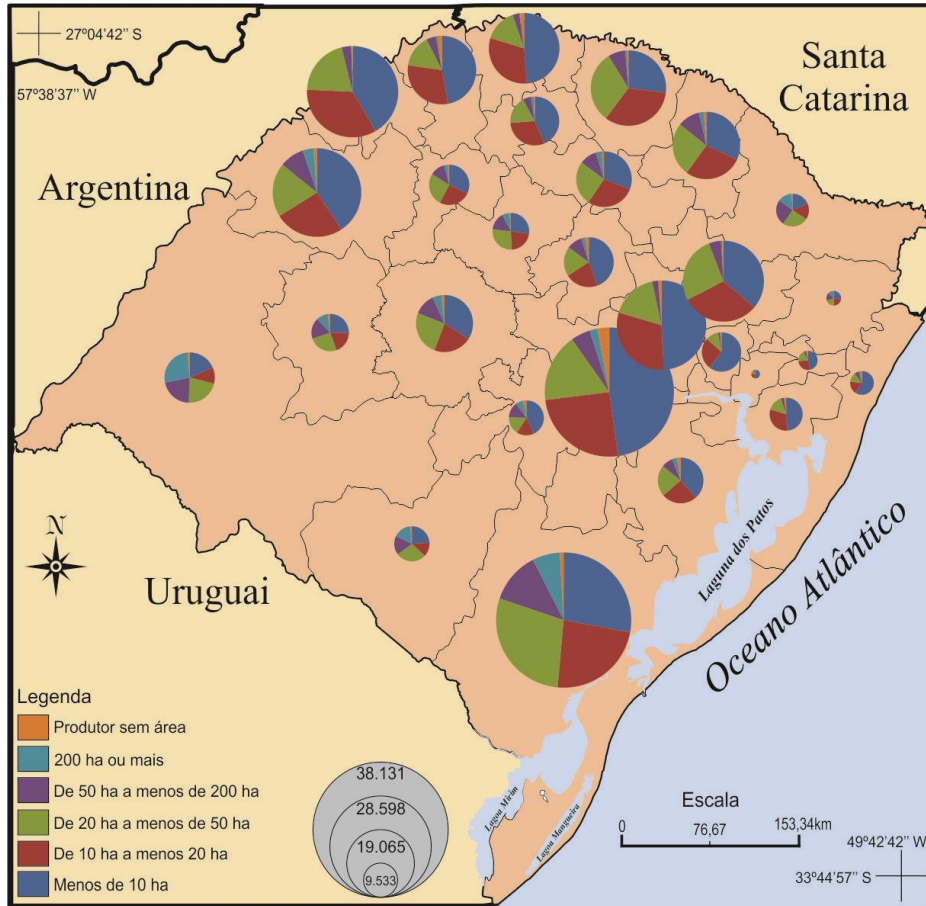


Figura 07: Número de estabelecimentos agropecuários estratificados por grupos de área, 2006. Fonte: Produzido pelo autor, a partir do IBGE<sup>39</sup>.

Analisando a área dos estabelecimentos agropecuários e considerando os mesmos grupos de área, pode-se perceber com maior clareza as áreas de maior e de menor concentração fundiária no Estado. No ano de 2006, da área total dos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul, 56,92% era contemplado por estabelecimentos com 200 ha ou mais, enquanto apenas 11,83% por estabelecimentos com até 20 ha. Cruzando estes dados com o número de estabelecimentos, percebe-se a concentração de terras no Estado, conforme pode ser observado na tabela 01, abaixo. Enquanto apenas 4,04% dos estabelecimentos possuíam mais que 200 ha, estes mesmos cobriam 56,92% da área total. Em contrapartida, 64,37% dos estabelecimentos têm menos que 20 ha, os mesmos compõem apenas 11,83% da área dos estabelecimentos agropecuários.

<sup>39</sup> No censo agropecuário de 2006 a condição 'produtor sem área' foi acrescentada. Este, segundo o IBGE (2006), consiste no "produtor obteve produção (vegetal ou de origem animal), porém, não detinha área específica para a sua produção".

	Número absoluto		Porcentagem	
	Número	Área (ha)	Número	Área
Menos de 10 ha	171.197	775.292	38,88%	3,96%
De 10 a menos de 20 ha	112.255	1.540.828	25,49%	7,87%
De 20 a menos de 50 ha	94.352	2.748.977	21,43%	14,04%
De 50 a menos de 200 ha	37.933	3.368.070	8,61%	17,20%
De 200 ha e mais	17.809	11.144.187	4,04%	56,92%
Produtor sem área	6.822		1,55%	
<b>Total</b>	<b>440.368</b>	<b>19.577.354</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 01: Número e área dos estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul estratificado por grupos de área, 2006.

Fonte: Produzido pelo autor, a partir do IBGE.

Apesar de este ser o cenário da estrutura fundiária do Estado, esta situação não ocorre de maneira uniforme no território sul-rio-grandense, como já vem sendo analisado. A figura 10, a seguir, apresenta as peculiaridades por COREDE, em que os COREDEs Fronteira Oeste, Campanha e Hortências apresentam, respectivamente, 88,17%, 80,2% e 78,71% da área total de seus estabelecimentos representados por propriedades com 200 ha ou mais, percentuais consideravelmente superiores índice Estadual. Os COREDEs Paranhana Encosta da Serra, Fronteira Noroeste e Vale do Taquari, inversamente aos anteriormente citados, possuem pequena área coberta por propriedades acima de 200 ha, 6,33%, 2,3% e 1,93%, respectivamente. Esses dados apresentam que a média do Estado não se faz por uma homogeneização da distribuição de terras no Rio Grande do Sul, ao contrário, há nitidamente grandes rupturas no espaço agrário do Rio Grande do Sul.

A percepção do contraste fundiário entre as regiões no Estado continua ao considerar a área dos estabelecimentos com até 20 ha. Os COREDEs Vale do Caí, com 53,42% do total, Vale do Taquari, 50,19%, e Médio Alto Uruguai, 45,73%, são as regiões que possuem maiores percentuais de suas áreas com estabelecimentos com até 20 ha. Nota-se a repetição do Vale do Taquari, anteriormente citado como um dos COREDEs com menor área composta por propriedades superiores a 200 ha. Outras regiões que se repetem são o COREDE Fronteira Oeste, 0,83%, e Campanha, 1,97% da área total de seus estabelecimentos compostos por estabelecimentos de até 20 ha. Mostram-se grandes as diferenças também entre as áreas de pequenas propriedades que, apesar de ser a maioria em número absoluto e percentual no Estado, a sua área é inversamente menor.

O COREDE Central apresenta grande proximidade com os números percentuais apresentados em nível Estadual. Esta situação corrobora com a perspectiva mencionada, em que o COREDE Central possui características de uma área de transição entre as regiões de grandes e as de pequenas propriedades. Contudo, da mesma forma que na escala Estadual, a região não é homogênea, pois a estrutura fundiária regional é distinta entre municípios e será analisada no tópico a seguir.

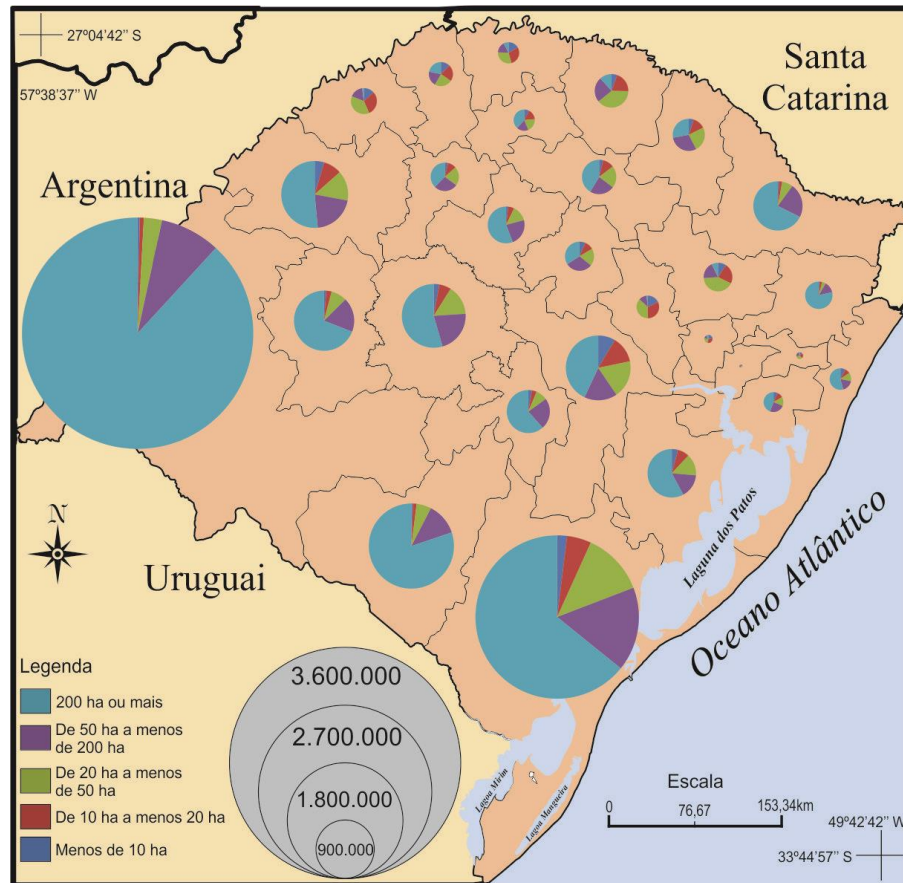


Figura 08: Área dos estabelecimentos agropecuários em ha, estratificados por grupos de área, 2006<sup>40</sup>.  
Fonte: Produzido pelo autor a partir do IBGE.

### 3.2.1 As particularidades presentes no espaço agrário da região do COREDE Central/RS

A perspectiva metodológica utilizada na análise da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul é seguida da consideração da região do COREDE Central. Entretanto, foi buscado o detalhamento por município, visando evidenciar as peculiaridades internas da região no que tange a estrutura fundiária.

<sup>40</sup> A área dos estabelecimentos agropecuários considerada na ilustração não corresponde ao valor total da área dos estabelecimentos. Este fato decorre da não divulgação do IBGE da área em extratos que não possuem ao menos três estabelecimentos contidos. Assim, uma pequena variação do valor total ocorre, especialmente entre as grandes propriedades que, em alguns municípios, são poucas. Portanto, os dados apresentados possuem um pequeno desvio, que em geral desconcentra a propriedade da terra.

No ano de 2006, como mostra a figura 09, a seguir, havia uma heterogeneidade na média dos estabelecimentos agropecuários na região do COREDE Central, muito próxima à visualizada em nível Estadual. Os municípios do norte da região, Tupanciretã e Júlio de Castilhos, apresentavam as maiores médias, 147,23 ha e 147,34 ha, respectivamente. Ambos possuem uma média do tamanho dos estabelecimentos próxima às encontradas no oeste e sul do Estado. Conforme já foi ilustrado neste trabalho (figura 04), os dois municípios apresentavam uma considerável quantidade de reses abatidas no início do século XX em seu território, expondo assim as raízes históricas que explicam a atual condição, uma vez que, como já foi debatido, a criação de bovino no Rio Grande do Sul era realizada em vastas áreas<sup>41</sup>.

Em oposição ao verificado em Tupanciretã e Júlio de Castilhos, alguns municípios possuem sua estrutura fundiária menos concentrada. Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, São João do Polêsine, Silveira Martins e Toropi apresentam média inferiores a 30 ha. Não por acaso se encontra esta situação. Estes municípios foram colonizados por alemães, no caso de Agudo, e italianos (com exceção de Toropi), nos demais, os quais receberam pequenos lotes de terra que forjam a produção e estrutura fundiária ainda encontradas.

Os demais municípios, Quevedos, São Pedro do Sul, São Martinho da Serra, Santa Maria, Formigueiro, Nova Palma e Pinhal Grande, apresentam médias intermediárias entre os dois grupos citados, variando entre 35 ha e 65 ha. Este fato reforça a premissa apresentada anteriormente de que o COREDE Central está situado em uma área de transição entre as grandes e pequenas propriedades do Estado.

---

<sup>41</sup> Farinatti (1999).

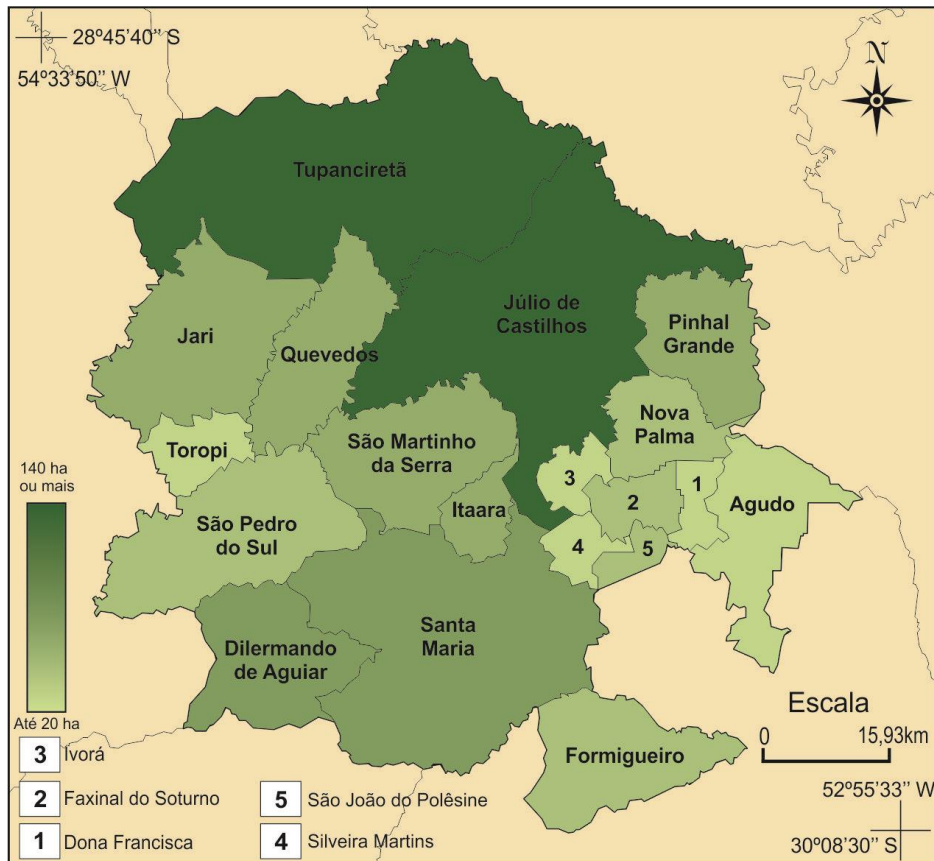


Figura 09: Média dos estabelecimentos agropecuários do COREDE Central, 2006.  
 Fonte: Produzido pelo autor, a partir do IBGE.

A proximidade percentual e mesmo as peculiaridades da heterogeneidade da estrutura fundiária entre o Rio Grande do Sul e a região do COREDE Central continua a ser percebida quando se visualizam os dados internos do COREDE, estratificados por municípios pertencentes à região.

Considerando os dados estratificados por grupos de área, a região apresenta 56% dos seus estabelecimentos com área de até 20 ha, enquanto 5% das propriedades possuem mais que 200 ha. Alguns municípios apresentam uma concentração maior de estabelecimentos com tamanho superior a 200 ha, entre estes se podem salientar Júlio de Castilhos, com 21%, e Tupanciretã, com 15%. Alguns municípios da região não possuem nenhum ou poucos estabelecimentos com mais de 200 ha, entre estes, Agudo, São João do Polêsine e Faxinal do Soturno, com apenas um, Dona Francisca e Ivorá com nenhuma propriedade.

Estes mesmos municípios que se destacam por não possuir grandes propriedades possuem um grande número de pequenos estabelecimentos. Agudo possui 66% das suas propriedades rurais com menos de 20 ha, já Dona Francisca, 67%. Ressalta-se o grande percentual encontrado em São Pedro do Sul, 56%. Na parte superior direita da figura 13, abaixo, estão ilustrados os municípios em que a escala impossibilita a apreciação.



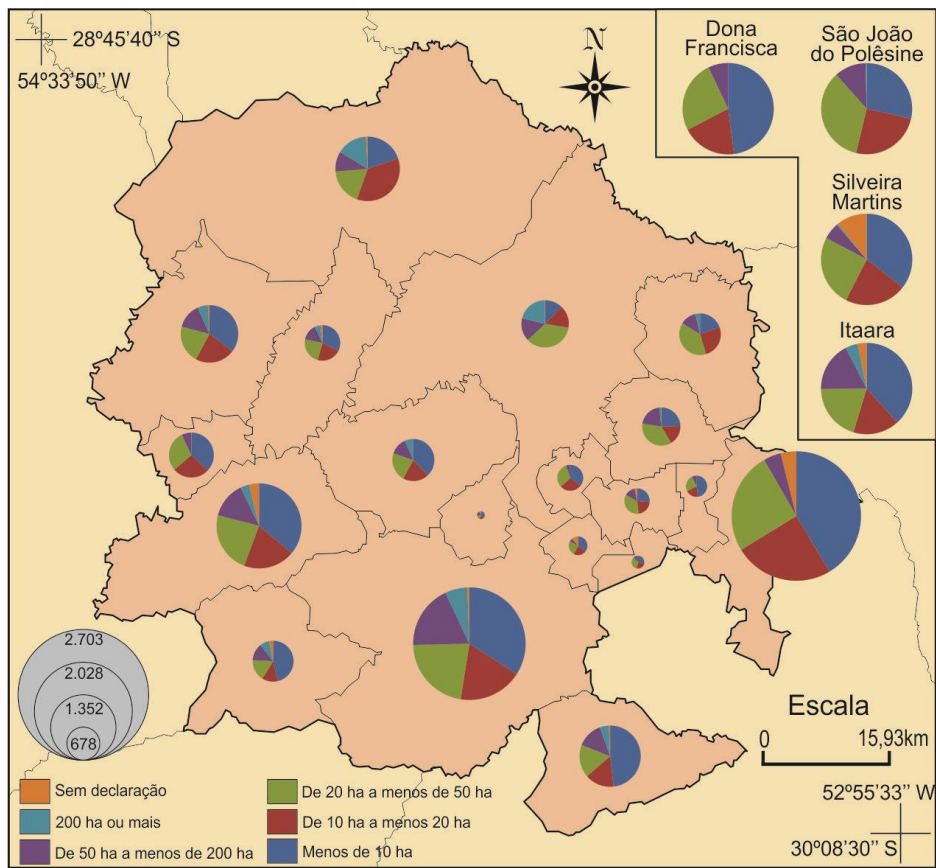


Figura 10: Número de estabelecimentos agropecuários estratificados por grupos de área na região do COREDE Central, 2006.

Fonte: Produzido pelo autor, a partir do IBGE.

A relação entre o número de estabelecimentos e a área dos mesmos, organizados nos mesmos extratos e apresentados na tabela 02, a seguir, possibilitam a compreensão da condição de concentração de terras na região do COREDE Central. Uma aproximação com os números do Estado é encontrada na região, tanto entre os grandes quanto entre os pequenos estabelecimentos. Os estabelecimentos com até 20 ha são 55,81% do total da região e ocupam apenas 9,18% da área total. Os números são bem diferentes quando se consideram as propriedades com 200 ha ou mais e que ocupam 56,04% da área total. Entretanto, somam apenas 5,08% do número de estabelecimentos.

Estes dados, porém, não podem ser generalizados entre os municípios da região. Há uma grande heterogeneidade no espaço agrário do COREDE Central, sendo que alguns municípios possuem grande quantidade em número e área de pequenos estabelecimentos. Da mesma forma, outros são caracterizados por grandes propriedades.

	Número absoluto		Porcentagem	
	Número	Área (ha)	Número	Área
Menos de 10 ha	6.456	26.830	34,08%	2,92%
De 10 a menos de 20 ha	4.117	57.542	21,73%	6,26%
De 20 a menos de 50 ha	4.771	142.602	25,18%	15,52%
De 50 a menos de 200 ha	2.310	203.851	12,19%	22,18%
De 200 ha e mais	962	514.927	5,08%	56,04%
Produtor sem área	328		1,73%	
<b>Total</b>	<b>18.944</b>	<b>918.922</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 02: Número e área dos estabelecimentos agropecuários do COREDE Central estratificado por grupos de área, 2006.

Fonte: Produzido pelo autor, a partir do IBGE

A área das propriedades com 200 ha ou mais em determinados municípios do COREDE Central são peculiares das regiões oeste e sul do Estado. Os municípios de Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Dilermando de Aguiar têm, 84,78%, 80,03% e 62,57%, respectivamente, das áreas de suas propriedades agropecuárias abrangidas por este extrato de estabelecimento. Contrariamente a estes municípios, outros não possuem área neste extrato, como já relatado quando analisado o número de estabelecimentos por grupos de área, como Agudo<sup>42</sup>, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, São João do Polêsine, Silveira Martins e Toropi.

Em relação a estes municípios, outros possuem forte similaridade com as regiões do norte e nordeste do Rio Grande do Sul. Estes possuem grande área destinada a propriedades com até 20 ha. Destacam-se neste extrato, Agudo, com 32,88% da área total das propriedades, Ivorá, com 30,01%, e Silveira Martins, com 28,24%. Já os municípios que têm vastas áreas cobertas pelas grandes propriedades, apenas 1,99% do total em Júlio de Castilhos, 4,5% em Tupanciretã, e 5,53% em Dilermando de Aguiar são ocupadas por propriedades com até 20 ha. A figura 11, auxilia na compreensão destes fatos. Na parte superior direita, estão ilustrados os municípios em que a escala impossibilita a apreciação.

<sup>42</sup> Agudo, em 2006, possuía um estabelecimento com mais de 200 ha. Entretanto, por não atingir o mínimo de três estabelecimentos censados no extrato, o IBGE não divulga o dado.

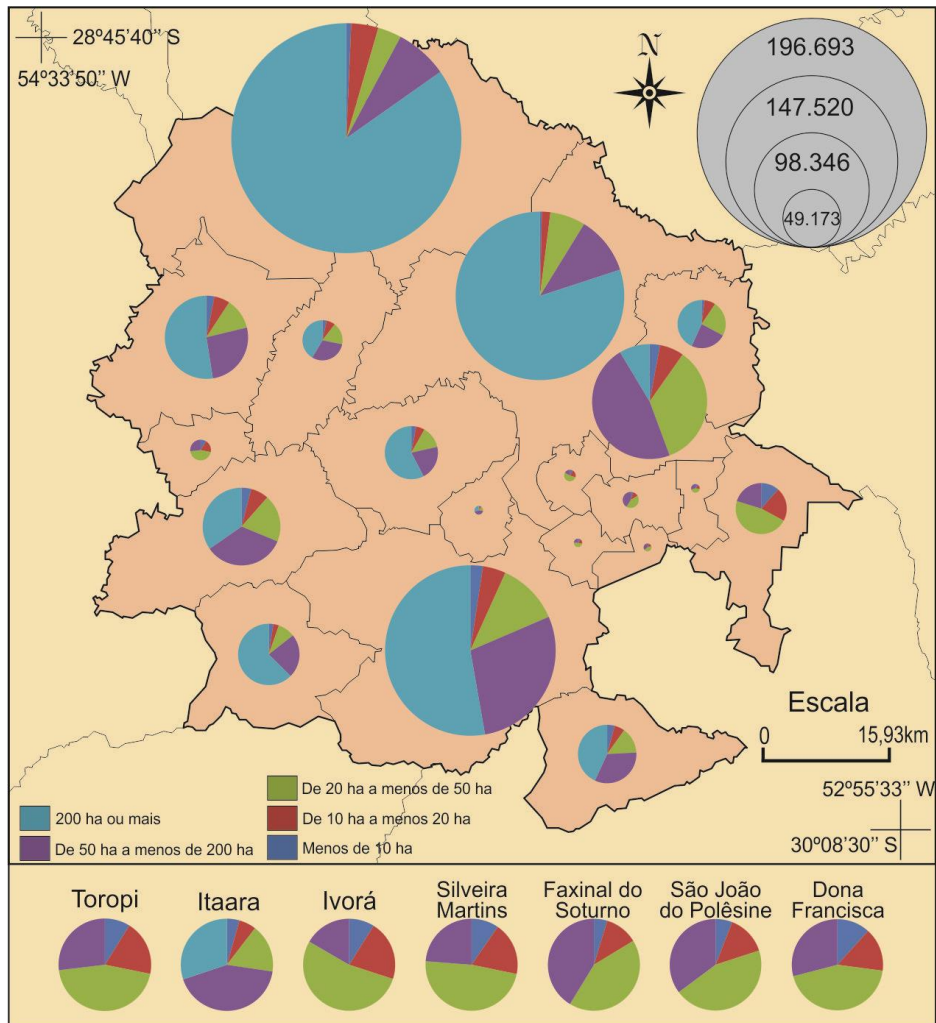


Figura 11: Área dos estabelecimentos agropecuários em ha, estratificados por grupos de área no COREDE Central, 2006.

Fonte: Produzido pelo autor a partir do IBGE.

O espaço agrário do COREDE Central, portanto, não pode ser considerado como um espaço homogêneo. Pelo contrário, as peculiaridades são muito profundas, tão grandes quanto às encontradas em nível estadual, em que uma parcela do território é composta por pequenas propriedades e outra constituída por latifúndios. Este fato, como já discutido no decorrer deste capítulo, é oriundo dos processos de ocupação do território sul-rio-grandense, que em determinado período priorizou-se pela formação de estâncias pecuaristas para defesa do território, e em outro as pequenas propriedades policultoras.

Considerando o referencial teórico seguido por esta pesquisa, o processo de formação do território é ponto essencial na constituição das regiões, sendo que este determina, mesmo que em partes, as condições materiais da sociedade. Somam-se à história uma frente local, as nuances e as influências no território regional da frente global que, inegavelmente, estão atualmente presentes, transformando o território que, atreladas as peculiaridades, moldam os processos produtivos.

São resultados desta relação local/global as ações produtivas no espaço do COREDE Central. A estrutura fundiária resultantes da formação do território, somadas às oportunidades postas pelas relações globais, possibilitaram a inserção do agronegócio na região, marcadamente presente nos municípios com predominância de grandes propriedades. Paralelamente na região, há uma forte produção por meio da agricultura familiar, especialmente nos locais com grande número de pequenas propriedades. Esta relação dialética que pode parecer contraditória, ocorre no COREDE Central e será analisada nos seguintes capítulos, buscando evidenciar se há superposição ou justaposição nas relações econômicas e quais são as implicações demográficas destes processos produtivos.

## **4 AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR**

Affonso e Silva (1995) abordam que a peculiaridade na ocupação do Estado, encontradas também na região do COREDE Central (RS), geraram uma distinção entre as áreas de latifúndio e pequenas propriedades, causando diferenças produtivas no território sul-rio-grandense e que se estendem até os dias atuais.

Essas diferenças produtivas acabam por resultar em uma dinâmica econômica e demográfica distinta, não apenas no meio rural, mas também urbano. O espaço agrário do COREDE Central, que possui origens num histórico de políticas de ocupação territorial do Rio Grande do Sul, apresenta dois conjuntos de municípios a partir da sua produção agropecuária. Um com maior incidência do agronegócio e outro com maior parte de sua produção realizada de forma familiar.

A produção agropecuária da região do COREDE Central apresenta-se atualmente como um possível vetor para o desenvolvimento da região, como pode ser analisado nos resultados do recente planejamento estratégico, publicado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central (COREDE Central, 2010). Para se almejar um fortalecimento do setor agropecuário, há de se ter clareza de como ele materializa-se na região, que, como já referido, possui heterogeneidades produtivas que resultam em dinâmicas econômicas e demográficas distintas.

Para caracterizar os municípios segundo a sua forma majoritária de produção no meio rural, uma revisão conceitual do agronegócio e da agricultura familiar é necessário, pois a partir das suas peculiaridades, do seu escopo de segmentos e das características básicas, será possível regionalizar o COREDE Central segundo a produção agropecuária.

### **4.1 Revisão histórica e conceitual**

#### **4.1.1 Agronegócio**

O termo agronegócio é relativamente recente, ganhando maior utilização e repercussão a partir de meados do século XX. Criado para designar uma gama de transformações e serviços que estão além da produção agropecuária em si, o conceito de agronegócio surgiu também para quebrar a vinculação das atividades pastoris a preceitos de atraso, pouca dinâmica.

Uma vez o agronegócio não estando vinculado apenas com as atividades produtivas primárias, Davis e Goldberg<sup>43</sup> apud Rufino (1999, p.18), definem agronegócio da seguinte forma:

[...] o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários in natura ou industrializados.

Considerando os aspectos acima citados e chamando atenção para a aproximação entre a produção agropecuária e a indústria, além de os serviços e as decisões não serem mais tomadas exclusivamente pelo produtor agropecuário, Montoya (2002, p. 607)<sup>44</sup> complementa,

[...] portanto, fica evidente que a decisão sobre o que como, quanto e para quem produzir na agricultura passa a interagir cada vez mais nos âmbitos da indústria e dos serviços, numa perspectiva intersetorial que transcende a montante e a jusante da porteira da fazenda, que, em conjunto, convencionou-se chamar de agronegócio.

Por abranger um escopo de atividades dos diferentes setores da economia, considera-se que não se pode tratar da importância econômica e social das atividades do agronegócio, considerando apenas as atividades essencialmente rurais. Guanziroli (2006, p.3) aborda o conceito, mencionando o incremento do agronegócio no Produto Interno Bruto do Brasil. Para o referido autor:

[...] o agronegócio, entendido como a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos, responde por quase um terço do PIB do Brasil e por valor semelhante das exportações totais do país.

Esta porcentagem significativa do PIB brasileiro relacionada ao agronegócio representa os diferentes segmentos que abrangem o mesmo. Pinazza e Alimandro (1999) analisam as transformações no setor, ligando-os com às da sociedade, em especial a necessidade não mais apenas quantitativa - aumento de produção, mas qualitativo, sendo valorizadas as características intrínsecas do produto.

Concomitante a isso, Mendes (2007) relata o processo de urbanização ocorrido no Brasil e no mundo durante o século XX, que criou uma demanda por produtos de origem agropecuária que deveria ser produzida por um número cada vez menor de habitantes no meio rural, sendo necessário um crescimento de produtividade superior ao até então ocorrido.

---

<sup>43</sup>Autores que lançaram o termo *agrobusiness*, que posteriormente foi traduzido para o português como agronegócio.

<sup>44</sup>Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402002000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402002000400004)>. Acesso em: 20 ago. 2012.

Somado a este fato, o recente aumento de renda da população brasileira impactou de forma significativa na demanda pelos produtos que possuem vinculação ao agronegócio, mesmo que em alguma parte do processo de fabricação.

O esquema abaixo (figura 12) representa a gama de atividades relacionadas ao agronegócio. Como se pode notar, a produção ‘dentro da porteira’ se torna um elemento de toda a dinâmica que abrange o conceito. Ainda citando Mendes (2007), há uma perda de valor da produção agropecuária, frente às atividades como um todo. Apesar do crescimento do número absoluto da produção agropecuária no Brasil nas últimas décadas, em perspectivas aos segmentos de insumos e processamento o valor vem decaindo, antes e depois da porteira.

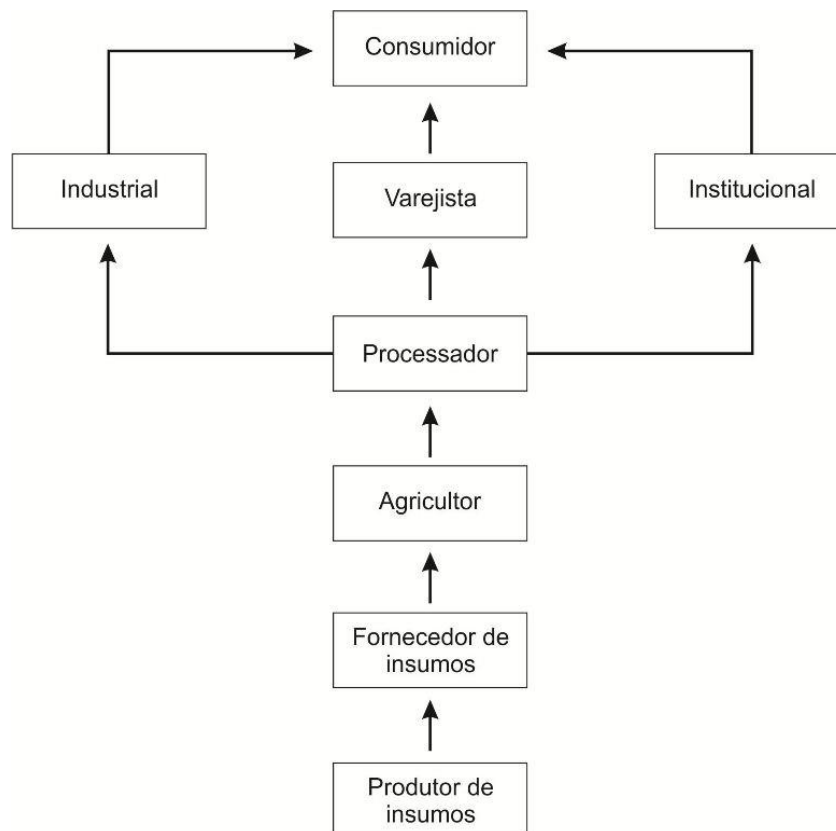


Figura 12: Sistema do agronegócio.  
Fonte: Mendes (2007). Adaptado pelo autor.

O conhecimento técnico se torna um dos vetores da transformação da agricultura tradicional, como aborda Callado (2006). Para o autor, as diferentes relações que emergiram das mudanças técnicas, especialmente pela aproximação com a indústria e com os serviços, causaram um aumento da complexidade gerencial para o produtor rural, uma vez que as atividades que este tem de realizar ultrapassavam as de cunho produtivo.

Compreende-se esta complexidade ao considerar três grandes transformações que ocorreram na agropecuária e são apresentadas por Rodrigues (1999). Para o autor, entre as

três mudanças, a principal foi a de ‘modelo’, pois a agregação de valor junto ao produto é primordial para o produtor auferir uma renda compatível com a sustentabilidade de sua produção, criando assim a necessidade de alguma vinculação produtiva, seja em cadeia, de cooperativas de produção ou de métodos particulares de produção.

A segunda grande mudança é de ordem tecnológica, justamente a mais visível entre as propriedades rurais vinculadas ao agronegócio. Exemplos dessa transformação é o grande número de implementos agrícolas existentes atualmente no meio rural. Além dos maquinários, as modificações genéticas e os adubos e inseticidas químicos são mais presentes nas plantações e nas criações.

Por fim, a já mencionada modificação gerencial. A administração financeira básica atualmente é essencial para o sucesso de um estabelecimento agropecuário vinculado ao agronegócio, visto as modificações no mercado ocorrerem de forma muito rápida e a produção necessitar acompanhar as mesmas.

As transformações na agropecuária que permitiram o surgimento e o amadurecimento do agronegócio no que tange as características acima mencionadas, ocorreram de forma rápida, sendo marcadas pela inserção de práticas novas no meio rural e alicerçados por políticas públicas que financiaram a mudança no processo produtivo e na transformação dos produtos oriundos da agricultura e da pecuária. Da mesma maneira, as repercussões espaciais e no setor foram marcantes, tanto no aumento da produtividade quanto na segregação que causou.

O processo de modernização da agricultura, segundo Brum (1985), foi a alteração nas bases técnicas utilizadas pelo sistema agrário, havendo a implementação intensiva de insumos e de maquinários, que culminou com a tecnificação da produção animal e vegetal.

A utilização de insumos artificiais em detrimento da agricultura ‘natural’ é, de acordo com Silva (1998), uma das principais alterações a partir da modernização do meio rural, sendo que a aproximação da produção agropecuária com a indústria possibilita tais modificações.

Estas transformações da agropecuária, materializadas nos novos meios de produção incorporados ao meio rural, iniciaram na década de 1950, nos Estados Unidos, como discorre Elesbão (2007), e adentrou no Brasil a partir da década de 1960, tendo se consolidada no decênio seguinte.

O discurso modernizador na agropecuária no Brasil surgiu, de acordo com Mendonça (1996), ainda na metade do século XIX, quando a classe rural dominante percebeu a



necessidade de uma alteração nas formas de produção até então atrasadas e pela ‘vocação agrária’ do país, segundo a elite setorial.

A produ o agropecuária no Brasil sempre esteve relacionada   própria história do país, especialmente até o processo de moderniza o, quando a economia e a popula o estavam em grande parte ligadas diretamente com a produ o agropecuária. Dessa forma, algumas passagens históricas auxiliaram na compreensão do processo que culminou na moderniza o conservadora do meio rural brasileiro.

Silva (1998) relata a economia exportadora ligada   agropecuária do Brasil até a década de 1930, afirmando que a produ o era desarticulada internamente, estava alicerçada na produ o de café para o mercado internacional e possuindo o cultivo de alimentos e de bens de produ o saciados nas próprias fazendas ou no seu entorno. Os complexos rurais, como denomina o autor, perduraram até o declínio do ciclo do café, afetados pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, e a política de industrializa o baseada na substitui o de importa es, incorporadas pelo governo do país a partir do período.   justo afirmar que o capital acumulado pela produ o de café por várias décadas possibilitou o financiamento necessário para a indústria ser implantada no norte do Estado do Paraná e em São Paulo, zonas cultivadoras de café.

A mão de obra escrava, utilizada por vários anos nas fazendas cafeeiras, também foi um entrave para o processo de moderniza o da agropecuária almejado pela elite décadas antes. Prado Júnior (2004) analisa a estagna o na economia por conta da força produtiva empregada na era escrava, sendo que uma maior dinâmica na produ o estava impossibilitada. Alguns mecanismos, como a Lei de Terras de 1850 e a proibi o do tr fico de escravos, possibilitaram o assalariamento de uma parcela da popula o, que culminou em um mercado interno que passou a demandar atividades urbanas antes ausentes, e mesmo uma produ o de alimentos maior realizada em partes pelos ex-escravos, agora livres e proprietários de terra.

Com a possibilidade criada pelo excedente produtivo do meio rural e pela demanda oriunda dos centros urbanos que cada vez mais diversificava suas atividades, a separa o campo-cidade ocorreu de uma forma antes ausente, que se aprofundava com a moderniza o da agricultura, tornando-se o campo consumidor dos produtos advindos da cidade - agropecuária/indústria.

A partir da década de 1960, a agricultura brasileira obteve uma grande transforma o, que teve como origem uma política de modifica o do sistema produtivo advindo dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Alves, Cordeiro Neto e Sousa (2007) contextualizam

o período, considerando a Guerra Fria como cenário que fomentou a política norte-americana. Visando uma manutenção na influência frente à América Latina e o afastamento do risco de inserção do comunismo na região, os Estados Unidos ofereceram auxílio técnico para que se almejassem melhores condições econômicas e sociais<sup>45</sup>.

Essa transformação no meio rural, que teve repercussões em nível mundial, se tornou uma revolução produtiva, denominada Revolução Verde. O programa teve tanta expectativa e importância, que um de seus principais percursores, o agrônomo Norman Borlaug, ganhou no ano de 1970 o Prêmio Nobel, pois se acreditava que com as inovações, ganhos enormes de produtividade seriam possíveis e a fome poderia ser erradicada, como discutem Pinazza e Alimandro (1999).

As ações visando à modernização das atividades rurais, como a Revolução Verde, tiveram alicerce teórico na Teoria da Modernização. São inúmeras as conotações de ‘modernidade’ encontradas na literatura, que se propõem a analisar o fenômeno, desde as mais gerais, que possuem uma perspectiva histórica com mudanças evolutivas de diversas ordens, perpassando por outras que abordam as alterações processuais da sociedade, industrialização e democratização, por exemplo. Entretanto, a proposição de modernização que a Teoria apresenta, segundo Sztompka (1998), trata do esforço que sociedades tidas como atrasadas desprendiam para atingir o nível tecnológico e econômico das sociedades centrais.

A Teoria da Modernização teve origem no período pós-Segunda Guerra Mundial, em que o mundo estava dividido em 3 (três) interdependentes grupos de países: o primeiro mundo (países capitalistas centrais), o segundo mundo (sociedades socialistas) e o terceiro mundo (países que se encontravam no período pós-colonial e pré-industrial). O surgimento da Teoria marcou a última das proposições com orientação evolucionista, e tinha como um dos principais objetivos, através de modelos teóricos, explicar o movimento das sociedades periféricas em busca de patamares superiores, possuindo como norte os países centrais<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Este argumento para inserção nos países latinos americanos das empresas norte-americanas que possuíam e regularizavam as atividades que norteavam a modernização da agricultura no Brasil é discutível e será analisado no decorrer deste capítulo.

<sup>46</sup> As principais características explicativas da Teoria, segundo Sztompka (1998), são as seguintes: a) mudanças unilaterais, sendo que as sociedades menos desenvolvidas deveriam seguir os passos das centrais, sendo necessário superar estágios até a modernização, de modo que havia um caminho único para o desenvolvimento; b) as mudanças eram irreversíveis e assinalavam para o caminho da modernidade; c) estas mudanças ocorriam de forma gradual e pacífica; d) respeitava uma sequência de estágios que devem ser superados pontualmente; e) a modernização levava ao progresso social e da condição humana; f) o caminho para a modernização ocorria de forma vertical, por elites políticas que sofriam pressão externa da sociedade para se modernizar; e g) necessitava ocorrer um percurso fidedigno por parte dos países pré-modernos perante as sociedades tidas como modernas - sociedades modelo.

As informações apresentadas sobre a Teoria da Modernização, possuíam íntima relação de proximidade e de fundamentação necessária para justificar a implementação da modernização dos processos produtivos rurais. Nota-se que a origem da Teoria, surgiu justamente no período em que as primeiras tratativas mais densas de modernização da agropecuária ocorreram, assim como na mesma época que aconteceu a incorporação por parte dos países subdesenvolvidos de técnicas advindas dos desenvolvidos, visando atingir um nível de produtividade próxima às melhores encontradas no mundo, porém, importando técnicas exógenas.

Uma vez que a Teoria da Modernização propõe a incorporação de novas formas de produção, percebe-se a busca pela superação do moderno frente ao tradicional, pois os meios de produção peculiares de cada país ou região subdesenvolvida deveriam ser substituídos pelas novas, oriundas, em grande parte, dos Estados Unidos, sociedade modelo do período que propunha a Teoria e as grandes revoluções tecnológicas, especialmente no que tange à produção agropecuária e sua cadeia: a montante e a jusante.

A Revolução Verde, como propõe a Teoria da Modernização, teve como principais mudanças as de ordem tecnológica advindas dos Estados Unidos<sup>47</sup> e implementadas nos países periféricos. Entre estas mudanças, estavam as sementes modificadas geneticamente que poderiam ser adequadas às distintas condições de clima e solo, assim como ser resistentes a pragas. Além disso, o uso intensivo de fertilizantes e adubos químicos fazia parte do pacote tecnológico difundido pelo programa.

Propondo ser a alternativa viável para o atraso tecnológico e para a escassez de alimentos do mundo subdesenvolvido, como afirma Guimarães (1982), a Revolução Verde foi fomentada e financiada pelos governos dos países em desenvolvimento, buscando uma nova base produtiva, substituindo a tradicional por uma moderna, premissa que pode ser visualizada na Teoria da Modernização, que poderia resultar em maiores índices de produtividade.

O aumento da produtividade de fato ocorreu. Mesmo Oliveira (2005), ao realizar uma crítica frente ao processo de modernização da produção agropecuária e sua proximidade com os demais setores produtivos, ressalta o aumento da produtividade do trabalho com a mecanização. Entretanto, as repercussões e as consequências do modo como ocorreu a

---

<sup>47</sup> O programa surgiu nos EUA, porém, não foi um programa de estado. O grande grupo econômico *Rockefeller* foi o implementador, inclusive patrocinando programas pilotos em países em desenvolvimento, como o Brasil e o México.

implementação de pressupostos modernos na agropecuária no Brasil são os alvos das críticas do autor.

No decorrer da implementação das mudanças propostas pela Revolução Verde, notou-se que o discurso da defesa alimentar e o avanço tecnológico para o mundo subdesenvolvido não ocorreriam como havia sido divulgado. Os interesses de grandes grupos econômicos em tornar o meio rural consumidor de máquinas e implementos agrícolas advindos da indústria estavam maquiados dos discursos generosos da Revolução Verde.

Além disso, as repercussões sociais e econômicas causadas foram diversas. Brum e Alves, Cordeiro Neto e Sousa (2007) denominam de Modernização Conservadora o processo que modificou as bases técnicas da agropecuária, pois poucos produtores tiveram acesso aos maquinários e implementos da Revolução Verde, causando uma profunda ruptura no meio rural, marginalizado o percentual que não obteve acesso e formando um segmento agroexportador nos moldes dos períodos passados do Brasil.

Com as proposições da modernização na agropecuária da Revolução Verde, concomitante com as alterações técnicas no meio agrário, dois elementos, o tempo e o espaço, modificaram-se. Ao analisar as alterações nos ritmos das relações e a onipresença possibilitada na modernidade, Chesneaux (1995, p. 20) exemplifica a problemática a partir do meio rural, afirmando que a “[...] exploração rural perdeu ao mesmo tempo seu centro e sua estabilidade; ela se substitui no espaço e se renova no tempo, com o mesmo ritmo rápido das inovações técnicas e das probabilidades do mercado”. Ou seja, o espaço<sup>48</sup> é reduzido em determinados aspectos pelas interconexões que os meios de comunicação proporcionavam. Da mesma maneira, o tempo é simplificado pela técnica, não mais fazendo uso do tempo natural, mas, este é regido pelo mercado que pretende, em suma, multiplicar lucros com determinada rapidez.

A aproximação da produção agropecuária com a indústria foi em suma a grande responsável pelas mudanças na percepção de espaço e tempo, uma vez que a indústria impõe seu ritmo frente ao meio rural. Giddens (1991), corroborando com o exposto, afirma que o industrialismo caminha junto com a modernidade, considerando o sentido aqui abordado de modernidade.

As repercussões das transformações da agricultura também ocorreram na relação do produtor com o trabalho, se distanciando dos manuseios típicos da produção tradicional no manejo agrícola. Neste sentido, Marx e Engels (1987 b, p. 35), analisando o trabalho nas

---

<sup>48</sup> No meio rural, com as novas tecnologias, não mais foi necessário aumentar a fronteira agrícola para incrementar o produzido. No mesmo espaço podem-se ter colheitas superiores, como afirma Silva (1998).

indústrias inglesas no século XIX, afirmavam que “[...] o trabalhador passou a ser um mero acessório da máquina, e dele só se exige a operação mais simples, mais rotineira e fácil de aprender”. Ou seja, o trabalhador tornou-se um apêndice da máquina, como denomina Silva (1998), sendo que apenas realizava tarefas repetitivas.

Entretanto, poucos produtores primários tiveram condições materiais e financeiras favoráveis para modernizar sua produção. Essa limitação financeira foi um obstáculo que deveria ser sanado para viabilização da modernização do meio rural dos países periféricos, do Brasil em especial, assim como para a implementação da Revolução Verde. Neste momento, outro agente, buscando contemplar uma conspexção de desenvolvimento baseado na Teoria da Modernização, na mesma forma que interesses econômicos, agia de maneira determinante, o Estado.

Retomando a Teoria da Modernização, um dos pressupostos para sua implementação foi expor os obstáculos que limitavam o ‘avanço da sociedade’ e superá-los. Justamente esta ação foi contemplada pelas elites políticas. A modernização da produção agropecuária ingressou nos países subdesenvolvidos com a propaganda de solução do atraso técnico de tais países para, assim, aumentar a produtividade no meio rural. Contudo, poucos agropecuaristas possuíam condições monetárias para adquirir as técnicas oferecidas, sendo necessário crédito financeiro. O Estado interveio subsidiando, com políticas de crédito rural, a modernização da agricultura.

Considerando o caso brasileiro, Silva (1998) analisa a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, através da Lei nº 4.829. O sistema de crédito subsidiou a modernização da agricultura de forma conservadora:

A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma política monetário-financiadora expansionista. (SILVA,1998, p. 51)

A aproximação com o capital financeiro, de acordo com Alves, Cordeiro Neto e Sousa (2007), foi e continua sendo o ponto essencial para o processo de modernização da produção agropecuária, de forma que este se tornou a intersecção da dependência da agropecuária com a indústria, ou seja, não se torna dependente por intermédio das técnicas inovadoras, mas, sim, do sistema financeiro, pois para conseguir acessar as técnicas modernas o produtor necessita endividar-se junto ao capital financeiro, sendo necessário produzir para quitar os dividendos.

Essa necessidade de produção e posterior comercialização para manter economicamente contínua a produção, tanto no que se refere à renda do produtor quanto aos

pagamentos de financiamentos e a vinculação com o capital financeiro, atrela a produção agropecuária com o mercado internacional que, por questões de demanda, determina quais produtos são cultivados.

Por conta desses movimentos ocorridos a partir da modernização da produção rural, cultivos visando à exportação tiveram grande estímulo<sup>49</sup>. Guanzioli (2006, p. 9) analisa as mudanças pós-década de 1970, evidenciando as culturas privilegiadas.

As culturas de exportação – como é o caso da soja, da laranja e da cana-de-açúcar por exemplo – receberam um impulso muito maior, em razão das políticas agrícolas que as beneficiavam mais diretamente; em detrimento das culturas voltadas ao mercado interno, como o arroz, mandioca e milho, por exemplo.

O caso da soja no Brasil é um bom exemplo para ser utilizado ao se tratar da importância das novas técnicas admitidas na modernização da agricultura. Até a implementação de mudanças nas formas de produção e as alterações genéticas nos grãos de soja, a produção era limitada em áreas propícias, como regiões temperadas e subtropicais. Contudo, a partir da Revolução Verde, novas áreas produtoras puderam ser incorporadas no país, tornando-se o principal produto atual do agronegócio brasileiro.

No que tange ao fomento a produção de soja, Andrade (1979) menciona a crescente crise econômica do Brasil na década de 1970 e a grande dívida externa, sendo o governo pressionado a aumentar a produção de cultivos aceitos internacionalmente para exportação e a consequente geração de divisas. Justamente a soja foi o principal produto, sendo expandidas as áreas plantadas nos Estados do sul, em São Paulo e no Centro-Oeste do país.

Além dos SNCR, que auxiliou de forma determinante para a produção agropecuária se tornificar, o incentivo à produção de soja teve outras políticas que corroboram com a premissa de beneficiamento de determinados produtos que possuíam e ainda possuem interesse internacional, e vieram a concretizar o agronegócio brasileiro. Em 1975, segundo Guanzioli (2006), o Governo Brasileiro criou o Centro Nacional de Pesquisa de Soja, atualmente denominado Embrapa Soja.

O Centro de Pesquisa foi responsável pela criação de sementes que possibilitaram um aumento de produtividade considerável da soja, tanto extensivamente, através de novas áreas incorporadas pelas sementes genuinamente brasileiras, quanto intensivamente, devido ao aumento de produtividade nas mesmas áreas plantadas.

Com o apoio do SNCR e do Centro Nacional de Pesquisa de Soja, desenhou-se a formatação do agronegócio brasileiro, marcado por cultivos que visavam o mercado

---

<sup>49</sup> Estímulos que também estão relacionados ao SNCR, discutidos anteriormente.

internacional e tinham por peculiaridade a produção em grande escala e com alto índice de tecnologia agregada.

É esta compreensão de agronegócio utilizada nessa pesquisa para caracterizar os municípios da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul. Se considerar os conceitos abordados até neste capítulo, uma pequena propriedade que esteja articulada com o setor industrial e de serviços pode ser considerada como integrante do agronegócio. Contudo, devido ao histórico de formação e de fomento das grandes propriedades que fazem uso intensivo de novas técnicas de produção advindos do momento, é que se busca alterar o padrão produtivo do espaço rural brasileiro. O agronegócio do Brasil é fortemente vinculado a este tipo de propriedade rural, e esta é seguida e discutida para a regionalização do COREDE Central.

O Estado teve fundamental papel na modernização do meio rural. Organizou um sistema de crédito que possibilitou o acesso a novas formas de produção. Também criou centros de pesquisa que auxiliaram no avanço da produtividade. Estes foram pontos essenciais para agropecuária brasileira. Entretanto, os mesmos esforços, que apesar de inúmeras críticas que podem se fazer, obtiveram algum incremento, especialmente de produtividade, não foram realizados para a articulação e para desenvolvimento da agricultura familiar<sup>50</sup> no Brasil.

Além desta, outras críticas podem ser mencionadas, fazendo uso das mesmas apreciações que foram realizadas frente à Teoria da Modernização. Entre as diversas críticas, algumas se destacam: a) as de ordem empírica, em que se perceberam os esforços para a modernização e geralmente não levavam aos resultados *a priori* esperados, ao contrário, acentuavam-se os problemas sociais e não superavam o tradicional, apenas reafirmavam-no. Na relação com a agricultura nota-se este fato, pois tendo em vista a modernização da produção agropecuária, diversos autores<sup>51</sup> que estudam a transformação do espaço rural também realizam esta crítica; e b) as de ordem teóricas, em que a opção entre modernidade e tradicional é considerada equivocada, sendo que reafirmou os benefícios do tradicional. Em perspectiva a agropecuária essa crítica é correta se considerar a reafirmação do papel da agricultura familiar, que possui inegável importância, diferente do agronegócio, na produção de alimentos, por exemplo, e não sobrepõe o ‘espaço’ do agronegócio ou vice-versa.

---

<sup>50</sup> O tópico agricultura familiar será discutido no decorrer deste capítulo.

<sup>51</sup> Ver Oliveira (1991), Almeida e Navarro (1998) e Abramovay (1992) entre outros, que de modo geral, propõe uma análise dos conflitos agrários advindos da inserção das técnicas modernas no campo, por exemplo.

#### 4.1.2 Agricultura Familiar

Assim como a definição de agronegócio é complexa pela sua abrangência, várias frentes de análise e critérios distintos na acepção do conceito, a agricultura familiar também apresenta distintos enfoques que atrelam ao termo uma dinâmica inexistente nos conceitos que o antecederam. Da história da pequena produção agropecuária no Brasil, perpassando pelas lutas pela terra até a modernização da agricultura, momentos históricos da questão agrária brasileira tiveram influência na formulação e na abrangência da construção da concepção de agricultura familiar.

Para compreensão das diferentes definições da agricultura familiar e para apresentar a corrente teórica seguida nessa pesquisa, será enfocada a discussão de alguns autores que têm como objeto de suas pesquisas a produção familiar, e também de órgãos nacionais e internacionais que utilizam diferentes critérios nas suas caracterizações.

O filósofo Ricardo Abramovay (1997, p. 3) considera agricultura familiar, como “[...] aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Para o autor, o sistema familiar de produção perpassa por três aspectos: a) a gestão da produção; b) a posse da propriedade; e c) o trabalho, sendo que estes devem realizados por pessoas que tenham vínculos familiares. Na complementação de sua análise, Abramovay (1997) relata que esta definição não é unânime e muitas vezes também não é operacional, especialmente se for considerada a definição para fins de concessão de crédito ou para fins acadêmicos. Entretanto, o autor reafirma que os três atributos básicos relacionados acima estão presentes em todas as definições.

Numa perspectiva próxima do autor acima citado, Batalha e Souza Filho (2005) consideram como agricultores familiares os produtores que apresentam a direção dos trabalhos realizada pelo próprio produtor rural. Além disso, o número de empregados contratados não pode ser superior ao da mão de obra familiar.

Tedesco (1999) considera outros fatores na definição da produção familiar. Para o autor, atributos como tamanho do estabelecimento, uso de mecanização, tipo de atividade, uso de insumos, intensidade de usos dos fatores, número de atividades, renda obtida e consumo de tecnologia são características importantes na definição da produção. O autor realiza ainda uma distinção entre os produtores familiares. Devido a gama de atributos considerados, um detalhamento maior é possibilitado<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> O autor divide os produtores familiares em consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência.



Da breve apresentação de três autores que abordam a agricultura familiar, percebem-se distinções e semelhanças na conceituação do termo e na definição da produção familiar. Essas variações ocorrem especialmente pela amplitude do termo, considerado um ‘conceito guarda chuva’ que possui muitas ramificações. Ao considerar órgãos nacionais, interacionais e o Estado brasileiro, que buscam definir a agricultura familiar para objetivos variados, a abrangência da temática torna-se ainda maior.

O termo agricultura familiar é incorporado pela política brasileira e está presente na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006). A referida lei contempla características além do exposto pelos autores acima, sendo que se considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural o produtor que atende os seguintes aspectos, respectivamente:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Além da mão de obra e da direção do estabelecimento terem de ser realizadas pela família, outros tópicos são abordados pelos autores mencionados acima. A renda familiar deve ser majoritariamente oriunda das atividades do estabelecimento agropecuário e a definição de uma área limite do estabelecimento, que é atribuído de acordo com cada região, estão presentes na Lei Federal que define a agricultura familiar e são utilizadas para a concessão de créditos rurais restritos a produção familiar.

A partir de um convênio de cooperação teórico-prático entre INCRA e FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), foram elencados três critérios para definir a agricultura familiar:

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p.4)

Nos critérios atribuídos pelo estudo, os meios de produção aparecem como elementos caracterizadores, uma vez que estes devem pertencer à família. Contudo, a terra, principal

meio de produção na agropecuária, pode não ser da família, ou seja, apenas os maquinários e outras estruturas físicas devem ser do proprietário do estabelecimento.

Considerando as conceituações acima discutidas, percebe-se que há uma distinção entre as definições de cunho teórico/acadêmico e as atribuídas para a concessão de créditos para o setor, justamente como afirma Abramovay (1997).

Como se pode notar, diferentes critérios são utilizados para a definição da produção agropecuária e da agricultura familiar, em especial. Buscando apresentar um quadro que caracterize a produção, Silva (1980) procurou não se ater apenas no tamanho da propriedade rural, visto que apenas a área é insuficiente para diferenciar a agropecuária no capitalismo. Dessa forma, o autor considera também outros aspectos, como o valor da produção, a produtividade, o trabalho assalariado e a especialização das unidades.

De uma forma mais complexa, Lamarche (1998, p. 306) utiliza alguns critérios diferentes dos abordados até aqui. O autor busca compreender o peso da família na produção dos estabelecimentos agropecuários considerando quatro aspectos:

[...] primeiro critério diz respeito à relação com a terra e situa os produtores segundo consideram a terra como um patrimônio ou como um instrumento de trabalho ou um objeto de especulação; o segundo avalia a importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; o terceiro leva em conta a estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; o último classifica as unidades de produção em função de sua relação com a representação familiar do estabelecimento.

Entre os itens atribuídos por Lamarche (1998) para avaliar o funcionamento dos estabelecimentos agropecuários segundo as relações familiares, o primeiro critério se destaca de todos os apresentados até então, pois trata de um dado qualitativo em que o produtor define a sua relação com a terra, sendo que a percepção como um instrumento de trabalho aproxima-se de uma produção familiar, somando-se a esta questão também os outros itens citados.

Chalita (2005) realiza uma análise peculiar sobre a caracterização da produção agropecuária. Para a autora, salvo as relações de trabalho, outras questões não podem ser usadas na definição. Entretanto, reconhece que o trabalho está fortemente ligado a um escopo maior de variáveis, pois a partir de determinada particularidade regional ou então da própria produção, um emprego maior de mão de obra é necessário, assim como o uso de tecnologias que diminuam esta necessidade, por exemplo.

Considerando os critérios do INCRA/FAO (1996) na definição da produção agropecuária e na análise da produção familiar integrada às atividades tipicamente cobertas

pelo agronegócio no Brasil, Guilhoto et al (2005) avaliam o nível tecnológico das propriedades familiares e a interação das atividades com diferentes mercados.

Ambos os elementos avaliados pelos autores são fundamentais na consideração da produção agropecuária, uma vez que as técnicas, apesar de atualmente terem um acesso facilitado pelo próprio Estado, não são todos os produtores que atingem altos índices de mecanização, especialmente os que não apresentam garantias de produção e/ou bens no acesso a créditos. No caso do COREDE Central do Rio Grande do Sul, historicamente formado, em partes, por pequenas propriedades, torna-se essencial a consideração da técnica na caracterização.

O mercado, por sua vez, também se apresenta como elemento a ser considerado, especialmente na região em análise, pois, com a produção de grãos visando o mercado internacional, especialmente a soja, realizado pelos estabelecimentos vinculados ao agronegócio, o mercado regional de produtos agropecuários originários na própria região é coberto essencialmente por produtos da agricultura familiar.

Por conta dessas particularidades da região, a área dos estabelecimentos agropecuários, abrangida pela Lei Federal, destacada por Tedesco (1999) e Tinoco (2006), é ponto importante na consideração da produção agropecuária do COREDE Central, uma vez que o processo de ocupação influenciou no estabelecimento de grandes propriedades e de pequenas, as quais atrelam uma gama de características peculiares que se desenvolvem paralelamente.

Como se pode perceber a partir do esforço em analisar a produção familiar, esta constitui uma atividade muito abrangente, sendo assim difícil de conceituá-lo, uma vez que é utilizado de diferentes formas por pesquisadores e órgãos governamentais e pela própria Lei Federal. Schneider (2003) aborda este fato considerando as diversas categorias que o conceito abrange, podendo estar sob o 'guarda-chuva' conceitual diferentes formas de relações produtivas que, em suma, difere da agropecuária vinculada aos grandes mercados industriais e de serviços.

De uma forma genérica, Lamarche (1998, p. 303) considera a agricultura familiar como um dos dois modelos dominantes no meio rural.

Até agora, dois modelos de funcionamento agrícola impuseram-se como únicos modelos de referência para transformar a agricultura e permitir seu fortalecimento, ao mesmo tempo, econômico e social. Um, baseado exclusivamente em estruturas de produção individuais, funciona dentro de um sistema econômico liberal, o outro, estruturado em torno de uma organização coletiva do trabalho e dos meios de produção, funciona dentro de um sistema econômico planejado.

Nesta análise, o autor coloca em contraponto dois modelos de produção no meio rural que são dominantes. Um baseado no mercado liberal e em processos produtivos individuais, aproximando-se ao agronegócio, e outro de uma forma planejada de organização coletiva. Este último, apesar de uma similaridade com os conceitos de agricultura familiar, não necessariamente o englobam, pois esta pode ser produzida de maneira individual, visando o mercado.

Dessa forma, percebe-se a complexidade, mesmo tratando apenas com dois grandes modelos de produção, a dificuldade em definir a agricultura familiar. Tedesco (1999), partindo da grande gama de definições, usos e características a serem abordadas quando se busca deliberar se a produção é familiar, afirma que, considerando pesquisas acadêmicas, a base da classificação deve contemplar a finalidade do estudo, sendo que o pesquisador pode transitar dentro das particularidades dos territórios e da própria produção para, assim, se fundamentar nas reflexões conceituais e atribuir critérios.

Apesar da dificuldade de conceituar a agricultura familiar, busca-se sempre investigar este tipo de produção agropecuária, bem como suas relações, agentes envolvidos, conflitos e a sua importância na produção de alimentos. Esta importância é enfatizada por Lamarche (1998), ao analisar as perspectivas para a produção familiar. Segundo o autor, diante da modernização da produção agropecuária no Brasil, que volta parte dos esforços produtivos para o mercado internacional, a agricultura familiar tem primordial papel como fonte de abastecimento interno, especialmente de gêneros alimentícios.

A soma de variáveis que engloba o conceito e sua importância na atualidade, seja produtiva ou social, não refletem com exatidão o surgimento da produção familiar no país. Apesar de até os dias atuais a agricultura familiar estar 'à margem' do agronegócio, em especial no Brasil, no passado as relações que permeavam a produção familiar eram mais restritas, ou seja, não englobavam relações técnicas e de mercado que extrapolavam os limites locais e regionais. Já os conceitos vinculados à produção realizada em uma pequena escala tinham conotações de atraso e depreciação da imagem do produtor, evidenciando a escolha do Estado brasileiro pela grande propriedade rural.

Apesar da produção em pequena escala ser aparentemente uma construção a partir da fragmentação de estabelecimentos agropecuários, Silva (1980) afirma o contrário. O autor relata que grande parte das pequenas produções não nasceu da fragmentação. O grande proprietário mantinha judicialmente a posse de seu estabelecimento. Entretanto, cedia por intermédio de arrendamento, entre outras formas, porções deste para o cultivo de determinado produto, apropriando-se da renda da terra.

Este tipo de produção, anterior à década de 1990, não era denominada de agricultura familiar. Schneider (2003) afirma que apenas em 1996 o termo ingressou definitivamente no cenário social e político, havendo uma legitimidade do Estado brasileiro, ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por conta da pressão de movimentos sociais ligados à produção familiar. Estes grupos também assumiam o termo, à medida que o contrastavam com os até então estabelecidos e que, apesar de legítimos, possuíam outros significados e abrangência, como campesinato e pequena produção.

Vale neste ponto realizar um breve resgate sobre a terminologia adotada para designar a produção familiar em diferentes períodos históricos e, sobretudo, políticos no Brasil, pois a partir desta reflexão se chegará ao denominador que esta pesquisa abrange, ao afirmar e escolher a agricultura familiar.

O conceito de agricultura familiar difere das concepções de camponês e pequeno produtor. Entretanto, as transformações da agropecuária moderna não resultaram em uma ruptura com a produção do passado. Lamarche (1998), ao conceber a presente relação da agricultura familiar com o passado, relata que com a abrangência do conceito se pode considerar a incorporação dos anteriores, tornando-os segmentos deste grande 'guarda-chuva conceitual'.

Cardoso (1987) apresenta 4 (quatro) características da produção camponesa que auxiliam na compreensão da aproximação desta com a agricultura familiar: a) trabalho predominantemente familiar; b) considerável grau de autonomia na gestão da propriedade; c) produção destinada à subsistência e ao mercado, ocasionalmente ou prementemente; e d) acesso estável à terra. Considerando as características abordadas da agricultura familiar, percebe-se que não há uma ruptura entre os conceitos. As diferenças estão basicamente no uso de técnicas hoje presentes, mesmo que em poucos estabelecimentos, e na abrangência do mercado.

Percebendo a relação entre a agricultura familiar e seus conceitos anteriores, cabe ressaltar que a produção familiar no Brasil recebe distintos nomes que possuem uma referência regional, como caboclo, caipira, colono, entre outros, de acordo com Martins (1986). Estas nomenclaturas muitas vezes são vinculadas a uma imagem de atraso, de uma agropecuária tradicional que não dialoga com novas formas de produção e também depreciam a imagem do produtor rural. Outra definição evidencia uma agricultura em grande escala realizada no Brasil, em que a produção familiar é marginalizada.

Abramovay (1992) considera não ser possível relacionar a atual produção familiar com raízes camponesas. Para o autor, a agricultura familiar tem condições de responder a

políticas governamentais, além de estar integrada ao mercado capitalista, incorporar inovações técnicas, assim possuindo uma aproximação com segmentos urbanos/industriais. Enquanto isso, os camponeses possuíam uma relação com mercados segmentados, pois eram sociedades com características peculiares e que não tinham por objetivo um controle produtivo.

Por conta da aproximação com as relações econômicas e demográficas incorporadas no conceito de agricultura familiar e que pouco estão presentes nos conceitos anteriores e caracterizavam a produção em pequena escala, considera-se nessa pesquisa que a agricultura familiar, apesar de atualmente possuir uma proximidade com relações próprias do agronegócio, ainda apresenta particularidades, especialmente na região do COREDE Central do Rio Grande do Sul, como a questão fundiária, o acesso a técnicas e as relações de mercado.

A dialética das trocas globais e regionais torna-se um desafio na caracterização da produção agropecuária, pois se pode confundir a produção familiar com o agronegócio<sup>53</sup>. Entretanto, uma investigação a partir de uma abordagem dialética não se encerra nas aparências. Busca-se investigar as relações que se encontram no bojo da produção capitalista e que se tornam cada vez mais complexas, utilizando-se das bases materiais e do processo histórico para definir os rumos produtivos seguidos no território. Conceber as lacunas teóricas e práticas de ambas as formas de produção se apresenta como um caminho para a compreensão e a reflexão sobre o espaço rural, sendo que, somada as reflexões já realizadas, serviram de elementos caracterizadores dos processos produtivos nos municípios da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul.

#### **4.2 A relação agronegócio/agricultura familiar no meio político do Brasil**

As diferenças conceituais existentes entre o agronegócio e a agricultura familiar ocorrem por fatores distintos, desde o escopo de cada segmento até questões particulares ao estabelecimento das formas de produção em determinada região.

---

<sup>53</sup> A produção familiar pode estar vinculada ao agronegócio. Contudo, como já discutido, esta pesquisa está considerando as duas formas de produção de uma forma diferenciada.

Girardi (2008) apresenta as principais distinções entre a produção do agronegócio e da agricultura familiar<sup>54</sup>. No que se refere ao agronegócio, o autor cita a centralização, tanto de controle da produção como da produção em si - propriedades maiores e poucos agropecuaristas; a dependência de técnicas muitas vezes exógenas, mercados internacionais que sofrem com as flutuações do sistema financeiro global e das próprias demandas e ainda dependência na gestão da produção; especialização, predomínio de monoculturas com altos índices de técnicas aplicadas; e o alto grau de técnicas empregadas nos estabelecimentos do agronegócio, seja por maquinários, implementos agrícolas e/ou melhoramentos genéticos.

Em relação ao processo produtivo da agricultura familiar, Girardi (2008) destaca pontos que a diferenciam do agronegócio. Na perspectiva de mercado e de produção há uma descentralização, na qual se encontram muitos produtores em propriedades menores que visam um mercado local/regional. Do mesmo modo buscam a independência, pois com uma produção em menor escala não há a mesma necessidade de acesso a créditos e a insumos que, sem dúvida, são importantes, porém, a gestão é realizada pela própria família. Outra perspectiva neste contexto é a busca pela diversidade, pela implantação de policultura e pela rotação de cultivos. Por fim, ocorre um grau de tecnificação baixo em comparação ao agronegócio, muito pela histórica dificuldade de acesso ao crédito, apesar das recentes transformações sobre a questão. O quadro 01, abaixo, apresenta uma síntese comparativa dos elementos do agronegócio e da agricultura familiar.

<b>Agronegócio</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
<b>Centralização:</b> - Controle da produção centralizado; - Estabelecimentos agropecuários grandes e em pequeno número, resultando em um baixo número de produtores;	<b>Descentralização:</b> - Controle da produção no estabelecimento; - Pequenos estabelecimentos agropecuários e em vasto número, criando grandes comunidades de agricultores familiares;
<b>Dependência:</b> - Técnicas e mercados interligados com as dinâmicas globais; - Gestão da propriedade sofre influência externa;	<b>Independência:</b> - Menor utilização de técnicas resulta em uma maior independência; - Mercado especialmente local/regional com menor instabilidade; - Gestão realizada pela própria família produtora;
<b>Especialização:</b> - Produção de monocultura com especialização em determinados cultivos ou criações com grande demanda externa;	<b>Diversidade:</b> - Policultura, especialmente na produção de gêneros alimentícios, porém com cultivo de gêneros para o grande mercado;
<b>Alto índice de tecnificação:</b> - Alta utilização de maquinários, implementos e melhoramentos genéticos nos estabelecimentos,	<b>Baixo índice de tecnificação:</b> - Pequena utilização de maquinários, causada pela natureza da produção e acesso limitado a tais

<sup>54</sup> Na comparação, o autor utiliza o termo 'campeinato'. Contudo, o próprio Girardi (2008) afirma que, para esta análise, também se pode considerar 'agricultura familiar'.

<b>por conta essencialmente da possibilidade de utilização nas produções e do acesso facilitado;</b>	técnicas;
--	-----------

Quadro 01: Síntese comparativa da produção pelo agronegócio e pela agricultura familiar.  
Fonte: Girardi (2008). Adaptado pelo autor.

Apesar da crítica que pode ser realizada tanto para as características que o autor delibera para o agronegócio e a agricultura familiar quanto para os conceitos discutidos, fica exposto que há locais que apresentam características primordiais para a produção por intermédio de determinado modo, justamente como aborda Silva (1980), ao analisar a relação da estrutura fundiária com o caráter da produção. Em regiões que a estrutura fundiária é condizente, há presença de conhecimento técnico e também administrativo, onde o agronegócio se apresenta como uma forma possível para produzir. Em contraponto, diversas áreas já consolidadas, como pequenas propriedades com mão de obra familiar, que devem não apenas seguir com sua forma de produção, não sucumbindo à força do mercado, como devem ser fortalecidas e incentivadas.

Entretanto os maiores fomentos para a produção agropecuária no Brasil não ocorreram tendo como foco principal a agricultura familiar. A implementação da extensão rural no Brasil, por exemplo, no final da década de 1940, de acordo com Fonseca (1985), está vinculada à grande propriedade, visto a parceria realizada entre Brasil e Estados Unidos, especialmente na figura do mensageiro, Sr. Nelson Rockefeller, família que financiou e fomentou a Revolução Verde. Ações como a criação da EMBRAPA Soja são exemplos da escolha do Governo Federal em fomentar a grande produção, havendo fomento da produção familiar apenas de forma pontual, com crescimento nos últimos anos, apesar de ainda serem distantes dos valores vinculados ao agronegócio.

No caso da região do COREDE Central e do próprio Estado, o estabelecimento da agricultura familiar e do agronegócio decorre também do processo de formação histórica, apresentado no capítulo terceiro. Como houve momentos distintos de ocupação, com consolidação primeiramente das grandes propriedades rurais e após as pequenas, criou-se uma ruptura temporal e espacial, uma vez que as regiões onde se encontravam marcadamente as grandes propriedades, eram distintas de onde se estabeleceram as pequenas propriedades familiares<sup>55</sup>. A lacuna temporal entre as formas de produção do Rio Grande do Sul também é peculiar. O estabelecimento das grandes propriedades ocorreu um século anterior à fixação dos colonos europeus, sendo que os motivos para o fomento da ocupação do Brasil meridional eram distintos, determinando o período e a forma de se ocupar a região. Contudo, mesmo

<sup>55</sup> Por razões políticas esta segregação ocorreu, como já discutido, pela representatividade dos grandes estancieiros frente ao governo para definir os locais para a alocação dos colonos europeus.



havendo uma dualidade na forma de ocupação e de produção no espaço sul-rio-grandense, estas não ocorreram em sobreposição, pois possuíam características distintas quanto à produção em si e relações de trocas, garantindo a coexistência de ambas.

No campo político do Brasil, entretanto, há uma segregação quanto à forma de produção. Entre as pastas ministeriais atuais, duas tratam das questões referentes à produção agropecuária: o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Apesar de ambos dialogarem com o meio rural, suas competências possuem diferenças que auxiliam na compreensão da distinção atribuída à produção familiar e ao agronegócio no país.

Segundo o *site* do MAPA<sup>56</sup>, as seguintes competências a ele são atribuídas:

[...] o MAPA é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Vinculado diretamente às ações do agronegócio, o Ministério age essencialmente em ações que promovam o desenvolvimento do setor no país, não diferenciando pelo tamanho da propriedade, mas, sim, pela natureza da atividade. O MAPA não atua apenas na produção agropecuária, mas também nas questões de transporte, processamento, política econômica, enfim, em todas as áreas que abrangem o conceito do agronegócio, expondo a sua relação à produção do setor. Outra peculiaridade da competência do Ministério está no direcionamento da produção que, apesar de citar a preocupação com a segurança alimentar da população, percebe-se que um dos principais focos está na exportação e na geração de excedentes que possam ser comercializados em outros países.

Com a finalidade de abranger um segmento distinto da produção agropecuária, o MDA, de acordo com o seu *site*<sup>57</sup>, tem as seguintes competências:

I - Reforma agrária;

<sup>56</sup> <http://www.agricultura.gov.br/>

<sup>57</sup> <http://www.mda.gov.br/portal/>

- II - Promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares;
- III - Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Como se pode perceber, o escopo de atuação do MDA difere profundamente do MAPA. Com a competência de desenvolver a produção familiar no país, demarcar áreas quilombolas e realizar a reforma agrária, o hiato entre o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil se realiza politicamente. As peculiaridades historicamente existente entre ambas as formas de produção no país e, em especial no Rio Grande do Sul, persistem, devido a diferença entre o escopo de atividades econômicas e as repercussões demográficas causadas nas regiões de predomínio de uma em relação à outra. Diferenças que não são antagônicas, que não se sobrepõem, porém, são reais e de importante percepção.

Os orçamentos ministeriais são costumadamente utilizados como argumentos entre os defensores da agricultura familiar. Afirmam ser necessária uma democratização no acesso às técnicas, possibilitando o agricultor familiar incrementar sua produtividade e possuir maior poder de competitividade no mercado, como discute Silva (1999).

Analisando a tabela (03) abaixo, percebe-se que os recursos destinados ao MDA nunca se aproximaram aos do MAPA, evidenciando a escolha que foi realizada em outrora pela política nacional e persiste até os dias atuais. Evidentemente, como foi apresentado quando discutido o conceito do agronegócio, a importância do setor é indiscutível, especialmente para a produção interna e a geração de divisas. Porém, a agricultura familiar possui igual relevância, seja na produção de alimentos ou no emprego no meio rural.

Ministério/ Ano	2002	2004	2006	2008	2010	2012
MAPA	5.184.951	7.488.330	5.755.808	6.958.469	7.807.549	10.376.929
MDA	2.323.024	1.521.010	3.045.882	3.772.276	4.556.247	5.035.372
Total	650.409.607	1.469.087.406	1.660.772.285	1.362.268.012	1.738.432.994	2.150.458.867

Tabela 03: Valor destinado aos Ministérios e despesas segundo a Lei Orçamentária .

Fonte: Ministério do Planejamento. Adaptado pelo autor.

Apesar do valor total destinado ao MDA não chegar próximo ao do MAPA, o gráfico abaixo (01) mostra que nos valores da Lei Orçamentária Anual (LOA), entre 2002 e 2013, houve um crescimento superior no MDA. Entretanto, em ambos os ministérios o percentual destinado não se aproxima do aumento total que houve no período. Para que ocorra o fortalecimento da produção agropecuária no País e a manutenção de ambas as formas produtivas, é importante que permaneçam crescentes os recursos destinados aos programas de desenvolvimento da agropecuária, em especial para a familiar.

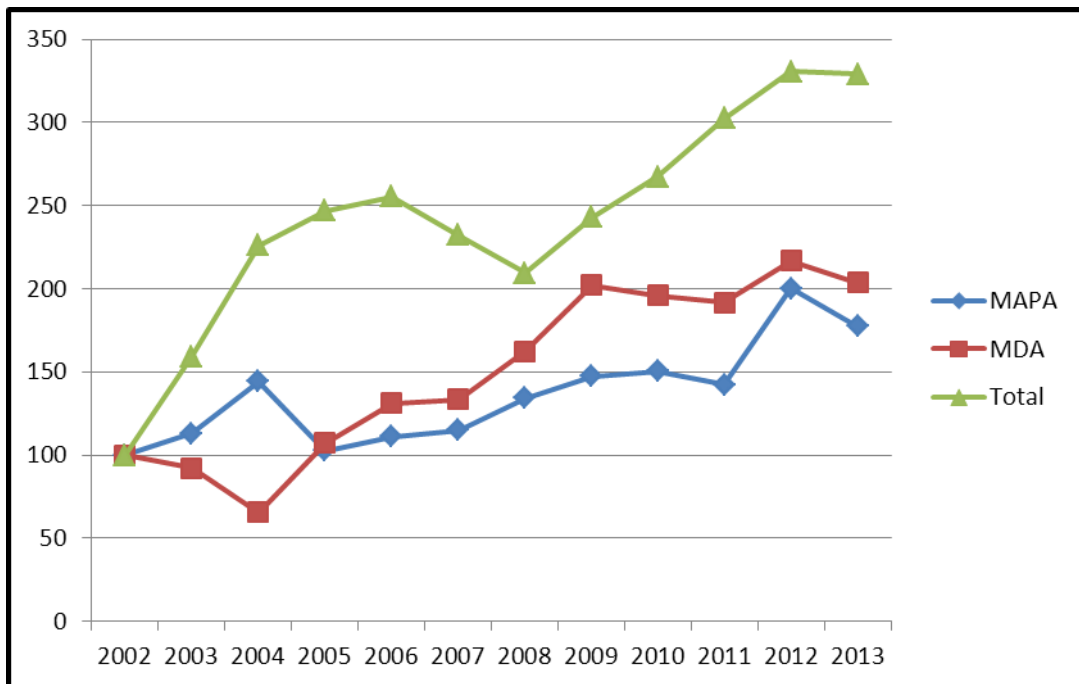


Gráfico 01: Valor destinado a cada ministério e total de despesas, segundo a Lei Orçamentária Anual dos anos selecionados, indexados. (ano base 2002 = 100). \*No ano de 2013 os valores considerados são da Lei Orçamento Anual.

Fonte: Ministério do Planejamento. Adaptado pelo autor.

A possibilidade da coexistência sem a sobreposição de uma forma de produção agrária frente à outra é referida por Gualda (2007), ao analisar as atividades agropecuárias exercidas por cada forma de produção, sendo que as atividades de um não se desenvolvem superando às do outro. Ao contrário, há possibilidade de ambas formas serem realizadas sem sobreposição, pois cada um tem sua relevância em nível econômico e social, assim como resultam de uma dinâmica regional distinta no que tange à economia e à demografia.

Sauer (2008) relata também que em espaços distintos há possibilidade da agricultura familiar coexistir com o agronegócio. Analisando a importância de uma reforma agrária no Brasil, o autor afirma que uma redistribuição de terras não poderia visar à implementação de um modelo único de desenvolvimento rural. Em outras palavras, a produção agropecuária a partir da agricultura familiar, apesar de atualmente resguardar algumas características próprias do sistema capitalista de produção, não deve ser renegada a um papel periférico do agronegócio, buscando produzir nesta lógica. Ao contrário, o agronegócio possui suas características e promove resultados econômicos que foram fomentados pelo Estado brasileiro, e a agricultura familiar deve ser percebida e ter fomentos públicos que respeitem as condições de produção, suas peculiaridades que são distintas da lógica hegemônica.

A região do COREDE Central construída por uma formação histórica vinculada a períodos e a políticas dualistas de ocupação do espaço que, em determinado período,

privilegiou a formação de grandes propriedades e em outros fomentou as pequenas propriedades familiares, apresenta as duas formas de produção no meio rural, sobre os quais resultam diferentes dinâmicas econômicas e demográficas. A partir da particularidade histórica da região, das reflexões realizadas quanto aos conceitos de agronegócio e agricultura familiar que permitem uma percepção materialista da composição produtiva no meio rural, irá se caracterizar os municípios quanto à forma produtiva predominante.

### **4.3 Caracterização dos municípios por predomínio do sistema produtivo**

A reflexão realizada a partir de referências bibliográficas sobre o agronegócio e a agricultura familiar, a próxima etapa desta pesquisa baseia-se na regionalização do COREDE Central de acordo com o predomínio de formas de produção agropecuária – agronegócio e agricultura familiar.

Além da discussão sobre os temas e a revisão do processo de formação do Estado do Rio Grande do Sul e do COREDE Central, dados do censo agropecuário de 2006, realizado e divulgado pelo IBGE, foram utilizados na definição. Alguns aspectos que caracterizam a produção agropecuária e suas peculiaridades foram selecionados para a definição: o tamanho dos estabelecimentos; a utilização de máquinas e implementos agrícolas; a diversificação da produção; o mercado; a direção do estabelecimento; a condição dos trabalhadores rurais; e os valores investidos na produção agropecuária. Na análise de cada elemento serão considerados distintos fatores, como concentração, acesso, comparação com as médias do Estado e da região e a própria revisão teórica.

Cabe ressaltar que este subcapítulo tem o objetivo de caracterizar os municípios de acordo com a produção agropecuária, ou seja, os dados serão analisados com este propósito. Reflexões sobre a dinâmica de tais dados, entre outros, bem como a relação com outros anos além de 2006, serão apresentadas no capítulo seguinte.

O primeiro aspecto analisado para a definição da produção agropecuária é a estrutura fundiária. A consideração desta variável, como discutido nos tópicos anteriores, pode ser questionada, entretanto, devido à formação histórica do Rio Grande do Sul e por extensão da região do COREDE Central. Considerá-la é fundamental, uma vez que se instituiu no território rural do Estado uma dualidade entre a grande e a pequena propriedade, que germinou a agricultura familiar e o agronegócio. Os dados detalhados da estrutura fundiária da região já foram apresentados no item 3.2 desta pesquisa, portanto, serão discutidos apenas elementos gerais que auxiliem em um parâmetro geral da condição fundiária.

Entre os municípios do COREDE Central há uma heterogeneidade fundiária no meio rural, que também é característico do Estado como um todo, em que alguns municípios possuem uma vasta área constituída por poucos estabelecimentos agropecuários com tamanho superior a 200 ha. No entanto, outros possuem um grande número de estabelecimentos com até 200 ha e sem nenhuma propriedade com área superior.

No COREDE Central podem-se identificar três grupos de municípios segundo a área e o número de estabelecimentos: a) o primeiro é composto pelos que apresentam um grande número de estabelecimentos com área de até 200 ha e poucos ou nenhum com área superior. Estão neste grupo os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine, Silveira Martins e Toropi, este último é o único não localizado no leste da região; b) o segundo grupo é constituído por municípios que apresentam um número considerável de estabelecimentos com até 200 ha, porém, uma área significativa é coberta por estabelecimentos com área superior. Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Itaara, Jari, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, São Martinho da Serra e São Pedro do Sul fazem parte deste grupo; e c) municípios que possuem grande área e número de estabelecimentos com área superior à 200 ha, Júlio de Castilhos e Tupanciretã compõem este grupo.

Os dados referentes à estrutura fundiária, analisados apenas por si, não informam se a produção agropecuária ocorre predominantemente a partir do agronegócio ou da agricultura familiar. Entretanto, somando outras variáveis uma conjectura mais próxima da realidade pode ser alcançada.

A condição de tecnificação é outro elemento da produção agropecuária que se difere entre os estabelecimentos próprios da agricultura familiar e do agronegócio. Como apresentado e discutido neste capítulo, apesar de o acesso as técnicas modernas ter sido facilitado para os agricultores familiares, historicamente e politicamente o acesso e, sobretudo, a concentração por parte do agronegócio sempre foi facilitado e priorizado. A natureza da produção agropecuária realizada pelo agronegócio também favorece e necessita do uso de máquinas e implementos agrícolas, especialmente na região em questão.

Para análise do nível técnico dos estabelecimentos agropecuários da região do COREDE Central, utilizaram-se as seguintes variáveis: número de tratores, de semeadeiras e/ou plantadeiras e colheitadeiras. Foi considerado o número total dos implementos, os estabelecimentos com implementos e os estabelecimentos sem implementos. Estas variáveis auxiliaram na compreensão do acesso dos produtores rurais as técnicas produtivas e na concentração dos mesmos entre os estabelecimentos.

No referente ao número de tratores presente nos estabelecimentos da região (tabela 04), percebe-se de forma geral um acesso e concentração levemente superior aos indicadores do Estado, em que 28,51% dos estabelecimentos possuem trator, contra 27,04% do Rio Grande do Sul, estando divididos na relação 1,49 trator por propriedade na região, e 1,37 no Estado.

Entre os municípios, destaca-se o acesso em Faxinal do Soturno, Nova Palma e Júlio de Castilhos. Em todos eles mais de 50% dos estabelecimentos agropecuários possuem tratores. Em contra partida, nos municípios de Quevedos, Jarí, Toropi e São Martinho da Serra, menos de 13% possuem o maquinário. Apenas o município de Júlio de Castilhos novamente está presente no que tange a concentração de tratores, havendo no município 1,8 máquinas entre os estabelecimentos que possuem. Entretanto, Tupanciretã apresenta um indicador que se distingue dos demais, com 2,37 tratores por estabelecimento. Toropi se destaca na desconcentração, com 1,09 tratores por propriedade, porém poucos estabelecimentos possuem tratores.

Em relação aos indicadores de acesso e concentração de tratores na região do COREDE Central, pode-se afirmar que há uma distinção entre os municípios do leste da região com os do norte e oeste. Com exceção de Júlio de Castilhos, o nível de acesso é superior nos estabelecimentos do leste da região, que apresenta estrutura fundiária menos concentrada, como já referido. Contudo, o número de tratores por estabelecimento é superior nos municípios do norte e oeste, salvo Formigueiro<sup>58</sup>, que possuem os maiores índices de concentração fundiária.

---

<sup>58</sup> Mesmo localizando-se entre os municípios de menor concentração fundiária, Formigueiro guarda maior relação fundiária com os municípios do norte e oeste, com maior concentração.

<b>Municípios</b>	<b>Tratores (a)</b>	<b>Estabelecimentos c/ tratores (b)</b>	<b>Estabelecimentos ( c)</b>	<b>b/c</b>	<b>a/b</b>
Agudo	1.000	705	2.703	26,08%	1,42
Dilermando de Aguiar	237	127	851	14,92%	1,87
Dona Francisca	276	205	438	46,80%	1,35
Faxinal do Soturno	351	291	527	55,22%	1,21
Formigueiro	540	323	1.276	25,31%	1,67
Itaara	90	56	159	35,22%	1,61
Ivorá	250	227	536	42,35%	1,10
Jari	209	132	1.191	11,08%	1,58
Júlio de Castilhos	882	491	979	50,15%	1,80
Nova Palma	514	432	787	54,89%	1,19
Pinhal Grande	343	249	860	28,95%	1,38
Quevedos	104	62	737	8,41%	1,68
Santa Maria	1.175	823	2.339	35,19%	1,43
São João do Polêsine	189	129	266	48,50%	1,47
São Martinho da Serra	154	110	877	12,54%	1,40
São Pedro do Sul	504	377	1.762	21,40%	1,34
Silveira Martins	172	148	388	38,14%	1,16
Toropi	125	115	932	12,34%	1,09
Tupanciretã	945	399	1.336	29,87%	2,37
<b>Região</b>	<b>8.060</b>	<b>5.401</b>	<b>18.944</b>	<b>28,51%</b>	<b>1,49</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>163.406</b>	<b>119.197</b>	<b>440.767</b>	<b>27,04%</b>	<b>1,37</b>

Tabela 04: Estabelecimentos agropecuárias com tratores, acesso e concentração.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

Algumas tendências presentes no acesso e concentração de tratores se repetem quanto à semeadeiras e/ou plantadeiras (tabela 05). Novamente a região apresenta um nível de acesso e concentração levemente superior ao do Estado, possuindo a região 16,47% dos estabelecimentos com semeadeiras e/ou plantadeiras, enquanto o Estado apresenta um índice de 15,87% e concentração de 1,38 e 1,26, respectivamente.

Júlio de Castilhos e Nova Palma novamente estão entre os municípios com maior acesso aos implementos agrícolas, superior a 30%. Em contrapartida, Quevedos, São Martinho da Serra e Jari possuem menos de 8% dos estabelecimentos com semeadeiras e/ou plantadeiras. Na concentração dos implementos, Tupanciretã apresenta outra vez índices superiores aos demais municípios, com média de 2,0 semeadeiras e/ou plantadeiras por estabelecimento. Além deste, Dilermando de Aguiar, Jari e Quevedos possuem considerável concentração, acima de 1,6. Ivorá, Toropi e Nova Palma possuem os menores indicadores de concentração - menores ou iguais a 1,1.

Como nos indicadores referentes aos tratores, nos estabelecimentos com semeadeiras e/ou plantadeiras, os municípios que possuem pouco acesso a estas técnicas apresentam

considerável concentração, como no caso de Dilermando de Aguiar, Jari e Quevedos, todos com média fundiária superior à média regional. Nova Palma e Dona Francisca, ao contrário, possuem índice de acesso maior que a média regional e estadual, e menor concentração do implemento agrícola e na sua estrutura fundiária. Júlio de Castilhos e Tupanciretã têm índices de acesso superiores a média regional e estadual, assim como possui um elevado número de sementeiras e/ou plantadeiras por estabelecimento.

Municípios	Sementeiras e/ou plantadeiras (a)	Estabelecimentos c/ Sementeiras e/ou plantadeiras (b)	Estabelecimentos (c)	b/c	a/b
Agudo	444	340	2.703	12,58%	1,31
Dilermando de Aguiar	132	75	851	8,81%	1,76
Dona Francisca	136	118	438	26,94%	1,15
Faxinal do Soturno	150	124	527	23,53%	1,21
Formigueiro	235	166	1.276	13,01%	1,42
Itaara	38	27	159	16,98%	1,41
Ivorá	91	88	536	16,42%	1,03
Jari	156	95	1.191	7,98%	1,64
Júlio de Castilhos	577	369	979	37,69%	1,56
Nova Palma	277	251	787	31,89%	1,10
Pinhal Grande	255	217	860	25,23%	1,18
Quevedos	68	42	737	5,70%	1,62
Santa Maria	557	420	2.339	17,96%	1,33
São João do Polêsine	77	62	266	23,31%	1,24
São Martinho da Serra	65	56	877	6,39%	1,16
São Pedro do Sul	199	167	1.762	9,48%	1,19
Silveira Martins	73	64	388	16,49%	1,14
Toropi	117	109	932	11,70%	1,07
Tupanciretã	662	331	1.336	24,78%	2,00
<b>Região</b>	4309	3121	18.944	16,47%	1,38
<b>Rio Grande do Sul</b>	87949	69934	440.767	15,87%	1,26

Tabela 05: Estabelecimentos agropecuários com sementeiras e/ou plantadeiras, acesso e concentração.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

O número de colheitadeiras na região (tabela 06) é superior ao Estado proporcionalmente, sendo que o maquinário está presente em 8,07% dos estabelecimentos do COREDE Central, enquanto consta em 5,97% dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul. Entretanto, a concentração apresenta similaridade, com 1,31 e 1,26 respectivamente, de modo que há municípios com propriedades que concentram colheitadeiras.

Assim como os tratores, pode-se afirmar que as colheitadeiras estão entre os principais maquinários do agronegócio, especialmente no cultivo de monoculturas como soja e trigo. Na região, alguns municípios apresentam um percentual considerável de estabelecimentos com



colheitadeiras, como Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Dona Francisca. Porém, em Toropi, São Martinho da Serra e Quevedos poucos estabelecimentos possuem o maquinário, menos de 3,5%. Assim como o acesso, a concentração se destaca em Tupanciretã e Júlio de Castilhos, com 1,94 e 1,41 colheitadeiras por estabelecimento. Salientam-se também os índices de concentração de Dilermando de Aguiar e Quevedos. Em Dona Francisca, 13,7% dos estabelecimentos possuem colheitadeira, sendo que cada um possui um maquinário, assim como Toropi, evidenciando que não há concentração do maquinário por estabelecimento.

Algumas perspectivas dos demais implementos e máquinas mantêm-se nas colheitadeiras, como a concentração e número de colheitadeiras nos municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã - 37,86% das colheitadeiras da região estão nestes dois municípios. Contudo, poucos estabelecimentos possuem o maquinário, tanto entre os municípios do leste como nos do oeste. A natureza da produção e o alto valor de uma colheitadeira explicam em partes essa condição, uma vez que não havendo necessidade e um sistema de crédito ainda em fortalecimento e crescimento, não há uma grande quantidade de estabelecimentos que a possuem.

Municípios	Colheitadeiras (a)	Estabelecimentos c/ Colheitadeiras (b)	Estabelecimentos (c)	b/c	a/b
Agudo	167	163	2.703	6,03%	1,02
Dilermando de Aguiar	57	36	851	4,23%	1,58
Dona Francisca	60	60	438	13,70%	1,00
Faxinal do Soturno	65	63	527	11,95%	1,03
Formigueiro	101	87	1.276	6,82%	1,16
Itaara	21	16	159	10,06%	1,31
Ivorá	29	28	536	5,22%	1,04
Jari	83	59	1.191	4,95%	1,41
Júlio de Castilhos	314	223	979	22,78%	1,41
Nova Palma	106	95	787	12,07%	1,12
Pinhal Grande	104	88	860	10,23%	1,18
Quevedos	39	24	737	3,26%	1,63
Santa Maria	212	178	2.339	7,61%	1,19
São João do Polêsine	37	36	266	13,53%	1,03
São Martinho da Serra	35	28	877	3,19%	1,25
São Pedro do Sul	86	75	1.762	4,26%	1,15
Silveira Martins	24	23	388	5,93%	1,04
Toropi	18	18	932	1,93%	1,00
Tupanciretã	444	229	1.336	17,14%	1,94
<b>Região</b>	2002	1529	18.944	8,07%	1,31
<b>Rio Grande do Sul</b>	33122	26329	440.767	5,97%	1,26

Tabela 06: Estabelecimentos agropecuários com colheitadeiras, acesso e concentração.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

De forma geral, a condição de acesso a máquinas e a implementos agrícolas na região é muito próxima a do Estado (tabela 07), sendo que na região 50,13% dos estabelecimentos não os possuem, enquanto no Rio Grande do Sul 50,71%.

Entre os municípios em questão, alguns se destacam com índices superiores, como Formigueiro, Dilermando de Aguiar, Tupanciretã, Quevedos e São Martinho da Serra, todos com mais de dois terços dos estabelecimentos sem maquinários ou implementos. Todos estes municípios se encontram entre os com a estrutura fundiária mais concentrada na região. Da mesma forma, os índices de concentração técnica apresentadas anteriormente também são altos, evidenciando a existência de grandes estabelecimentos com alto índice de técnicas agrícolas.

Os municípios que possuem maior indicador de estabelecimentos com máquinas e/ou implementos agrícolas são: Dona Francisca, Nova Palma, São João do Polêsine, Agudo e Faxinal do Soturno, todos entre os com menor média fundiária e com mais desconcentração. Estes municípios, portanto, possuem pequenas propriedades que possuem desconcentrada mecanização, pois, pela condição material e/ou produtiva, não há necessidade de um grande número de máquinas e/ou implementos.

<b>Municípios</b>	<b>Não possui (a)</b>	<b>Estabelecimentos (b)</b>	<b>a/b</b>
Agudo	920	2.703	34,04%
Dilermando de Aguiar	595	851	69,92%
Dona Francisca	114	438	26,03%
Faxinal do Soturno	189	527	35,86%
Formigueiro	897	1.276	70,30%
Itaara	86	159	54,09%
Ivorá	260	536	48,51%
Jari	766	1.191	64,32%
Júlio de Castilhos	419	979	42,80%
Nova Palma	216	787	27,45%
Pinhal Grande	414	860	48,14%
Quevedos	503	737	68,25%
Santa Maria	1.157	2.339	49,47%
São João do Polêsine	90	266	33,83%
São Martinho da Serra	580	877	66,13%
São Pedro do Sul	834	1.762	47,33%
Silveira Martins	186	388	47,94%
Toropi	351	932	37,66%
Tupanciretã	920	1.336	68,86%
<b>Região</b>	<b>9497</b>	<b>18.944</b>	<b>50,13%</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>223519</b>	<b>440.767</b>	<b>50,71%</b>

Tabela 07: Número dos estabelecimentos que possuem e não possuem maquinários e/ou implementos agrícolas. Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

Os dados referentes às técnicas agrícolas apresentam um resultado que auxilia na definição da produção agropecuária predominante nos municípios. Considerando o crescente valor destinado a políticas para a produção em pequena escala<sup>59</sup>, facilitando o acesso ao crédito, percebe-se que em locais com uma estrutura fundiária desconcentrada há um considerável nível de acesso aos implementos e máquinas agrícolas. Entretanto, não de forma concentrada por estabelecimento.

A concentração de máquinas e implementos agrícolas permeia os municípios com concentração fundiária acima da média regional e estadual, da mesma forma que nestes municípios poucos estabelecimentos possuem máquinas e implementos agrícolas, ou seja, um grupo restrito de estabelecimentos possui um grande número de máquinas e implementos.

Seguindo a análise de variáveis que possibilitam a compreensão da produção agropecuária, os produtos cultivados e as criações de animais evidenciam a existência de diversificação ou especialização das atividades econômicas ligadas à produção.

A gama de produtos cultivados na região é grande, entretanto, algumas têm expressão mínima em área cultivada e/ou incremento para a economia dos municípios e, por extensão, do COREDE Central. Para reduzir esta gama de produtos, foi seguida a proposição apresentada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central (2010), ao realizar o planejamento regional e considerar na análise os cultivos de maior importância em área plantada e para a economia da região. Entre as lavouras temporárias foram considerados: o arroz, a cana-de-açúcar<sup>60</sup>, o feijão<sup>61</sup>, o fumo, o milho, a soja e o trigo. Entre a lavoura permanente: a laranja e a uva. Já entre as criações animais e produtos dela derivados: os bovinos, os suínos, os ovinos, as galinhas e os assemelhados, como ovos, leite de vaca e lã.

Os dados da tabela 08 apresentam o percentual da área total dos estabelecimentos agropecuários cobertos pelos cultivos selecionados, sendo que em destaque estão os percentuais que são superiores à participação da região no Estado. Esses dados auxiliam na percepção de especialização produtiva<sup>62</sup> de algum município em determinado produto, assim como na diversificação produtiva.

---

<sup>59</sup> Como apresentado no item 3.2 desta pesquisa.

<sup>60</sup> Segundo o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central (2010), a cana-de-açúcar não está entre os principais cultivos da região, porém, devido ao recente zoneamento para a produção da cana no Brasil, a maior parte dos municípios do COREDE Central foi considerada, havendo perspectiva de aumento significativo desta produção.

<sup>61</sup> O feijão não está entre os produtos com maior participação na economia agrícola da região, contudo abrange uma significativa área de plantação em alguns municípios e é um importante produto de consumo direto dos produtores rurais.

<sup>62</sup> A especialização produtiva será discutida com maiores informações no capítulo seguinte, com auxílio dos quocientes locais (QIs).

Entre os cultivos analisados, dois se destacam por haver maior área dos estabelecimentos agropecuários destinados à sua produção em determinados municípios, o arroz e a soja. O arroz é expressivo entre os municípios que possuem estabelecimentos agropecuários com média fundiária menor na região, com exceção de Formigueiro. Esses mesmos municípios que possuem acesso a técnicas agrícolas modernas, porém, sem concentração. Destacam-se Dona Francisca, São João do Polêsine, Agudo, Formigueiro e Faxinal do Soturno.

Com exceção de Silveira Martins, a soja é um cultivo expressivo em municípios com os maiores índices de concentração fundiária e de técnicas na região. Tupanciretã possui mais de dois terços da área dos estabelecimentos agropecuários com produção do grão. Júlio de Castilhos também tem uma área superior a 50% dos estabelecimentos destinados à soja. Além desses municípios, São Martinho da Serra, Jari, Itaara e Pinhal Grande destinam considerável área para o grão. Contudo, não possuem o mesmo nível de acesso e concentração de maquinários e implementos agrícolas.

Ao considerar os municípios que estão grifados por possuírem uma produção que se destaca na região, percebe-se que em alguns municípios há especialização em diversos cultivos, como em Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Itaara, Nova Palma, Pinhal Grande e Silveira Martins. Entre esses municípios, estão alguns que possuem percentual considerável de suas áreas destinado ao arroz. Em contrapartida, em outros municípios há poucos cultivos grifados na tabela e com especialização na soja, como Jari, Júlio de Castilhos, Quevedos, São Martinho da Serra e Tupanciretã. Na tabela 08, abaixo, aparecem em destaque os produtos que têm percentual de área cultivada superior ao percentual da região no Estado.

Municípios	Arroz	Cana de açúcar	Feijão	Fumo	Milho	Soja	Trigo	Laranja	Uva
Agudo	18,52%	0,37%	1,14%	13,72%	11,43%	0,00%	0,00%	0,14%	0,08%
Dilermando de Aguiar	4,03%	0,07%	0,10%	0,38%	3,63%	18,13%	0,00%	0,03%	0,01%
Dona Francisca	30,48%	1,72%	2,39%	5,57%	9,94%	1,19%	0,00%	0,08%	0,07%
Faxinal do Soturno	14,78%	1,83%	3,15%	3,67%	11,00%	6,23%	0,51%	0,18%	0,05%
Formigueiro	18,05%	0,06%	0,08%	0,44%	2,00%	5,01%	0,00%	0,05%	0,02%
Itaara	0,00%	0,12%	2,03%	0,07%	10,84%	29,81%	6,78%	0,09%	0,53%
Ivorá	0,35%	1,22%	6,90%	4,87%	18,26%	6,59%	0,51%	0,57%	0,11%
Jari	0,04%	0,07%	0,98%	0,72%	6,03%	39,29%	3,23%	0,04%	0,01%
Júlio de Castilhos	0,03%	0,02%	0,45%	0,06%	4,16%	50,26%	5,89%	0,08%	0,03%
Nova Palma	0,60%	0,65%	8,83%	5,11%	13,63%	15,33%	1,36%	0,27%	0,26%
Pinhal Grande	0,36%	0,07%	3,89%	1,95%	9,00%	28,70%	4,09%	0,09%	0,15%
Quevedos	0,01%	0,01%	0,90%	0,73%	3,50%	58,38%	4,38%	0,04%	0,01%
Santa Maria	6,41%	0,05%	0,08%	0,14%	1,77%	17,46%	0,26%	0,04%	0,01%
São João do Polêsine	28,28%	0,89%	0,89%	0,45%	4,46%	5,21%	0,00%	0,30%	0,16%
São Martinho da Serra	0,44%	0,07%	0,81%	0,03%	9,24%	44,00%	2,64%	0,06%	0,02%
São Pedro do Sul	6,16%	0,65%	0,45%	0,75%	4,51%	4,51%	0,00%	0,19%	0,03%
Silveira Martins	0,00%	0,43%	10,13%	0,50%	12,84%	22,83%	0,09%	0,76%	1,00%
Toropi	1,70%	0,40%	1,42%	5,10%	11,33%	3,40%	0,00%	0,11%	0,03%
Tupanciretã	0,02%	0,01%	0,03%	0,05%	3,76%	68,38%	6,36%	0,03%	0,00%
<b>Região</b>	4,02%	0,18%	0,98%	1,29%	5,28%	34,12%	2,93%	0,08%	0,04%
<b>Rio Grande do Sul</b>	5,07%	0,16%	0,61%	1,20%	7,04%	19,16%	3,46%	0,14%	0,22%

Tabela 08: Percentual da área total dos estabelecimentos agropecuários utilizados nos cultivos selecionados.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

As criações animais e produtos derivados (tabela 09) estão organizados, apresentando a participação de cada município no total da região e a representatividade da região no Estado. Em destaque estão os cinco municípios que possuem as maiores participações nas criações e produções por variável.

Santa Maria e Tupanciretã estão entre os principais municípios em todas as criações e produções consideradas, apresentado, portanto, uma diversificada produção animal e com forte especialização, comparado aos demais municípios da região. Contudo, devido a pouca participação da região no Estado, com exceção dos bovinos e ovinos, a produção não é tão expressiva, apenas em nível regional. Em escala inferior, Agudo, São Pedro do Sul e Júlio de Castilhos também possuem participação regional elevada, sobretudo nos bovinos e leite, em Júlio de Castilhos, na produção de ovos, em São Pedro do Sul, e suínos e galinhas, em Agudo.

Em relação à produção agrícola, a criação de animais apresenta maior diversificação nos municípios. Este fato decorre em partes da não especialização da região frente ao Estado, que ocorre com a soja na agricultura por exemplo. Na tabela 09, abaixo, aparecem em destaque os cinco municípios que possuem maior criação e produção por variável.

Municípios	Bovinos	Suínos	Ovinos	Galinhas	Ovos (un)	Leite vaca (mil l)	Lã (Kg)
Agudo	3,07%	14,78%	0,55%	16,90%	9,02%	3,17%	0,20%
Dilermando de Aguiar	8,44%	2,09%	8,99%	2,92%	3,57%	1,83%	9,35%
Dona Francisca	0,70%	2,02%	0,06%	2,61%	4,41%	1,82%	0,00%
Faxinal do Soturno	1,25%	2,72%	0,71%	3,30%	3,96%	3,70%	0,48%
Formigueiro	7,38%	3,29%	3,11%	3,82%	3,03%	1,24%	3,77%
Itaara	0,52%	0,99%	1,76%	1,02%	0,51%	0,15%	1,45%
Ivorá	0,95%	2,05%	0,14%	2,49%	2,40%	2,61%	0,07%
Jari	8,60%	3,84%	10,70%	5,27%	3,64%	1,37%	12,76%
Júlio de Castilhos	10,44%	8,12%	12,61%	5,38%	5,93%	17,08%	9,83%
Nova Palma	3,01%	5,85%	2,98%	5,77%	4,09%	12,30%	2,94%
Pinhal Grande	2,98%	5,24%	4,21%	5,56%	4,45%	5,42%	5,70%
Quevedos	4,12%	2,33%	4,68%	2,84%	1,34%	1,40%	3,57%
Santa Maria	18,77%	8,25%	13,18%	14,72%	19,71%	12,67%	15,50%
São João do Polêsine	0,75%	1,13%	0,12%	1,55%	3,58%	1,20%	0,08%
São Martinho da Serra	5,33%	2,38%	7,70%	3,04%	3,46%	4,04%	5,28%
São Pedro do Sul	9,77%	6,99%	6,83%	7,65%	10,86%	4,86%	6,45%
Silveira Martins	0,55%	0,92%	0,22%	1,05%	1,31%	0,77%	0,09%
Toropi	2,54%	6,24%	0,67%	6,83%	6,12%	5,39%	0,41%
Tupanciretã	10,82%	20,77%	20,77%	7,28%	8,59%	18,99%	22,06%
<b>Região</b>	4,78%	1,79%	3,19%	0,44%	0,99%	2,38%	2,61%

**Rio Grande do Sul** 11.184.248 5.611.431 3.477.062 141.490.114 277.836.847 2.455.611 9.689.283  
Tabela 09: Percentual da participação municipal no total da região e da região no Estado nas criações e produções selecionadas.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

A expressividade da produção de soja no COREDE Central no Rio Grande do Sul evidencia a grande produção do grão, assim como a especialização de alguns municípios, como Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Quevedos e Jari, com a distinção existente ao somarem-se as outras variáveis já consideradas, com os dois primeiros municípios citados com um nível maior de concentração de terra, máquinas e implementos agrícolas. O cultivo do arroz também se destaca em área plantada nos estabelecimentos agropecuários da região. Entretanto, diferentemente da soja, a sua produção acompanha uma maior diversificação, com o cultivo significativo de outras culturas, com exceção especialmente de Formigueiro, já que Santa Maria possui uma relação de diversificação maior nas criações e produtos derivados.

De modo geral, os municípios que possuem acesso a técnicas modernas na agricultura de forma não concentrada e têm estrutura fundiária menos concentrada, possuem uma diversificação maior nos cultivos produzidos. Entre os municípios constituídos com presença significativa de grandes propriedades, o nível de concentração é maior, especialmente na plantação da soja.

Entre a criação de animais e seus derivados há uma diversificação maior, com poucos casos de especialização. A criação de bovinos, suínos e ovinos está entre as principais criações juntamente com o leite de vaca. Santa Maria, Tupanciretã e Júlio de Castilhos, que destinam grande área para o arroz ou a soja, possuem também os principais rebanhos bovinos, caracterizando outra concentração produtiva a nível regional.

A direção dos estabelecimentos rurais é outro ponto mencionado por pesquisadores na definição da produção agropecuária realizada. Os dados apresentados apresentam o percentual da direção dos estabelecimentos por condição. Estes apresentam uma maciça maioria das propriedades rurais, sendo administradas pelo próprio produtor ou por um sócio. Apenas Itaara e Júlio de Castilhos possuem menos de 90% dos estabelecimentos nessa condição. Nestes mesmos municípios, a participação de estabelecimentos administrados por um administrador é consideravelmente superior aos demais. Em número menor, Dilermando de Aguiar também se destaca.

<b>Municípios</b>	Produtor titular diretamente ou sócio	Produtor titular através de um capataz ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo	Administrador	Produtores (explorações comunitárias)	Outra condição
Agudo	97,93%	0,18%	1,66%	0,00%	0,22%
Dilermando de Aguiar	94,24%	1,76%	4,00%	0,00%	0,00%
Dona Francisca	97,95%	1,37%	0,68%	0,00%	0,00%
Faxinal do Soturno	98,10%	0,76%	0,76%	0,00%	0,38%

Formigueiro	96,55%	1,18%	1,18%	0,00%	1,10%
Itaara	88,68%	0,00%	11,32%	0,00%	0,00%
Ivorá	98,69%	0,37%	0,56%	0,00%	0,37%
Jari	93,95%	4,03%	1,85%	0,00%	0,17%
Júlio de Castilhos	87,95%	1,84%	9,81%	0,00%	0,41%
Nova Palma	98,73%	0,25%	1,02%	0,00%	0,00%
Pinhal Grande	98,60%	0,47%	0,47%	0,00%	0,47%
Quevedos	95,66%	2,71%	0,54%	0,00%	1,09%
Santa Maria	96,37%	2,22%	1,24%	0,13%	0,04%
São João do Polêsine	96,24%	1,13%	2,26%	0,38%	0,00%
São Martinho da Serra	98,18%	0,80%	0,80%	0,00%	0,23%
São Pedro do Sul	96,71%	1,19%	1,53%	0,00%	0,57%
Silveira Martins	97,68%	0,52%	1,80%	0,00%	0,00%
Toropi	99,46%	0,11%	0,21%	0,00%	0,21%
Tupanciretã	96,18%	1,87%	1,87%	0,00%	0,07%
<b>Região</b>	96,46%	1,32%	1,90%	0,02%	0,31%
<b>Rio Grande do Sul</b>	96,25%	1,56%	2,07%	0,03%	0,25%

Tabela 10: Percentual da condição da direção do estabelecimento.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

Diferentemente das variáveis até aqui selecionadas para caracterização da produção agropecuária, a direção do estabelecimento pouco auxilia para a regionalização do COREDE Central de acordo com a forma de produção agropecuária predominante, apresentando apenas variações em três municípios e um vasto percentual dos estabelecimentos administrados pelos próprios produtores ou um sócio<sup>63</sup>. Este dado mostra que mesmo havendo a produção em larga escala, a administração permanece com o produtor, havendo poucos casos com a terceirização desta tarefa ou obtenção de propriedades pelo capital privado.

Segundo as definições discutidas sobre a produção agropecuária, um dos pontos que gera diferenciação no meio rural é a condição dos empregados. Neste aspecto, foi considerado o número de empregados com e sem parentesco com o produtor, assim como o percentual de estabelecimentos com empregados sem vínculo familiar com o produtor e o número de empregados por estabelecimento.

A tabela 11 apresenta o número de empregados com parentesco com o produtor, mais o próprio produtor e o número de empregados por estabelecimento agropecuário. A região, como um todo, possui um indicador inferior ao Estado neste item, com 2,48 empregados com parentesco por estabelecimento, enquanto a média estadual é de 2,8. Por consequência, o número por municípios também não é elevado, com exceção de alguns municípios,

<sup>63</sup> Produtor titular diretamente ou sócio: quando a direção dos trabalhos estivesse sob a responsabilidade do produtor ou de um sócio, no caso de sociedade de pessoas: marido e mulher, parentes e amigos; ou de um dos condôminos, no caso de condomínios; ou de um dos herdeiros, no caso de imóvel em inventário ou em processo de partilha.



especialmente Quevedos, Faxinal do Soturno e Nova Palma. Estes municípios apresentam distintos resultados dos dados analisados até então. Quevedos está entre os municípios que destinam grande parte da área dos estabelecimentos agropecuários à produção de soja, possui uma concentração mediana de máquinas e implementos agrícolas e na estrutura fundiária. Em contrapartida, Faxinal do Soturno e Nova Palma possuem condições inversas, um maior acesso a máquinas e implementos, desconcentração fundiária e diversificação produtiva.

Silveira Martins, Jari e Itaara, que também possuem características distintas, assim como os municípios citados acima, possuem o menor número de empregados com parentesco com o proprietário, com 1,89, 2,01 e 2,08 empregados por estabelecimento.

<b>Municípios</b>	<b>Estabelecimentos (a)</b>	<b>Número de empregados com pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor (inclusive o produtor) (b)</b>	<b>b/a</b>
Agudo	2.703	6.532	2,42
Dilermando de Aguiar	851	2.132	2,51
Dona Francisca	438	985	2,25
Faxinal do Soturno	527	1.617	3,07
Formigueiro	1.276	2.706	2,12
Itaara	159	320	2,01
Ivorá	536	1.412	2,63
Jari	1.191	2.481	2,08
Júlio de Castilhos	979	2.237	2,28

Nova Palma	787	2.218	2,82
Pinhal Grande	860	1.939	2,25
Quevedos	737	2.626	3,56
Santa Maria	2.339	6.247	2,67
São João do Polêsine	266	563	2,12
São Martinho da Serra	877	2.289	2,61
São Pedro do Sul	1.762	4.227	2,40
Silveira Martins	388	732	1,89
Toropi	932	2.349	2,52
Tupanciretã	1.336	3.315	2,48
<b>Região</b>	<b>18.944</b>	<b>46.927</b>	<b>2,48</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>440.767</b>	<b>1.234.862</b>	<b>2,80</b>

Tabela 11: Número total de empregados com parentesco com o produtor (inclusive o produtor) e o número por estabelecimento.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

Contudo, ao considerar os dados de empregados sem laço de parentesco com o produtor (tabela 12), a relação com os demais dados se torna mais evidente. O COREDE Central possui pouco mais de 1% de estabelecimentos com empregados sem parentesco com o produtor que o Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos, Itaara, Dona Francisca, Itaara e Santa Maria possuem mais de 30% dos estabelecimentos com trabalhadores sem relação com o proprietário. Em contrapartida, Ivorá e Silveira Martins têm menos de 5% de estabelecimentos nesta condição.

A região também possui um número superior de empregados sem relação com o produtor que o Estado, 8,36 e 5,29, respectivamente. Municípios de Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Santa Maria, Tupanciretã e Nova Palma possuem os maiores índices. Com exceção de Nova Palma, os quatro outros municípios possuem uma concentração fundiária elevada ou média, em nível regional e estadual. Dilermando de Aguiar e Formigueiro caracterizam-se por terem um nível mediano de concentração de máquinas e implementos agrícolas e também um baixo acesso a essas técnicas, evidenciando uma produção com intenso uso de mão de obra e baixo nível técnico em grande parte dos estabelecimentos. Já Tupanciretã apresenta os maiores índices de concentração de máquinas e implementos agrícolas, porém em poucos estabelecimentos, possuindo um grau elevado de mecanização em alguns estabelecimentos, com uso considerável de mão de obra sem parentesco com o produtor em quase um quarto dos estabelecimentos.

Entre os municípios que apresentam número de empregados por estabelecimento baixo, estão os que possuem mais familiares trabalhando na produção, entre estes Toropi, Ivorá e Quevedos. Esses municípios apresentam os menores indicadores de estabelecimentos com maquinários e implementos agrícolas, evidenciando uma produção com grande

participação de pessoas ligadas à família, sem uso de novas técnicas e com produção distinta, em que Toropi e Ivorá possuem diversificação alta, e Quevedos maior parte dos estabelecimentos destinados à soja.

<b>Municípios</b>	Estabelecimentos (a)	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor (b)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor (c)	b/a	c/b
Agudo	2.703	530	1.228	19,61%	2,32
Dilermando de Aguiar	851	159	6.363	18,68%	40,02
Dona Francisca	438	139	226	31,74%	1,63
Faxinal do Soturno	527	99	289	18,79%	2,92
Formigueiro	1.276	265	8.471	20,77%	31,97
Itaara	159	52	104	32,70%	2,00
Ivorá	536	26	41	4,85%	1,58
Jari	1.191	143	374	12,01%	2,62
Júlio de Castilhos	979	337	901	34,42%	2,67
Nova Palma	787	153	536	19,44%	3,50
Pinhal Grande	860	156	278	18,14%	1,78
Quevedos	737	59	113	8,01%	1,92
Santa Maria	2.339	708	8.835	30,27%	12,48
São João do Polêsine	266	84	136	31,58%	1,62
São Martinho da Serra	877	66	172	7,53%	2,61
São Pedro do Sul	1.762	191	373	10,84%	1,95
Silveira Martins	388	19	50	4,90%	2,63
Toropi	932	49	75	5,26%	1,53
Tupanciretã	1.336	315	1.103	23,58%	3,50
<b>Região</b>	18.944	3.550	29.668	18,74%	8,36
<b>Rio Grande do Sul</b>	440.767	77.943	412.345	17,68%	5,29

Tabela 12: Nº de empregados sem parentesco com o produtor, de estabelecimentos com empregados sem parentesco com o produtor, percentual de estabelecimentos com empregados sem parentesco com o produtor e o de empregados sem parentesco com o produtor por estabelecimento.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

Os dados dos empregados em estabelecimentos rurais da região do COREDE Central, somado aos demais, especialmente de mecanização e de produção, auxiliam na compreensão de como o trabalho é realizado. A região apresenta um elevado número de trabalhadores sem vínculo com o produtor responsável pelo estabelecimento. Entretanto, alguns municípios são responsáveis pela elevação do indicador, tendo na maioria dos municípios uma participação superior de empregados com vínculo familiar.

O valor dos investimentos por municípios (tabela 13) auxilia na compreensão da produção agropecuária regional, na medida em que é relacionado com elementos já discutidos, como os valores destinados a cada Ministério, sendo que o MDA - responsável

pela agricultura familiar entre outras atribuições, possui um recurso mais limitado que o MAPA - fomentador do agronegócio. Aproximando também os valores com a natureza e mecanização, é possível perceber quão dinâmica é a produção, sendo que o nível de incremento tecnológico e produtivo está sendo atrelado ao processo produtivo.

O percentual de acesso a máquinas e implementos agrícolas em determinados municípios está diretamente ligado ao número de estabelecimentos que obtiveram financiamentos durante 2006. Nova Palma e Dona Francisca, por exemplo, apresenta elevado número de estabelecimentos com financiamento, a mesma medida que possuem diversos produtores com acesso a novas técnicas agrícolas.

Da mesma forma que indicador percentual de estabelecimentos que obtiveram financiamento, o valor médio dos investimentos por estabelecimentos reflete a natureza da produção. Tupanciretã e Júlio de Castilhos possuem elevado valor médio de investimento por estabelecimento, R\$34.435 e R\$20.586, respectivamente. Esses valores refletem a produção concentrada na monocultura da soja, que exige um elevado número de procedimentos técnicos e o uso de maquinários para uma produção que permita uma renda média alta ao produtor. Toropi e Quevedos possuem o menor valor médio de investimentos. Justamente por esse fato, poucos estabelecimentos têm acesso a máquinas e implementos agrícolas, o que se torna uma preocupação com a situação de Quevedos, principalmente, uma vez que produz na maior parte da área de seus estabelecimentos, a soja.

Nos municípios que possuem uma diversificação produtiva e um acesso considerável a técnicas modernas, como Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Nova Palma, os níveis de investimentos são medianos, caracterizando a situação atual da agricultura familiar no Brasil, em que está crescendo o acesso a financiamentos, porém ainda estão longe dos valores destinados ao agronegócio.

<b>Municípios</b>	Valor dos investimentos (mil reais) (a)	Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento (b)	Estabelecimentos (c)	a/b (mil reais)	b/c
Agudo	16.340	1.256	2.703	13,010	46,47%
Dilermando de Aguiar	2.595	266	851	9,756	31,26%
Dona Francisca	1.736	293	438	5,925	66,89%
Faxinal do Soturno	1.850	337	527	5,490	63,95%
Formigueiro	2.842	395	1.276	7,195	30,96%
Itaara	639	63	159	10,143	39,62%
Ivorá	1.379	358	536	3,852	66,79%
Jari	5.968	533	1.191	11,197	44,75%
Júlio de Castilhos	10.581	514	979	20,586	52,50%

Nova Palma	5.104	565	787	9,034	71,79%
Pinhal Grande	4.463	518	860	8,616	60,23%
Quevedos	1.206	295	737	4,088	40,03%
Santa Maria	13.281	572	2.339	23,219	24,45%
São João do Polêsine	1.126	128	266	8,797	48,12%
São Martinho da Serra	2.094	198	877	10,576	22,58%
São Pedro do Sul	5.070	575	1.762	8,817	32,63%
Silveira Martins	912	126	388	7,238	32,47%
Toropi	1.727	450	932	3,838	48,28%
Tupanciretã	21.350	620	1.336	34,435	46,41%
<b>Região</b>	<b>100.263</b>	<b>8.062</b>	<b>18.944</b>	<b>12,436</b>	<b>42,56%</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>2.493.372</b>	<b>183.984</b>	<b>440.767</b>	<b>13,552</b>	<b>41,74%</b>

Tabela 13: Valor dos investimentos, nº de estabelecimentos que obtiveram financiamentos, média do investido por estabelecimentos que obtiveram financiamentos e percentual de estabelecimentos que obtiveram financiamentos.

Fonte: IBGE 2006. Adaptado pelo autor.

O último aspecto selecionado a partir da revisão bibliográfica realizada para auxiliar na definição da produção agropecuária nos municípios do COREDE Central é o mercado. Cabe ressaltar que no capítulo quinto desta pesquisa se analisará a dinâmica econômica e demográfica da região segundo a produção rural, sendo que a reflexão mais detalhada do mercado dos produtos advindos da agropecuária será discutida em tal capítulo. Nesta seção estão apresentados apenas alguns dados gerais que procuram auxiliar na definição da produção dos municípios da região. Os dados de comércio intra e inter-regional foram obtidos no IBGE e são datados de 2006, assim como o comércio internacional, pesquisados no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O comércio intrarregional apresenta alguns municípios como eminentemente receptores da produção regional, como Santa Maria, dialogando principalmente com Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Itaara e Dona Francisca, na transferência de soja, bovinos, milho e arroz; Júlio de Castilhos recebendo essencialmente a produção de soja da região; e Nova Palma e Faxinal do Soturno, que absorvem uma produção diversa, especialmente dos municípios do seu entorno. Algumas considerações podem ser realizadas sobre o comércio entre os municípios do COREDE Central: a) os municípios citados como principais receptores da produção regional possuem uma especialização produtiva em determinado produto, possuem uma estrutura de armazenagem e escoamento para outros mercados, como é o caso da soja em Júlio de Castilhos; b) a existência de cooperativas é determinante. Em Nova Palma, a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (CAMNPAL) absorve a produção de determinados produtos, como arroz e milho. A mesma análise cabe a Santa Maria, porém no caso dos frigoríficos, sendo o município o destino de parte

considerável do gado bovino da região; e c) o grande fluxo de mercadorias entre os municípios do leste da região perante os demais.

O comércio inter-regional apresenta uma dinâmica próxima ao apresentado no intrarregional, com alguns municípios sendo principalmente origem de produtos destinados a outras regiões, e outros municípios sendo principalmente destino da produção. Contudo, Nova Palma e Faxinal do Soturno, anteriormente apresentados com grande relação com outros municípios do COREDE Central, não constam como destino, ou seja, são receptores de produtos apenas da região. Santa Maria, Tupanciretã e Júlio de Castilhos são os principais destinos de produtos oriundos de outras regiões. Nos três municípios destacam-se a soja, e em Santa Maria os bovinos, todos produzidos no Rio Grande do Sul e em regiões próximas ao COREDE Central. Nos municípios como origem, diversos possuem relação inter-regional, especialmente com a região do COREDE Vale do Rio Pardo, como destino da produção de tabaco. Os três municípios citados como destino da produção inter e também intraregional não apresentam indicadores de comércio inter-regional como sendo origem dos produtos, ou seja, a produção própria e absorvida dos demais municípios tem como destino o comércio exterior.

Nem todos os municípios da região possuem atuação no comércio exterior, mesmo em produtos não agrícolas<sup>64</sup>. Em 2006, sete municípios realizavam transações com outros países: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Santa Maria e Tupanciretã. Dos produtos importados, o que mais se repete é o trigo - Agudo<sup>65</sup>, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos, Nova Palma e Tupanciretã compravam o grão, especialmente importado da Argentina e do Uruguai. Em Santa Maria também se destaca a importação de químicos para a lavoura, como o cloreto de potássio e a ureia. Os produtos exportados proporcionam a compreensão do comércio dos produtos da região. Júlio de Castilhos e Tupanciretã, que além de grandes produtores, absorvem a produção de soja da região e a comercializam especialmente para a China. Santa Maria, por sua vez, exporta grande quantidade de carne e couro bovino<sup>66</sup>.

As relações de mercado na região do COREDE Central, apoiadas nos elementos já discutidos, possibilitam perceber que alguns municípios possuem uma relação eminentemente

---

<sup>64</sup> Não realizam comercialização direta pelo município, pois, como analisado anteriormente, há venda de produção entre os municípios da região, que posteriormente em um município polo de armazenagem e escoamento ocorre esta transação.

<sup>65</sup> Agudo importa trigo do Uruguai e produz biscoitos, os quais revendem ao país platino.

<sup>66</sup> Não há, a partir dos dados disponibilizados pelo MDIC, como definir o destino da produção, visto que Santa Maria exporta diversos produtos que vão além do setor primário e as informações não vinculam produto e destino, apenas apresentam os valores e quantidades comercializadas por produto ou por país de destino. No caso da soja, em Tupanciretã e Júlio de Castilhos, e do trigo, em Agudo, é possível, pois estes são os únicos produtos comercializados pelo valor vinculado à transação.

regional, especialmente os que possuem acesso a técnicas, uma estrutura fundiária e nível técnico desconcentrado e têm uma produção agropecuária diversificada, caso de parte dos municípios do leste da região. Mesmo os municípios que possuem alguma relação inter-regional ou com outros países, estas são em pequena escala, principalmente em perspectiva a outros municípios da região que possuem uma condição fundiária e técnica concentrada, assim como destinam grande parte de seus estabelecimentos à produção de um único grão. Nestes casos, o mercado mostrou-se atrativo à produção, tanto intra como inter-regional, e com forte relação com o comércio exterior.

Os dados apresentados e discutidos, juntamente com as reflexões da formação do território do Rio Grande do Sul e da região e sobre agricultura familiar e agronegócio, possibilitaram a regionalização do COREDE Central. De acordo com a análise realizada, podem-se considerar três grupos de municípios na região, segundo a natureza da produção agropecuária: o agronegócio, agricultura familiar e agricultura familiar menos dinâmica.

Para realização de uma reflexão prévia e explicativa das condições que evidenciaram a definição de cada município entre as regionalizações propostas, elencou-se a condição de reprodução da atividade agropecuária como um elemento chave, uma vez que este se difere entre o agronegócio e a agricultura familiar e fundamenta a opção pela consideração de uma agricultura familiar menos dinâmica.

Oliveira (2007) basicamente apresenta a reprodução da produção agropecuária de duas maneiras. Na primeira, denominada reprodução simples, o produtor rural<sup>67</sup>, após o fim da atividade produtiva, garante a realização da mesma no próximo ciclo, ou seja, é uma reprodução simples, na qual não há grande acúmulo de capital e, assim, os investimentos são poucos. Na segunda, reprodução ampliada, o agropecuarista possui uma condição favorável de mercado, que garante um excedente de capital, muitas vezes investido em técnicas produtivas ou na aquisição de novas áreas.

O agronegócio realizado no COREDE Central se enquadra na condição de reprodução ampliada, pois este apresenta grande quantidade de capital investido, perceptível pelo nível técnico concentrado nos estabelecimentos. A produção visando o mercado internacional, com utilização de mão de obra sem vínculo com o proprietário, também é reflexo da condição de acumulação e de reprodução ampliada do setor na região.

---

<sup>67</sup> Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) trabalha a questão da reprodução da produção a partir da perspectiva camponesa, entretanto uma análise considerando outras formas de produção pode ser realizada desde que considere a peculiaridade de cada uma destas, como estamos propondo.

A agricultura familiar, por sua vez, também possui uma reprodução ampliada, entretanto, em um nível inferior ao do agronegócio. Como discutido anteriormente, por definição a agricultura familiar integrada aos processos capitalistas de produção possui uma condição de dinamicidade, que garante sua inserção no mercado local/regional e de produção de uma renda excedente. Esta, de acordo com os dados dos municípios da região, vem sendo empregada em técnicas agrícolas de forma desconcentrada entre os municípios que possuem um crescente acesso a financiamentos, que culminam no investimento na produção.

Há na região outro grupo de municípios de acordo com a produção agropecuária que se enquadram na reprodução simples, uma vez que estes possuem pouco acesso a novas técnicas agrícolas, resultado do baixo nível de investimentos realizado por estes, ou seja, possuem pouco ou nenhuma renda excedente, garantindo apenas a reprodução do ciclo produtivo. Este grupo, denominado agricultura familiar menos dinâmica, guarda relações com a agricultura familiar, especialmente por possuir grande parte da força de trabalho com vínculo familiar com o proprietário. Entretanto, os produtos cultivados e o mercado são genuínos do agronegócio regional, porém, estes não possuem as condições técnicas e financeiras para reproduzir-se como o agronegócio. Dessa forma, se caracterizam por possuírem peculiaridades de ambos, contudo, não podem ser classificados em um ou outro.

Partindo das reflexões realizadas nesta pesquisa, determinou-se a forma predominante da produção agropecuária, baseada nas análises dos dados e nas determinações conceituais. Entretanto, devido às divergências recorrentes na conceituação de agronegócio e de agricultura familiar, a dificuldade na utilização de dados municipais para a finalidade proposta e as peculiaridades territoriais da região, a produção agropecuária do COREDE Central foi subdividida, como mostra o quadro 02, abaixo.

<b>Variável/produção/ agropecuária</b>	<b>Agronegócio</b>	<b>Agricultura familiar</b>	<b>Agricultura familiar menos dinâmica</b>
<b>Estrutura fundiária</b>	Estrutura fundiária concentrada. Número e área de estabelecimentos com 200 ha ou mais elevado.	Desconcentração fundiária, com número e área de estabelecimentos com 200 ha ou mais baixo.	Concentração fundiária mediana na comparação com a região, com elevada área coberta por poucos estabelecimentos com área superior a 200 ha.
<b>Nível técnico</b>	Concentração e acesso a máquinas e implementos agrícolas acima da média regional.	Nível de acesso a maquinários e implementos agrícolas elevado com baixa concentração em relação às médias da região.	Nível de acesso a máquinas e implementos agrícolas baixo, com médio/alto índice de concentração.
<b>Lavouras e criações</b>	Parcela significativa dos estabelecimentos agropecuários destinados	Índice de diversificação elevado na comparação regional, havendo	Pouca diversificação em relação à região, com considerável área dos



	a poucos produtos, caracterizando uma monocultura. Na região, especialmente a soja e a criação bovina.	destinação de considerável área para o arroz, porém, acompanhado outros cultivos e criações em nível médio.	estabelecimentos destinados ao cultivo de produtos de exportação (soja).
<b>Direção do estabelecimento</b>	Mesmo com a literatura revisada e discutida, que se utiliza da condição da direção do estabelecimento como fator para determinar a natureza da produção agropecuária, este dado na região do COREDE Central pouco acrescenta, uma vez que a grande maioria das propriedades é dirigida pelos próprios produtores ou um sócio, não sendo possível realizar uma caracterização que guarde (co) relação com as demais variáveis.		
<b>Pessoas ocupadas</b>	Número de estabelecimentos com pessoas sem vínculo de parentesco com o proprietário e número destes trabalhadores por estabelecimentos elevados.	Alto número de pessoas ocupadas com relação de parentesco com o proprietário do estabelecimento. Médio/alto número de estabelecimentos com empregados sem vinculação com o produtor, assim como o número de empregados por estabelecimento.	Elevado número de pessoas empregadas com vínculo com o produtor. Baixo número de estabelecimentos com empregados sem parentesco com o produtor e diversificado número de empregados com vínculo por estabelecimento, especialmente por conta dos empregados temporários.
<b>Financiamentos e investimentos</b>	Médio ou baixo nível de acesso a financiamentos em perspectiva a outros municípios da região. Alto valor de investimento por estabelecimento.	Entre médio e alto índice de acesso a financiamentos, com valor investido pelas propriedades em nível mediano ou baixo em relação à região.	Número de estabelecimentos que obtiveram financiamentos e valores investidos por estabelecimentos médios ou baixos, na perspectiva regional.
<b>Mercado</b>	Concentração da recepção de produtos regionais e extra regionais com elevados indicadores de exportação de tais produtos;	Elevada transação de produtos intraregionais, e exportação de produção de arroz;	Relação de mercado, principalmente com os municípios polos de exportação, especialmente Júlio de Castilhos e Tupanciretã, com a soja, e Santa Maria, com gado bovino.
<b>Municípios</b>	Júlio de Castilhos, Santa Maria e Tupanciretã.	Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine, São Pedro do Sul e Silveira Martins.	Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Itaara, Jari, Pinhal Grande, Quevedos, São Martinho da Serra e Toropi.

Quadro 02: Síntese das características selecionadas para a regionalização do COREDE Central, segundo a produção agropecuária.

Fonte: Produzido pelo autor.

Mais do que uma análise segregada, a definição permeou uma concepção geral da produção agropecuária nos municípios, buscando evidenciar elementos que destacassem a forma de produção característica em seu meio rural. A definição também considerou aspectos peculiares da região, como a própria história e a inserção de cultivos eminentemente voltados para o mercado externo.

Cabe ressaltar, também, que foi considerada com a produção predominante, a qual se destaca e se diferencia da realizada por outros municípios da região. Ou seja, por Tupanciretã estar enquadrado com sua produção agropecuária eminentemente sendo realizada através de preceitos do agronegócio, não se está afirmando que não haja produção familiar no município. Entretanto, esta não se sobressai tanto quanto, como ocorre em Dona Francisca, por exemplo.

Diante disso, a regionalização do COREDE Central, a partir da produção agropecuária, apresenta-se como nos mostra a figura 13, abaixo.

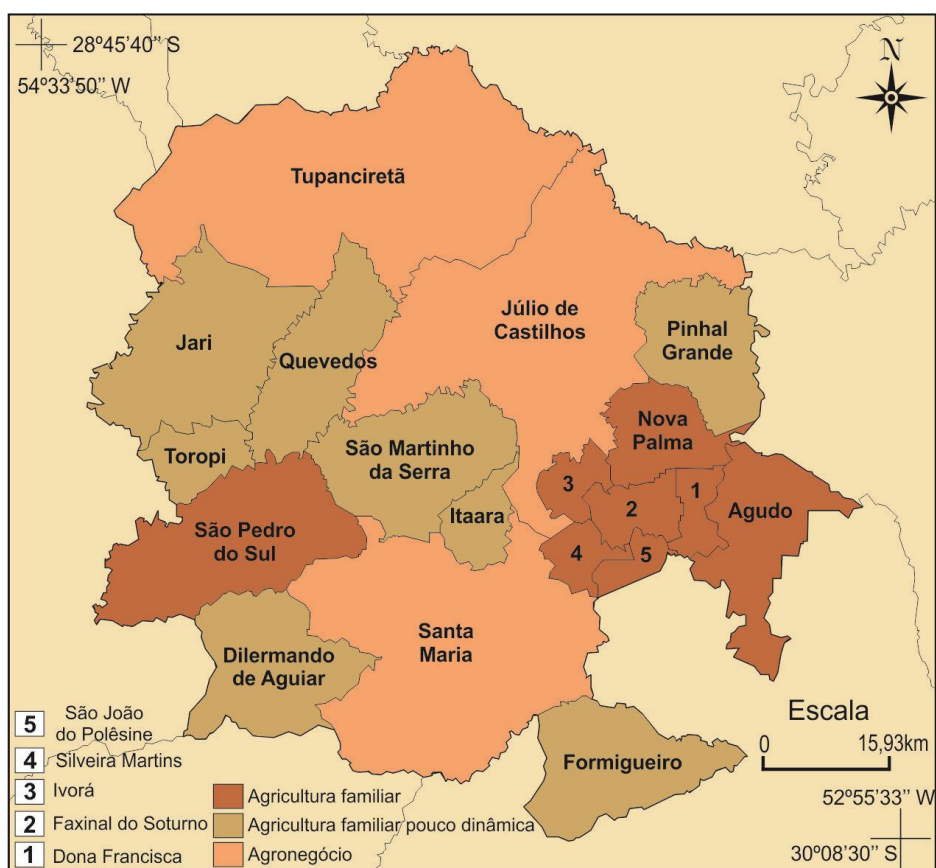


Figura 13: Municípios do COREDE Central segundo a produção agropecuária.  
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da regionalização acima representada, serão apresentadas e discutidas uma série de dados estatísticos regionais, que dialogam direta ou indiretamente com a produção agropecuária do COREDE Central, tendo em vista analisar a dinâmica econômica e demográfica dos municípios, partindo da diferenciação da forma produtiva, evidenciando particularidades, desafios e potencialidades do setor no contexto regional.

## **5 A INFLUÊNCIA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NA DINÂMICA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DA REGIÃO DO COREDE CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL**

Considerando as discussões realizadas durante esta pesquisa e, sobretudo, a regionalização do COREDE Central segundo a produção agropecuária, buscou-se analisar a dinâmica econômica e demográfica dos municípios. Antes de uma percepção segmentada das variáveis, propôs-se um olhar mais amplo para a dinâmica regional, sendo que as realidades econômica e demográfica estão entrelaçadas. A dinâmica populacional está intimamente relacionada à dinâmica econômica, sendo o contrário também verdadeiro.

Para a sistematização e melhor compreensão das informações obtidas, buscou-se, sempre que possível, organizá-las em forma de mapas, especializando a dinâmica regional e compreendendo as relações históricas e materiais até aqui abordadas. As informações não apresentadas em mapas estão em formato de tabelas ou quadros. Obviamente, a dinâmica econômica e demográfica de uma região é regida por relações que vão além da atividade agropecuária, assim como os fluxos que tecem atualmente o território regional muitas vezes extrapola os limites políticos da região.

### **5.1 A dinâmica econômica**

O primeiro indicador utilizado para a consideração da dinâmica econômica é a participação da agropecuária na economia dos municípios da região. Para essa percepção, utilizou-se o Valor Adicionado Bruto (VAB)<sup>68</sup>, segregado por setores, disponível no *site* da Fundação de Economia e Estatística - FEE. Para uma representação da dinâmica regional

---

<sup>68</sup> Segundo a FEE, o VAB consiste no valor acrescentado pelo setor descontado o custo dos produtos utilizados para a produção e transformação, ou seja, apresenta justamente quanto o setor acrescentou para a economia.

foram considerados três anos na análise, 1997, 2003 e 2008, sendo esse o último ano com dados disponíveis. Para uma consideração de diferentes anos foi calculado o VAB real<sup>69</sup>, em que se desconsidera a inflação do período, já que esta pode acarretar em análises equivocadas.

A figura 14, a seguir, apresenta o total do setor agropecuário do valor adicionado bruto dos municípios e a sua distribuição do total por setores, em 1997. Os maiores valores estão os municípios que produzem predominantemente a partir do agronegócio, que são: Santa Maria, Tupanciretã e Júlio de Castilhos, seguidos por Agudo e São Pedro do Sul, contidos no grupo da agricultura familiar. Os municípios com os valores mais baixos são os da agricultura familiar menos dinâmica.

Entretanto, considerando a estratificação por setores, percebe-se que entre os municípios do agronegócio o setor terciário se apresenta como principal atividade, especialmente em Santa Maria, polo urbano regional. Porém, devido ao valor total do VAB dos municípios ser elevado, não há como desconsiderar o valor produzido pelo setor primário nos três municípios. O setor primário se destaca especialmente entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica, sendo que Jari é o único caso do setor ser responsável por mais de 50% do VAB municipal. Esse fato não ocorre por acaso. Considerando a reflexão sobre agricultura familiar realizada, em sua essência há uma dinâmica tanto industrial como de serviços. Em municípios que a agricultura familiar é menos dinâmica é presumível que o setor não gere uma dinâmica expressiva nos demais. Diferentemente, entre os municípios do grupo da agricultura familiar os setores secundário e terciário – especialmente o terceiro setor no caso da região em análise – possuem maior participação na composição do VAB.

---

<sup>69</sup> Para calcular o VAB real, divide-se o VAB nominal - preços constantes - por um deflator, no caso tendo como ano base 1997 e pesquisado na própria FEE, e multiplica-se o resultado por cem.

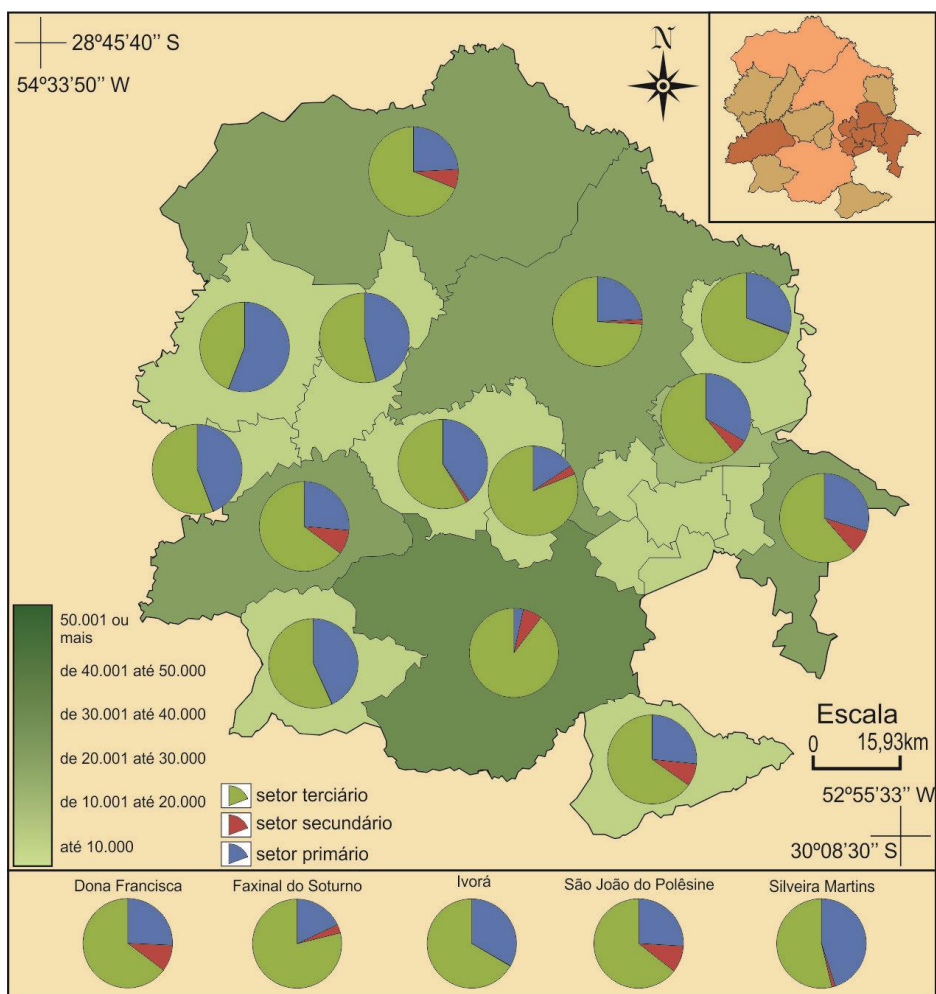


Figura 14: Valor adicionado bruto - agropecuária, por município da região do COREDE Central do RS e participação setorial na economia, 1997.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Adaptado pelo autor.

De modo geral, a variação do valor adicionado bruto - agropecuário, entre os anos de 1997 e 2003, não se alterou profundamente (figura 15). Entretanto, algumas variações ocorreram de forma profunda, como no caso de Júlio de Castilhos e Tupanciretã. Nestes dois municípios que têm o predomínio do agronegócio, o aumento do VAB agropecuário foi considerável. Entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica houve um leve aumento da variável, especialmente nos municípios limítrofes com Tupanciretã e Júlio de Castilhos. A estabilidade ficou entre os municípios da agricultura familiar que mantiveram o indicador próximo do detectado em 1997.

Considerando o VAB total estratificado, percebe-se uma dinâmica mais acentuada, em que a participação do setor agropecuário nas economias municipais cresce e se torna principal em cinco municípios, todos estes do grupo da agricultura familiar menos dinâmica. Percebe-se também um leve crescimento do setor industrial em toda a região. Contudo, este não acompanha o crescimento do setor agropecuário, especialmente no grupo anteriormente

citado, podendo-se afirmar que a produção primária não está sendo transformada na própria região. O aumento do setor industrial ocorre especialmente nos municípios do grupo agricultura familiar, em que possivelmente está havendo um beneficiamento e um aumento da população ocupada no setor<sup>70</sup>.

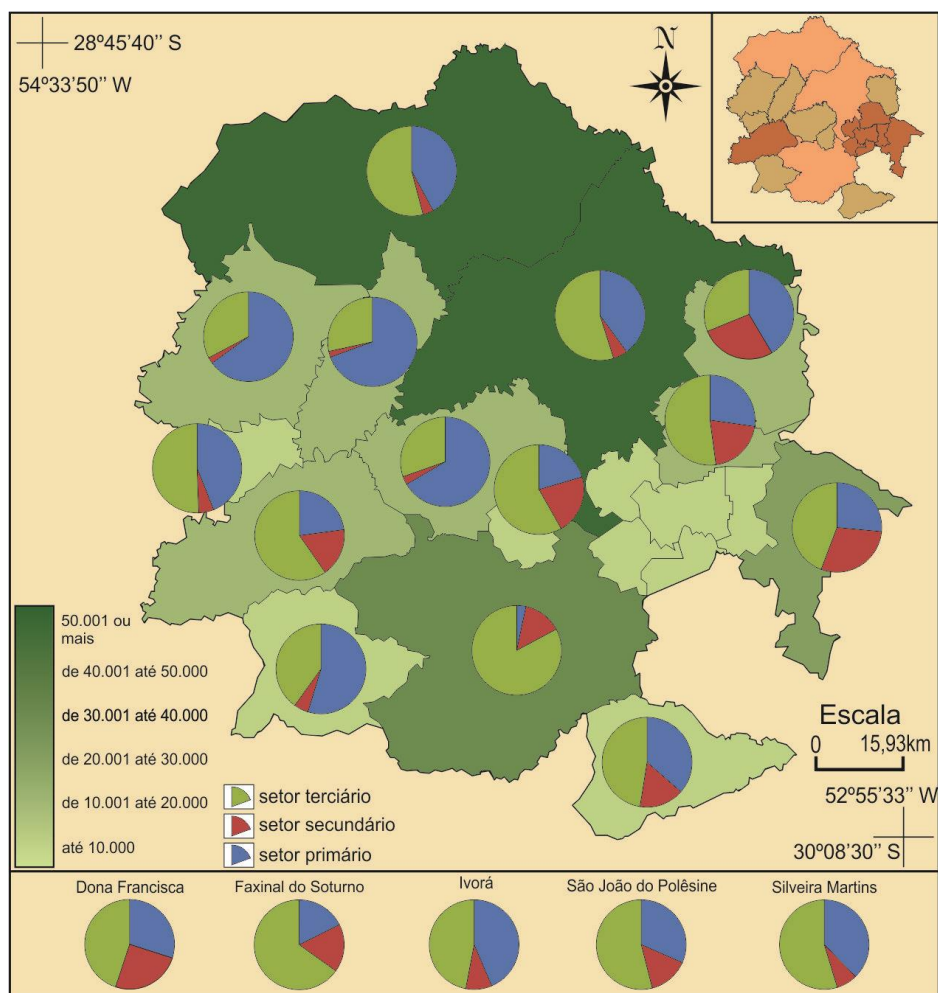


Figura 15: Valor adicionado bruto real - agropecuária (ano base 1997, deflator FEE), por município da região do COREDE Central do RS, 2003.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Em comparação com os anos de 1997 e 2003, em 2008 (ilustração 16) há um incremento do VAB agropecuária em vários municípios da região, permanecendo com valor muito próximo ao de 1997 apenas alguns municípios do grupo agricultura familiar. Entre os municípios com predomínio do agronegócio, apenas Santa Maria teve elevação entre 2003 e 2008. No mesmo período, houve um leve aumento do indicador dos municípios da agricultura familiar menos dinâmica, porém, não foi tão elevado quanto entre 1997 e 2003.

O indicador estratificado por setor apresenta o aumento da participação da agropecuária nos municípios da agricultura familiar menos dinâmica, em que seis dos oito

<sup>70</sup> O dado 'população ocupada' será analisado no decorrer deste capítulo.

municípios possuem este como setor que mais contribui para o VAB total. Contudo, percebe-se que o crescimento do setor não é acompanhado pelo secundário, havendo aumento apenas do terciário, que se beneficia da maior produção primária. Entretanto, o setor industrial continua não se desenvolvendo nos referidos municípios. No grupo da agricultura familiar, percebe-se que a indústria teve leve queda nos índices entre os anos de 2003-2008.

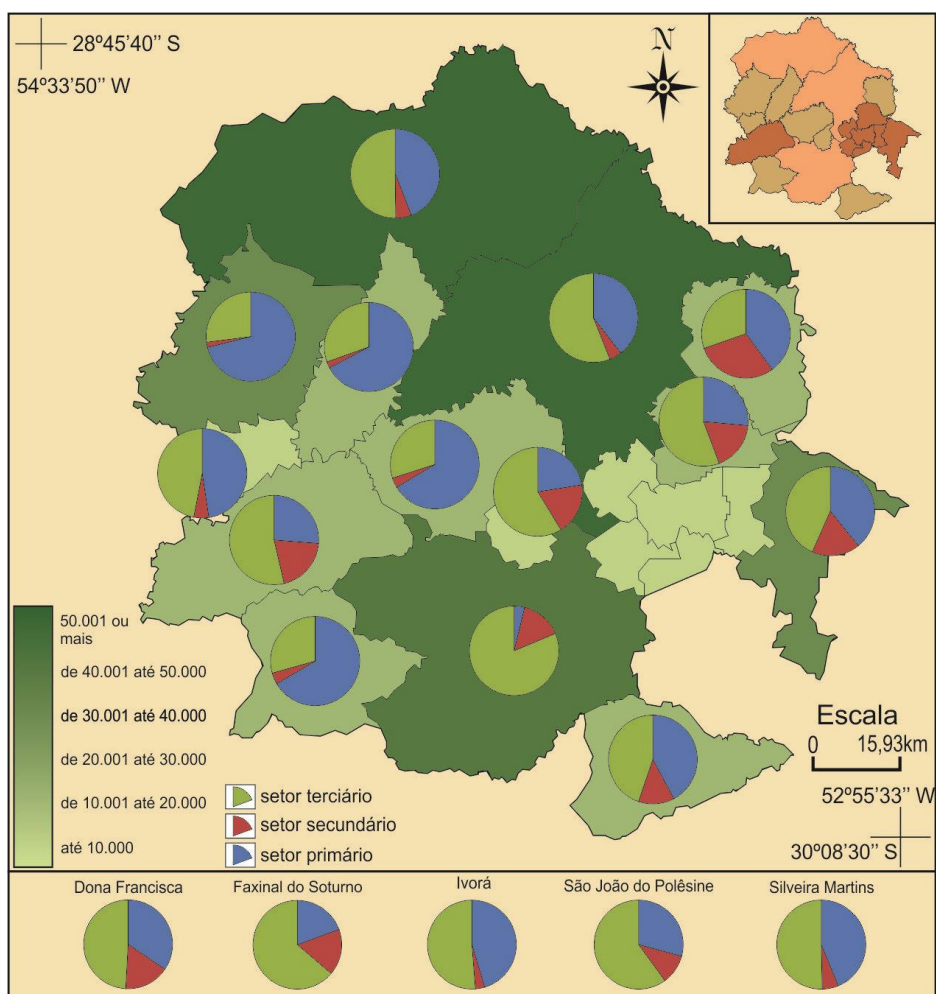


Figura 16: Valor adicionado bruto real - agropecuária (ano base 1997, deflator FEE), por município da região do COREDE Central do RS, 2008.

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. Adaptado pelo autor.

O VAB dos municípios do COREDE Central contribui para a compreensão de como é praticada a atividade agropecuária na região. O incremento do setor, percebido especialmente nos municípios de agricultura familiar menos dinâmica, não reflete necessariamente em um aumento de renda para a população destes municípios, especialmente pela natureza da atividade praticada – cultivo de *commodities* -, uma vez que a produção não é beneficiada na região.

O grupo de municípios que produz predominantemente a partir do agronegócio possui os maiores valores totais adicionados à economia, justamente pela produção em maior escala por essa forma de produção agrícola.

Entre os municípios da agricultura familiar nota-se que, mesmo havendo um leve crescimento da agropecuária, esta move uma dinâmica que atinge o setor secundário e terciário, justamente como a discussão sobre a natureza da agricultura familiar, realizada anteriormente, em que esta, articulada com o modo capitalista de produção, não se restringe a produção para subsistência, mas tem foco no mercado que transcende os limites regionais.<sup>71</sup>

Diferentemente do VAB, o indicador de população ocupada por setor apresenta o quão importante é o setor agropecuário para a região, visto o número de habitantes empregados no setor. Neste dado foram considerados os anos de 2000 e 2010, sendo apresentado nos mapas o total de pessoas empregadas com dez anos ou mais, além do percentual por setor.

A figura 17, a seguir, apresenta nitidamente essa relação, em que, no ano 2000, apenas Santa Maria e Tupanciretã não possuíam a maioria dos empregados alocados no setor primário, ou seja, a geração de renda da população da maioria dos municípios da região está ligada essencialmente à agropecuária. Entre os municípios do agronegócio, inclusive os dois acima mencionados, estão os menores índices de população empregada no setor primário, justamente pelas características expostas anteriormente, em que prevalece a mecanização no setor.

O número de empregados no setor primário entre os municípios da agricultura familiar está em nível intermediário na região, com a maior parte empregada no setor, porém, com um contingente significativo de trabalhadores na indústria e nos serviços. O maior contingente de trabalhadores na agropecuária está na agricultura familiar menos dinâmica, em que, como já percebido na análise do VAB, há pouca atividade secundária. Municípios como Toropi, Jari e Pinhal Grande têm mais de 90% da população empregada no setor primário, evidenciando a importância do setor, assim como sua pouca dinâmica que não se articula de forma vertical com os demais setores.

---

<sup>71</sup> Como será visto no decorrer deste capítulo, os municípios da agricultura familiar menos dinâmica também se articulam com o mercado. Entretanto, possuem um escopo de produtos e nichos de mercado diferentes do grupo agricultura familiar.



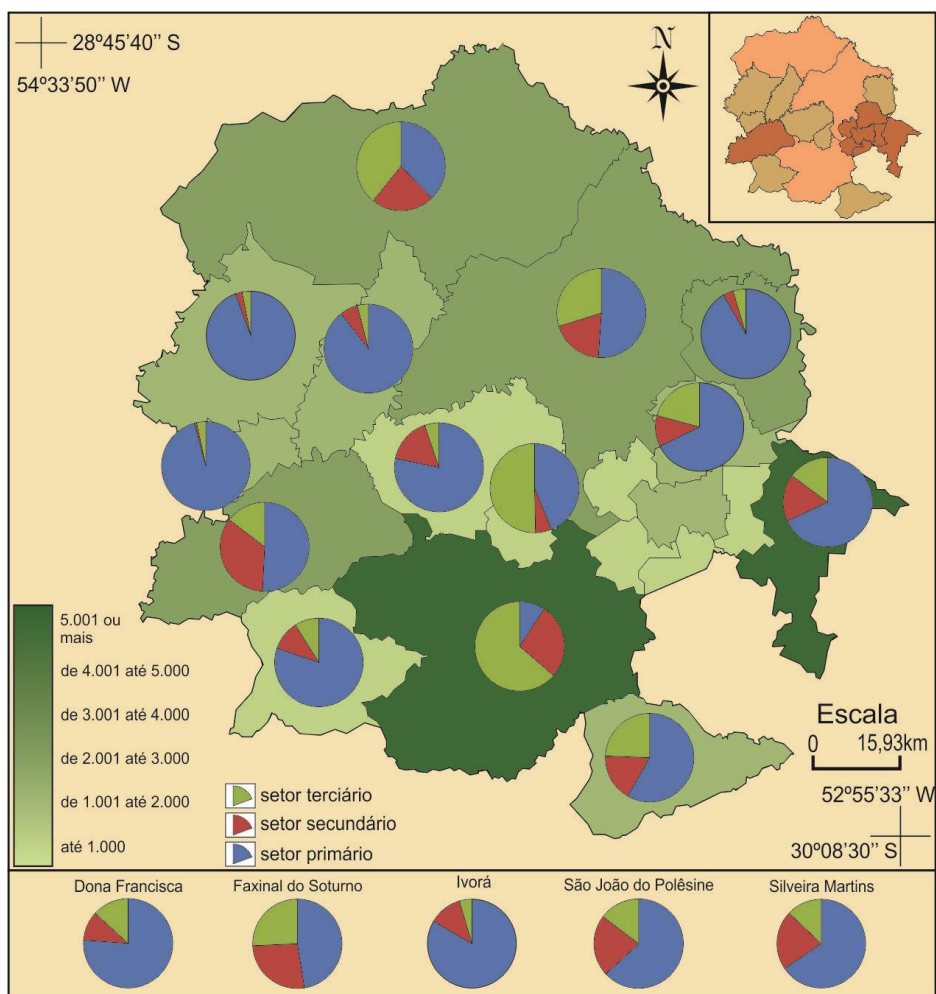


Figura 17: Total de pessoas com dez anos ou mais empregadas e estratificada por setor, 2000.  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Os dados de 2010 (figura 18) apresentam uma dinâmica distinta do emprego na região. Percebe-se uma transferência de mão de obra do setor primário para o terciário. Mesmo com o acréscimo do VAB agropecuário, houve na região uma perda de população empregada no setor. Como discutido no capítulo anterior, a facilidade de acesso a crédito para a mecanização da atividade agropecuária na última década certamente possui relação com este resultado, apesar do setor primário ainda apresentar o maior número de municípios com esta atividade sendo a principal.

Os três municípios do agronegócio possuem maior parte dos empregados no setor terciário, aumentando em média 15% dos empregados no setor entre 2000 e 2010. Considerando os valores do VAB, percebe-se que mesmo perdendo número de empregados na agropecuária, há um incremento do valor da produção. Este resultado é nitidamente perceptível nas considerações realizadas do agronegócio, em que com o incremento de produtividade através do uso intensivo de novas técnicas agrícolas, desprende-se da

necessidade de mão de obra abundante e incrementa-se a renda<sup>72</sup>, porém de uma forma concentrada, limitada a poucos estabelecimentos que possuem condições de realizar grandes investimentos, causando consequências, como por exemplo, a expansão do tecido urbano que muitas vezes não possui condições de infraestrutura e de absorver a força de trabalho advinda do meio rural.

Os municípios da agricultura familiar persistem em nível intermediário, com alguns registrando uma superioridade no número de empregados no setor terciário frente aos demais setores, como são os casos de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine. Porém, de forma geral, persiste o setor como principal empregador, apresentando uma relação próxima entre população empregada e VAB. Entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica, percebe-se que a maior parte da população ainda se encontra no setor primário, responsável pelo VAB dos municípios ter sua maior parte composta pelo setor.

---

<sup>72</sup> Entretanto esta relação é limitada. Segundo David Ricardo (1978) há queda da taxa de lucro ao produtor a medida que, em resposta ao aumento da demanda, este tenha que recorrer a terras menos férteis, diminuindo assim os índices de lucro. Na perspectiva marxista, a tendência para queda no lucro está relacionado a crescente mecanização – como ocorre de forma acentuada nos estabelecimentos que produzem a partir do agronegócio – em busca de redução de custos – diminuindo o número de empregados, substituídos pelas máquinas. Havendo uma mesma taxa de lucro, porém com menor capital variável, a mecanização tem efeito contrário, diminuindo o lucro do produtor.

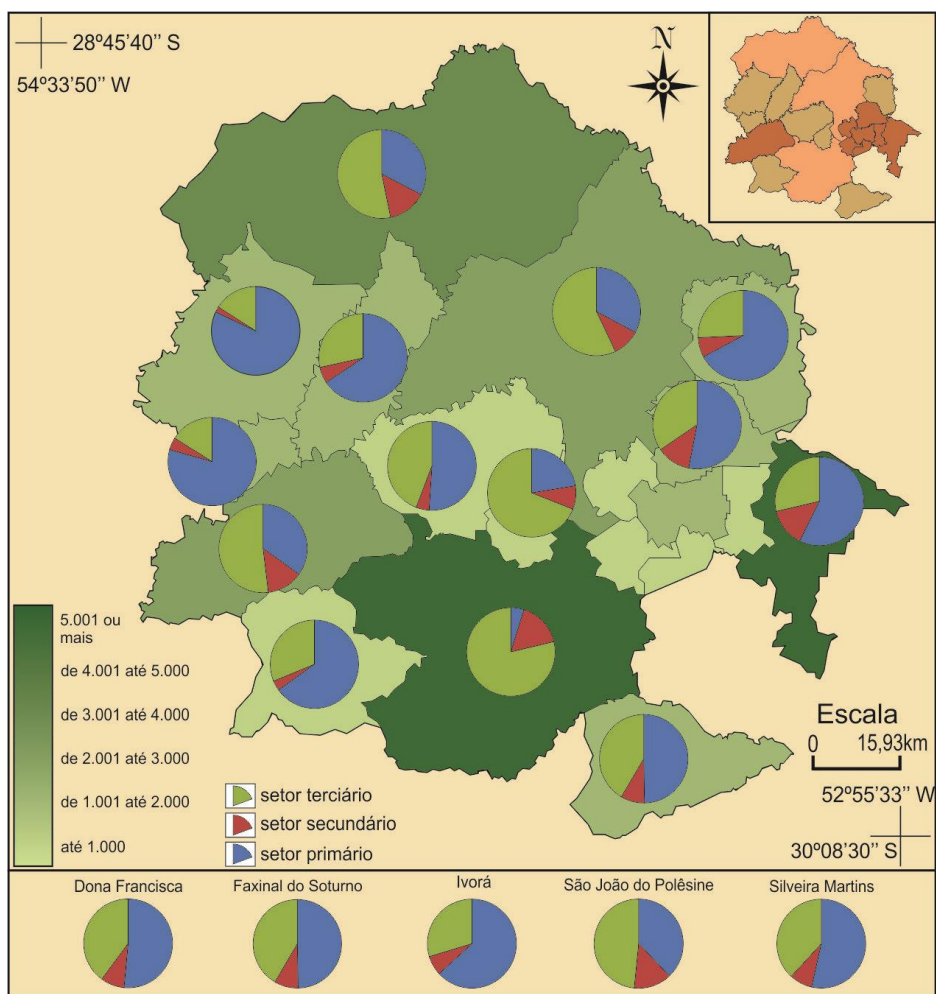


Figura 18: Total de pessoas com dez anos ou mais empregadas e estratificada por setor, 2010.  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Os dados de população ocupada apresentam íntima relação que a região historicamente mantém com o setor agropastoril. Mesmo com a tendência de perda de população empregada para o setor terciário, o setor primário permanece sendo de grande relevância para os municípios da região, uma vez que as pequenas cidades mantêm-se como fonte de produtos e serviços básicos para as atividades rurais, as quais permanecem importantes para a economia regional.

Considerando a natureza da produção agropecuária, percebe-se que o agronegócio não possui a mesma potencialidade de geração emprego que a agricultura familiar. Entretanto, possibilita o emprego nos setores secundário e terciário, desde que estes estejam estruturados para atender e transformar as demandas do setor primário. Os municípios em que predomina a agricultura familiar da região tem um nível de empregabilidade considerável no setor primário, maior que do agronegócio, assim como possui um bom contingente de população empregada nos setores secundário e terciário, evidenciando as percepções de agricultura familiar discutida, em que se extrapola a produção de subsistência e se articula com a

indústria e os serviços, transformando a produção e ingressando no mercado. Diferentemente, o emprego no setor agropecuário nos municípios da agricultura familiar menos dinâmica decaiu, acompanhado de um pequeno crescimento da economia agrícola da região.

Os próximos dados pesquisados auxiliam na percepção dos principais cultivos e criações existentes na região do COREDE Central. Primeiramente, será exposta a especialização produtiva da região frente ao Estado, a partir dos quocientes locais. Posteriormente será analisado o nível de produtividade destes principais cultivos nos municípios da região.

O quociente locacional, de acordo com Lima e Piacenti (2012, p. 40), “[...] mostra o comportamento locacional dos ramos de atividades, assim como aponta os setores mais especializados nas diferentes regiões, comparando-as a uma macrorregião de referência”. Em outras palavras, o quociente locacional apresenta a representatividade relativa de uma determinada região frente a uma macrorregião, no caso em questão, a do COREDE Central em comparação com o Estado do Rio Grande do Sul.

O indicador foi utilizado para evidenciar a produção regional que se destaca frente ao Estado na agricultura - culturas temporárias e permanentes - na criação de animais e na produção animal. O cálculo utilizado para obter o indicador foi o seguinte:

Agricultura

$$QI = \frac{X/X_i}{Y/Y_i}$$

Em que:

X = Valor da produção do bem X no município Y  
 Xi = Valor da produção agrícola total do município Y  
 Y = Valor da produção do bem X no RS  
 Yi = Valor da produção agrícola total do RS

Diferentemente da agricultura, para a pecuária e produção animal não há dados sobre o valor da produção. Dessa forma, seguindo o proposto pelo Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central (2010), utilizaram-se as seguintes variáveis:

Pecuária

$$QI = \frac{X/X_i}{Y/Y_i}$$

Em que:

X = Número de cabeças no município X  
 Xi = Número de cabeças no RS  
 Y = VAB agropecuária do município X  
 Yi = VAB agropecuária RS

Produção animal

$$QI = \frac{X/X_i}{Y/Y_i}$$

Em que:

X = Valor produção animal X no município Y

X<sub>i</sub> = Valor produção animal X no RS

Y = VAB agropecuária do município X

Y<sub>i</sub> = VAB agropecuária RS

Todo resultado que for superior a um (1), apresenta que determinado cultivo, por exemplo, demonstra proporcionalmente uma produção superior no município Y em relação ao Estado. Entretanto, alguns cuidados são necessários para a análise do quociente locacional. Como está se comparando a produção do Estado com um município, a produção total do Rio Grande do Sul pode estar alocada quase que em sua totalidade em apenas um município, sendo que esta não tem expressividade em nível estadual, ou seja, o resultado será muito superior a um (1). Entretanto, não há uma expressiva representatividade de tal cultivo para a economia como um todo. Por conta desta questão, é importante sempre considerar os dados absolutos quando um resultado está destoando dos municípios da região.

Outra questão a ser considerada é a possibilidade de uma supersafra ou uma quebra de safra em um ano analisado, falseando, dessa forma, os dados. Para não haver este equívoco, considerou-se a média de triênios, 1997/1998/1999 e 2007/2008/2009.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta o valor da produção entre diversos cultivos da agricultura permanente e temporária. Contudo, alguns destes não são produzidos no Estado, assim como outros possuem uma participação muito pequena. Dessa forma, consideraram-se para análise apenas as produções que possuem uma representatividade nos municípios da região (tabela 14).

Entre os municípios que compõem o grupo do agronegócio há algumas diferenças entre a especialização produtiva, especialmente em Santa Maria. No grupo, apenas o município se destaca em nível estadual na produção de arroz, batata doce (esta em queda), cana-de-açúcar, mandioca e tomate. Entretanto, os cultivos que mais se salientam nos municípios são a soja e o trigo. A soja, em especial, teve um largo crescimento entre os triênios considerados em nível estadual, com um valor de produção que subiu de R\$ 1.295.931.000 para R\$ 5.304.590.000, em média trienal, tendo um acompanhamento dos municípios em análise, como mostra a tabela 14, abaixo. É o principal produto da região em termos de valor da produção, sendo que os municípios que produzem a partir do agronegócio

possuem uma especialização que se destaca em nível estadual. Contudo, percebe-se que há pouca variação de especialização produtiva, havendo uma destinação de área e desprendimento técnico e financeiro para a produção da soja. Isso evidencia os resultados analisados do VAB que cresceu nos municípios entre os anos analisados, juntamente com a produção de soja, a população ocupada no setor, em que há uma transferência do setor primário para o terciário, visto a forma de produção, a qual emprega uma maciça mecanização, como foi discutido no capítulo anterior.

Diferentemente dos municípios do agronegócio, entre o grupo da agricultura familiar há uma diversificação maior na sua produção. Batata inglesa, batata doce, feijão e mandioca, apresentam-se como cultivos que possuem alguma especialização, mesmo que não na maioria dos municípios e sem uma grande proporcionalidade em relação ao Estado. Entretanto, dois outros cultivos agregam o maior valor de produção, o arroz e o fumo. O arroz possui especialidade em cinco municípios do grupo da agricultura familiar nos dois triênios analisados, sendo que no último gerou um valor de R\$ 145.303.000 na região. Enquanto o fumo, que possui especialização em seis municípios no último triênio analisado, gerou um valor de R\$ 115.947.000 na região. O fato de haver uma diversificação produtiva e determinado produto ser destinado ao mercado, cumprindo o papel de principal produção, alinha-se com as discussões sobre agricultura familiar abordadas no capítulo anterior, em que o agricultor familiar se insere no mercado e produz para o seu próprio consumo.

Nos municípios da agricultura familiar menos dinâmica nota-se que há uma diversificação menor que no grupo anteriormente analisado, sendo que em cada cultivo poucos municípios se destacam. A soja se apresenta outra vez como principal produto, havendo especialização em cinco municípios. Contudo, diferentemente do agronegócio, os municípios do grupo em análise não possuem o mesmo nível de investimento, financiamento e condições técnicas e mecânicas para a produção do grão, de forma que gere renda e garanta a sustentabilidade financeira do estabelecimento agropecuário. Uma das razões para a dinâmica destes municípios ser menor é justamente pela especialização produtiva em um cultivo que exige uma condição fundiária distinta da existente, havendo algumas consequências já expostas, como o VAB extremamente vinculado ao setor primário sem apresentar um crescimento. Paralelamente, a população ocupada se transfere do setor primário para o terciário, sem este possuir condições de empregar o contingente populacional. Na tabela 14, abaixo, estão em destaque os resultados superiores a um (1).

Município / Variável	Arroz (em casca)	Batata doce	Batata inglesa	Cana de açúcar
----------------------	------------------	-------------	----------------	----------------

	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09
Agudo	1,39	1,33	2,91	1,27	0,68	1,26	1,61	0,67
Dilermundo de Aguiar	2,73	1,69	1,86	2,41	0,00	0,00	1,19	0,40
Dona Francisca	2,40	2,60	0,38	1,31	0,00	0,00	5,66	3,79
Faxinal do Soturno	1,68	1,82	0,46	1,15	0,44	0,83	6,71	7,64
Formigueiro	3,05	3,51	0,99	0,36	0,00	0,00	0,71	0,43
Itaara	0,00	0,00	0,25	0,32	6,23	3,04	3,06	0,98
Ivorá	0,07	0,04	1,73	1,11	7,29	1,14	2,64	1,94
Jari	0,02	0,00	0,59	0,65	0,17	0,08	1,15	0,31
Júlio de Castilhos	0,03	0,00	0,17	0,13	3,05	1,56	0,26	0,07
Nova Palma	0,07	0,08	1,12	0,62	0,19	0,29	6,23	3,52
Pinhal Grande	0,01	0,04	0,52	0,51	0,19	0,26	1,00	0,40
Quevedos	0,01	0,00	0,28	0,09	0,42	0,03	0,11	0,02
Santa Maria	1,36	1,49	5,30	1,28	2,03	0,54	0,98	0,44
São João do Polêsine	2,66	3,42	0,69	1,13	0,63	0,42	7,03	3,59
São Martinho da Serra	0,18	0,05	0,67	0,61	9,81	0,93	1,55	0,34
São Pedro do Sul	1,04	1,62	0,74	1,18	0,28	0,59	5,81	3,81
Silveira Martins	0,00	0,00	0,27	0,44	29,47	22,96	2,61	1,12
Toropi	0,27	0,29	1,01	0,53	0,10	0,15	2,34	1,34
Tupanciretã	0,01	0,01	0,08	0,05	0,02	0,00	0,04	0,02
<b>Região</b>	<b>0,77</b>	<b>0,63</b>	<b>1,30</b>	<b>0,59</b>	<b>2,68</b>	<b>0,81</b>	<b>1,93</b>	<b>0,72</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>

Município / Variável	Feijão (em grão)		Fumo (em folha)		Mandioca		Milho (em grão)		Soja (em grão)	
	média	média	média	média	média	média	média	média	média	média
	97-99	07-09	97-99	07-09	97-99	07-09	97-99	07-09	97-99	07-09
Agudo	0,55	0,25	3,84	4,16	0,99	1,03	0,44	0,33	0,00	0,00
Dilermundo de Aguiar	0,05	0,15	0,13	0,49	0,66	0,80	0,33	0,38	0,35	1,19
Dona Francisca	1,29	1,42	1,14	1,67	1,12	0,91	0,37	0,47	0,01	0,03
Faxinal do Soturno	1,74	4,52	2,06	1,90	0,85	0,94	0,69	0,64	0,13	0,19
Formigueiro	0,12	0,07	0,14	0,39	0,92	0,65	0,32	0,13	0,05	0,18
Itaara	2,91	5,04	0,08	0,04	1,75	0,22	1,72	1,38	1,25	1,66
Ivorá	4,93	12,57	1,93	2,59	1,06	1,08	1,38	1,79	0,29	0,54
Jari	3,93	1,45	0,75	0,44	0,72	0,59	1,23	0,67	1,95	2,24
Júlio de Castilhos	0,35	0,70	0,07	0,04	0,92	0,55	0,34	0,45	2,55	2,24
Nova Palma	9,16	16,41	2,44	2,38	1,49	1,03	1,15	1,46	0,63	0,59
Pinhal Grande	7,19	5,60	2,35	1,87	1,11	0,29	1,10	0,66	1,17	1,52
Quevedos	1,50	1,25	0,33	0,31	3,28	1,09	0,48	0,27	2,05	2,40
Santa Maria	0,03	0,54	0,09	0,21	3,23	1,44	0,58	0,28	0,45	1,33
São João do Polêsine	0,51	0,70	0,20	0,11	1,04	0,67	0,20	0,20	0,10	0,17
São Martinho da Serra	0,47	1,11	0,07	0,02	1,25	0,49	1,22	0,98	1,37	2,24

São Pedro do Sul	1,02	0,83	0,60	1,04	5,09	4,12	0,52	0,54	0,12	0,42
Silveira Martins	1,06	7,29	0,10	0,09	0,17	0,07	0,34	0,69	0,12	1,18
Toropi	1,43	1,64	3,65	4,25	3,68	3,64	0,97	0,94	0,18	0,15
Tupanciretã	0,16	0,03	0,00	0,02	0,38	0,11	0,47	0,20	2,87	2,54
<b>Região</b>	<b>1,46</b>	<b>1,54</b>	<b>1,03</b>	<b>0,90</b>	<b>1,51</b>	<b>0,79</b>	<b>0,60</b>	<b>0,45</b>	<b>1,10</b>	<b>1,59</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>

Município / Variável	Tomate		Trigo (em grão)		Laranja		Uva	
	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09
Agudo	0,61	0,19	0,00	0,00	1,81	3,19	0,64	0,93
Dilermando de Aguiar	0,00	0,00	0,00	0,03	3,25	3,78	0,21	1,10
Dona Francisca	0,00	0,00	0,02	0,00	1,08	2,65	1,96	1,23
Faxinal do Soturno	0,11	0,00	0,02	0,10	1,26	4,47	2,56	0,54
Formigueiro	0,00	0,00	0,00	0,00	1,73	2,45	0,48	0,78
Itaara	1,22	6,42	0,55	2,05	3,45	0,76	1,02	2,42
Ivorá	4,64	2,77	0,07	0,22	1,36	6,37	2,18	0,66
Jari	0,06	0,03	2,24	0,80	3,56	3,14	0,24	0,68
Júlio de Castilhos	0,04	0,04	2,13	1,81	3,97	3,82	0,55	1,74
Nova Palma	0,17	1,08	0,17	0,48	1,68	3,67	1,64	1,51
Pinhal Grande	0,32	1,47	0,34	0,86	1,29	1,90	2,42	2,25
Quevedos	0,00	0,00	0,12	0,68	2,38	4,54	0,33	0,52
Santa Maria	1,22	1,67	0,04	0,19	1,47	5,01	0,29	0,60
São João do Polêsine	0,50	0,52	0,00	0,00	2,33	3,01	1,28	0,71
São Martinho da Serra	0,25	0,30	0,00	0,95	3,53	3,80	0,28	0,97
São Pedro do Sul	0,17	0,33	0,00	0,01	4,97	6,01	0,21	0,56
Silveira Martins	0,87	2,07	0,04	0,17	2,04	3,52	2,08	1,77
Toropi	0,25	0,18	0,00	0,00	1,86	4,58	0,94	0,60
Tupanciretã	0,04	0,02	3,51	1,61	3,38	3,74	0,12	0,08
<b>Região</b>	<b>0,41</b>	<b>0,42</b>	<b>0,91</b>	<b>0,87</b>	<b>2,49</b>	<b>3,81</b>	<b>1,12</b>	<b>1,21</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>

Tabela 14: Quociente locacional de produtos selecionados da agricultura permanente e temporária, triênios 1997/1998/1999 e 2007/2008/2009.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

A tabela 15, a seguir, apresenta a especialização na criação de animais no COREDE Central. Selecionaram-se apenas os rebanhos em que há uma representatividade entre os municípios da região. Destes, no grupo do agronegócio, o gado bovino se destaca principalmente em Santa Maria, onde houve pequena variação negativa entre os triênios considerados. Os municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã, historicamente vinculados à criação bovina e com seus territórios contidos no circuito do charque, como foi discutido no capítulo terceiro desta pesquisa, vêm perdendo sua representatividade em nível estadual, sendo que possuíam especialização no primeiro triênio, e perderam no segundo. Acompanhando o indicador dos bovinos, entre os equinos também se perde a especialização,



uma vez que estes são usados principalmente no manejo do gado bovino. Entre os ovinos também há uma queda na especialização, em que Júlio de Castilhos e Tupanciretã perdem sua participação relativa superior ao Estado.

No grupo da agricultura familiar, há especialização nos rebanhos de bovinos e equinos apenas em São Pedro do Sul, município que guarda relações históricas com as tradições luso-espanholas e possui um povoamento diferenciado dos demais municípios do grupo. Outro destaque é a criação de suínos, porém, esta decaiu fortemente entre os triênios analisados.

Na agricultura familiar menos dinâmica, a maioria dos municípios apresenta especialização na criação de bovinos e equinos. Como já discutido, estes municípios de colonização portuguesa e espanhola tiveram na sua história períodos em que a criação de gado foi a principal atividade econômica, diferentemente da maioria dos municípios do grupo da agricultura familiar, em que a colonização de alemães e italianos não desprende esforços nesta atividade. Esta relação persiste até os dias atuais, em que não se apresenta especialização entre os municípios da agricultura familiar, mas, sim, entre os da agricultura familiar menos dinâmica, persistindo a condição material histórica herdada e transformada ao longo dos anos. Há especialização na criação de ovinos em dois municípios, Dilermando de Aguiar e Quevedos, entretanto, vem decaindo, assim como em outros municípios. A criação de suínos apresenta indicadores de especialização apenas em Toropi. Na tabela 15, abaixo, aparecem em destaque os resultados superiores a um (1).

Município / Variável	Bovinos		Equinos		Ovinos		Suínos	
	Média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09	média 97-99	média 07-09
Agudo	0,28	0,28	0,36	0,25	0,05	0,06	1,18	0,46
Dilermando de Aguiar	2,92	2,63	1,38	2,07	2,53	1,57	0,23	0,12
Dona Francisca	0,33	0,49	0,19	0,54	0,03	0,04	0,93	0,83
Faxinal do Soturno	0,49	0,67	0,34	0,47	0,15	0,27	1,21	0,72
Formigueiro	1,65	1,90	1,65	0,99	0,88	0,50	0,47	0,20
Itaara	0,77	0,76	0,74	1,40	0,44	0,80	0,57	0,41
Ivorá	0,40	0,64	0,46	0,29	0,05	0,08	1,43	0,51
Jari	2,37	1,29	2,79	1,37	1,38	0,96	0,46	0,22
Júlio de Castilhos	1,80	0,79	2,47	0,64	1,28	0,53	0,33	0,17
Nova Palma	0,65	0,86	0,47	0,76	0,39	0,44	1,07	0,73
Pinhal Grande	0,99	0,59	1,14	0,74	0,73	0,57	0,59	0,37
Quevedos	1,58	1,15	1,35	1,17	2,14	1,25	0,43	0,19
Santa Maria	1,75	1,67	1,75	1,44	0,81	0,81	0,62	0,30
São João do Polêsine	0,50	0,80	0,26	0,41	0,07	0,09	0,72	0,61
São Martinho da Serra	2,08	1,09	2,66	1,19	1,40	0,80	0,63	0,20
São Pedro do Sul	1,26	2,15	1,44	1,20	0,88	0,87	0,81	0,59

Silveira Martins	0,23	0,49	0,29	0,62	0,04	0,15	0,55	0,56
Toropi	0,79	1,34	0,88	0,75	0,33	0,25	1,20	1,25
Tupanciretã	1,24	0,46	0,97	0,41	1,67	0,44	0,38	0,12
<b>Região</b>	1,28	3,30	1,31	2,77	0,93	1,98	0,66	1,00
<b>Rio Grande do Sul</b>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Tabela 15: Quociente locacional de rebanhos selecionados, triênios 1997/1998/1999 e 2007/2008/2009. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Assim como ilustrado nas duas tabelas anteriores, na consideração da produção animal foram selecionados apenas produtos que possuem algum nível de especialização, no caso a lã, o leite bovino e o mel de abelha.

A produção de lã nos três grupos de municípios analisados está decaindo quanto à especialização. Esse fato acompanha a perda de participação na produção estadual de ovinos. Seis municípios da região, dois do agronegócio e quatro da agricultura familiar menos dinâmica, possuíam especialização em 1997, e perderam no triênio considerado.

A produção de leite bovino também é pouco expressiva na região em comparação ao Estado. Apenas três municípios possuíam especialização, sendo que esta se perdeu no segundo período analisado. Esse dado evidencia que a especialização na criação de gado, percebida na tabela anterior, não se destina para a produção de leite, mas consiste em gado de corte. Esse fato se percebe especialmente entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica, em que há uma criação de gado bovino considerável e uma parca produção de leite.

A produção de mel, apesar de possuir uma especialização que vem crescendo em alguns municípios e decaindo em outros, possui um valor baixo gerado pela atividade, em comparação com os demais produtos e cultivos analisados. Entretanto, deve-se considerar que há uma especialização em municípios dos três grupos, mesmo que de forma não uniforme. Na tabela 16, abaixo, aparecem em destaque os resultados superiores a um (1).

Município / Variável	Lã		Leite bovino		Mel	
	1997	média 07-09	1997	média 07-09	1997	média 07-09
Agudo	0,04	0,02	0,57	0,13	0,39	0,50
Dilermando de Aguiar	2,42	0,79	0,80	0,21	1,70	1,16
Dona Francisca	0,04	0,03	0,53	0,24	0,37	0,82
Faxinal do Soturno	0,12	0,12	0,66	0,30	1,39	1,18
Formigueiro	0,86	0,24	0,32	0,10	0,56	0,58
Itaara	0,37	0,36	1,16	0,31	3,06	3,82
Ivorá	0,05	0,04	0,98	0,33	1,95	2,26
Jari	1,21	0,84	0,77	0,06	1,89	0,89
Júlio de Castilhos	1,12	0,26	0,41	0,10	0,42	0,49
Nova Palma	0,30	0,21	0,80	0,31	1,32	1,73

Pinhal Grande	0,92	0,36	0,63	0,89	0,72	0,52
Quevedos	1,94	0,68	0,87	0,19	0,52	0,95
Santa Maria	0,73	0,37	1,28	0,34	1,90	1,65
São João do Polêsine	0,06	0,06	1,15	0,58	1,45	2,54
São Martinho da Serra	1,39	0,33	0,39	0,14	0,83	1,16
São Pedro do Sul	0,77	0,55	0,42	0,25	0,25	0,72
Silveira Martins	0,02	0,04	0,40	0,34	0,58	1,28
Toropi	0,24	0,10	0,26	0,17	0,68	1,83
Tupanciretã	1,55	0,49	0,28	0,37	0,95	0,22
<b>Região</b>	0,82	0,38	0,64	0,27	0,96	0,83
<b>Rio Grande do Sul</b>	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00

Tabela 16: Quociente locacional de produções animais selecionadas, ano de 1997<sup>73</sup> e triênio 2007/2008/2009. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

A análise da especialização produtiva, a partir dos quocientes locacionais, permite a percepção sobre quais os produtos que são essencialmente produzidos na região, destacando-se proporcionalmente perante o Estado. Além disso, possibilita a comparação entre a dinâmica produtiva dos três grupos de municípios considerados. Entre as considerações realizadas acima, algumas devem ser destacadas, como a produção de soja na região em relação aos municípios vinculados predominantemente ao agronegócio e aos da agricultura familiar menos dinâmica. Como discutido no decorrer desta pesquisa, as condições materiais do meio rural dos grupos considerados são distintas, sendo inclusive um dos critérios para a regionalização. Nos municípios do agronegócio percebe-se uma condição de reprodução de uma *commodity*, como o caso da soja, pois há um investimento considerável de capital, condições técnicas e mecânicas para a produção em larga escala, que garante a sua reprodução e geração de lucro. Contudo, nos municípios da agricultura familiar menos dinâmica, em que se percebe a especialização no produto, não existem as mesmas condições estabelecidas, razão pelas quais há uma dificuldade em agregação de renda e intensificação da produção<sup>74</sup>. Não havendo a estruturação de produção e circulação presentes no agronegócio, os municípios da agricultura familiar menos dinâmica, prendendo-se a uma produção sem condições de reprodução exigida pelo mercado, acabam por ter sua dinâmica econômica afetada, pois esta se torna lenta, sem difundir geração de empregos nos demais setores.

Outro aspecto a ser destacado da análise dos quocientes locacionais é a característica produtiva dos municípios da agricultura familiar, em que há especialização em um grupo

<sup>73</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não apresenta os valores dos anos de 1998 e 1999, impossibilitando a obtenção da média como nos outros casos.

<sup>74</sup> Este fato relaciona a produção de soja dos municípios da agricultura familiar menos dinâmica com os do agronegócio, pois o destino da produção do primeiro grupo são os municípios do segundo, que realizam a comercialização, principalmente externa.

maior de cultivos, havendo um produto produzido em maior escala e destinado ao mercado, no caso o arroz e o fumo. Esse fato permite resgatar a discussão sobre agricultura familiar realizada anteriormente e a própria história da colonização alemã e italiana. Uma das premissas propostas pelo governo central, quando fomentou a imigração dos colonos para o sul do Brasil, era que não houvesse uma continuação da experiência dos portugueses e espanhóis, com criação de gado e uso de mão de obra escrava, mas que se estabelecesse uma nova forma de produção, baseada na policultura. Esse fato se percebe claramente nos dias atuais na região, em que os municípios da agricultura familiar menos dinâmica ainda possuem uma vinculação com o gado bovino, enquanto os da agricultura familiar possuem uma diversificação maior de produtos, em que há especialização em relação ao Estado. Pode-se notar a inserção da produção agrícola dos municípios da agricultura familiar na economia capitalista, na medida em que estes, apesar de guardarem uma relação com sua história e produzir diversos produtos, cultivam produtos destinados ao grande mercado, no caso o arroz e o fumo.

O próximo dado considerado para a compreensão da dinâmica econômica dos municípios do COREDE Central é a produtividade dos principais cultivos produzidos. Para este indicador foram considerados os anos de 1997 e 2011, para, assim, ser possível uma avaliação temporal da dinâmica produtiva. Os principais produtos da região que foram considerados são: o arroz, o feijão, o fumo, o milho, a soja e o trigo. As figuras, a seguir, apresentam os mapas que mostram a quantidade colhida em quilograma por hectare. Em alguns casos, a quantidade produzida de determinado cultivo é muito pequena, de modo que desconsiderá-la se faz necessário.

O primeiro produto analisado é o arroz (figura 19). Neste, percebe-se claramente que a especialização produtiva exposta anteriormente dos municípios da agricultura familiar manifesta-se na capacidade produtiva. Os cinco maiores índices de produtividade no ano de 2011 são de municípios da agricultura familiar, índice este que se elevou, em média, dois mil quilogramas por hectare entre os anos analisados. A condição de investimento em técnicas agrícolas e o aumento da área plantada dos produtores familiares, discutidas no capítulo anterior, influenciaram no aumento de produtividade constatada entre os anos considerados.

Entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica e do agronegócio, apenas Dilermando de Aguiar e Santa Maria, respectivamente, possuem uma produção expressiva de arroz. Contudo, a produtividade de ambos os municípios é inferior ao grupo da agricultura familiar.

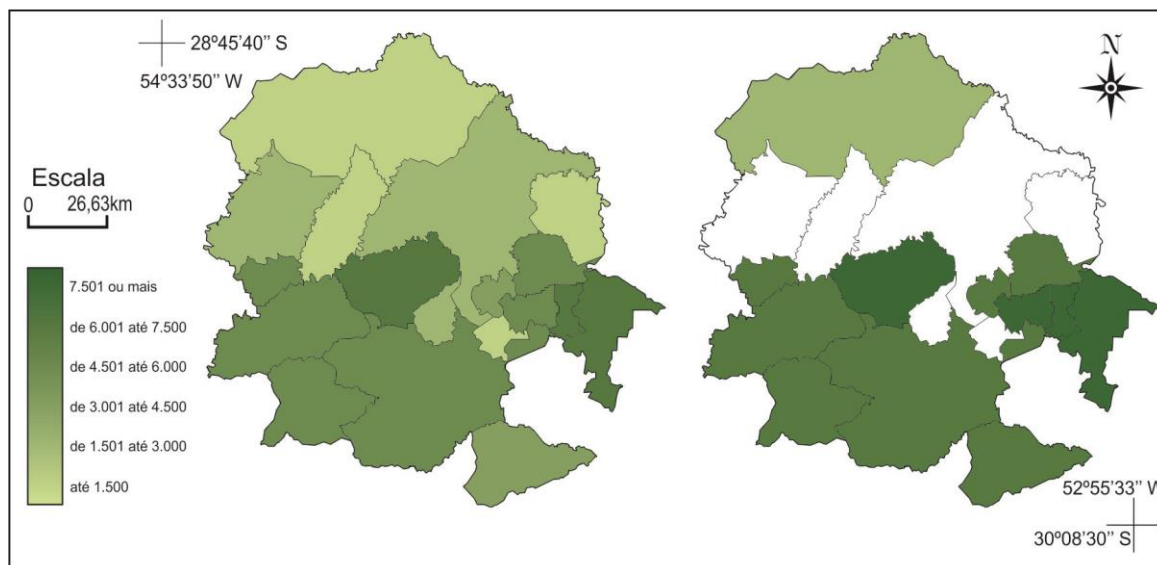


Figura 19: Produtividade da lavoura de arroz (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Assim como a produção de arroz, o cultivo do feijão também está relacionado com a especialização produtiva. Houve na região, de forma geral, um aumento considerável da produtividade. Os municípios da agricultura familiar novamente se destacam no indicador, especialmente Ivorá, Nova Palma e Silveira Martins, responsáveis por 47,24% do produzido na região em 2011, sendo que obtiveram aumento da produtividade em relação a 1997.

Dos municípios da agricultura familiar menos dinâmica e do agronegócio, apenas Pinhal Grande e Júlio de Castilhos possuem uma produção expressiva, confirmando que os gêneros produzidos por estes dois grupos se diferem da agricultura familiar, sendo não apenas um elemento caracterizador dos municípios da região segundo a produção agropecuária, mas também um fator que influencia na dinâmica econômica, pois acaba por delinear uma gama de atividades relacionadas à produção, em especial de mercado, como será analisado neste capítulo.



Figura 20: Produtividade da lavoura de feijão (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

A produção de fumo na região possui uma produtividade considerável em praticamente todos os municípios, especialmente comparando os anos de 1997 e 2011. Contudo, alguns municípios possuem uma área plantada e quantidade produzida muito baixa. Entre os municípios da agricultura familiar, Agudo se destaca com o maior índice de produtividade, 2.600 kg/ha, e por uma quantidade produzida que representa 55,81% do total da região. Realizando uma comparação com 1997, o cultivo de fumo em Agudo aumentou consideravelmente. Em 1997, sua produtividade era de apenas 480 kg/ha, com a produção de apenas 2,88% do total da região, dados muito distintos do ano de 2011. São Pedro do Sul também se salienta em termos de produtividade e quantidade produzida em nível regional.

Entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica, Pinhal Grande e Toropi possuem uma produtividade de 2.300 e 2.100 kg/ha, respectivamente, estando, posteriormente a Agudo, entre os principais produtores na região. Os municípios do agronegócio possuem uma produção muito pequena de fumo.

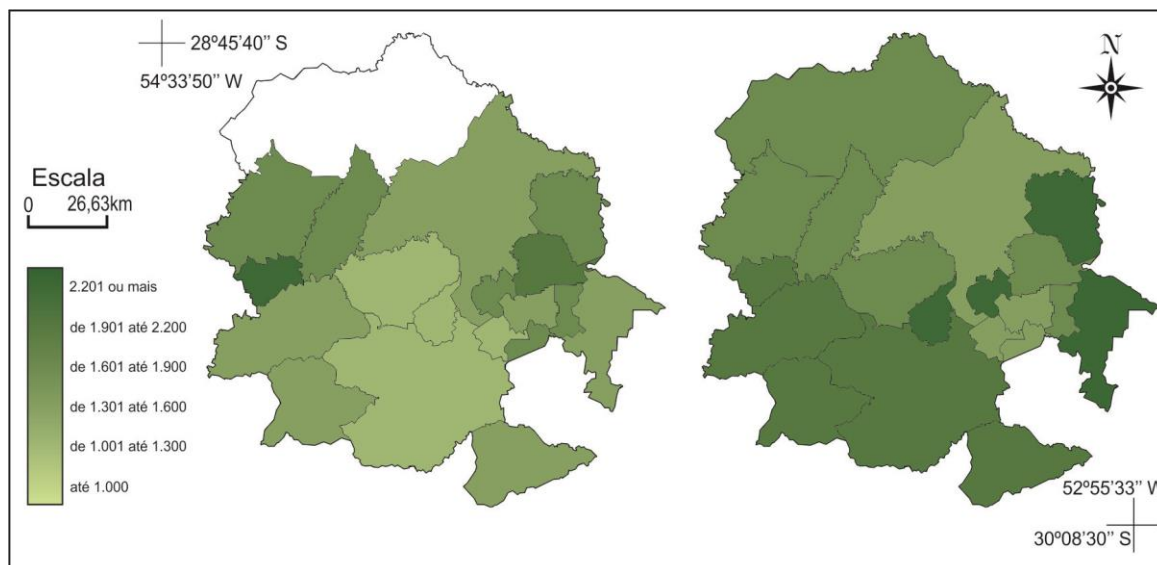


Figura 21: Produtividade da lavoura de fumo (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Apesar de não possuir uma especialização expressiva no milho, entre os maiores produtores e produtividades de grão da região estão os municípios que produzem essencialmente através do agronegócio. Os três municípios são responsáveis por pouco mais de 27% da produção regional, com alto índice de produtividade, especialmente Tupanciretã, com 6.000 kg/ha.

Entretanto, alguns municípios da agricultura familiar também possuem uma produtividade elevada, especialmente comparando com 1997. Assim, percebendo-se os investimentos realizados nos últimos anos no setor que garantem, em parte dos estabelecimentos, a sustentabilidade produtiva e melhorias na produção. Nova Palma e Ivorá possuíam, em 2011, uma produtividade elevada.

Os municípios da agricultura familiar menos dinâmica possuem os menores índices de produtividade do grão, o que reflete as condições produtivas que estes municípios são desprovidos para o cultivo, que necessita um nível de investimento elevado. Apenas Itaara se destaca no grupo, porém, com uma pequena produção.

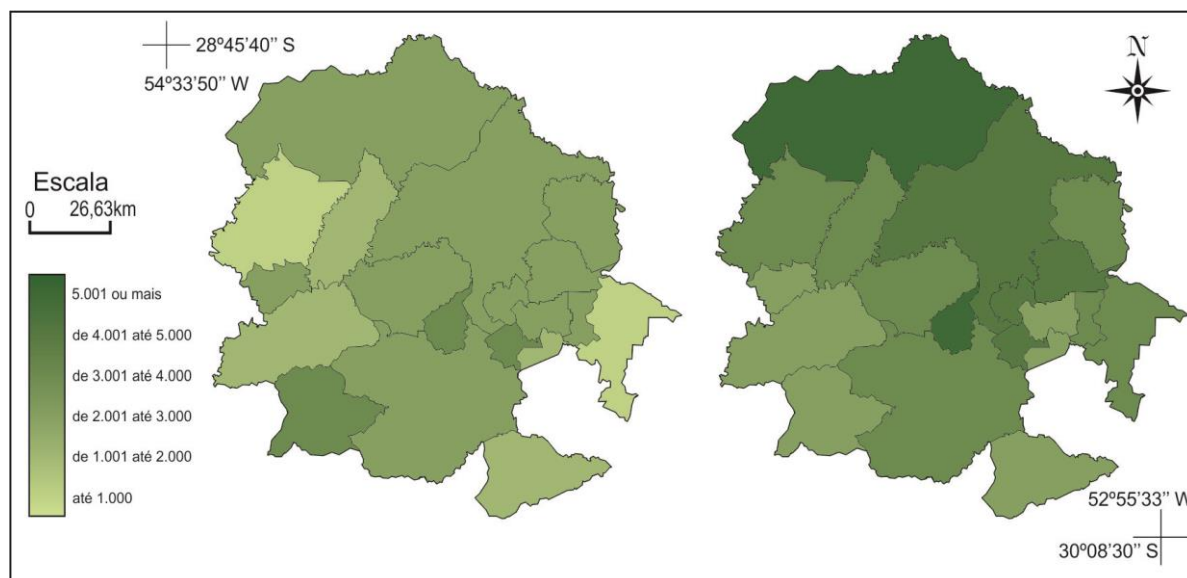


Figura 22: Produtividade da lavoura de milho (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011.  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

A produção da soja vem reforçar o percebido no milho. Os municípios do agronegócio são responsáveis por 67,36% da produção do grão na região, sendo que possuem também os maiores índices de produtividade, vinculando-se a especialização expostas anteriormente. Na relação 1997/2011, a produtividade dos municípios cresceu em aproximadamente 100%, evidenciando o alto nível de investimento realizado nos municípios junto à produção do grão.

Os municípios da agricultura familiar menos dinâmica também possuem uma produção de soja significativa, porém, com um índice de produtividade inferior aos níveis do agronegócio. Este fato explica-se pela concentração de máquinas e implementos agrícolas existente nos municípios e expostas no capítulo anterior. Alguns estabelecimentos conseguem produzir em uma lógica próxima do agronegócio. Entretanto, muitos outros que não têm acesso a técnicas modernas de produção agropecuária padecem tentando produzir o grão sem uma condição viável economicamente, que acaba por refletir em toda a dinâmica econômica dos municípios do grupo.

Entre os municípios da agricultura familiar, a produção de soja apresenta uma produtividade considerável, próxima ao grupo da agricultura familiar menos dinâmica. Entretanto, a área destinada ao produto, como já relatado, é pequena, assim como a quantidade produzida.



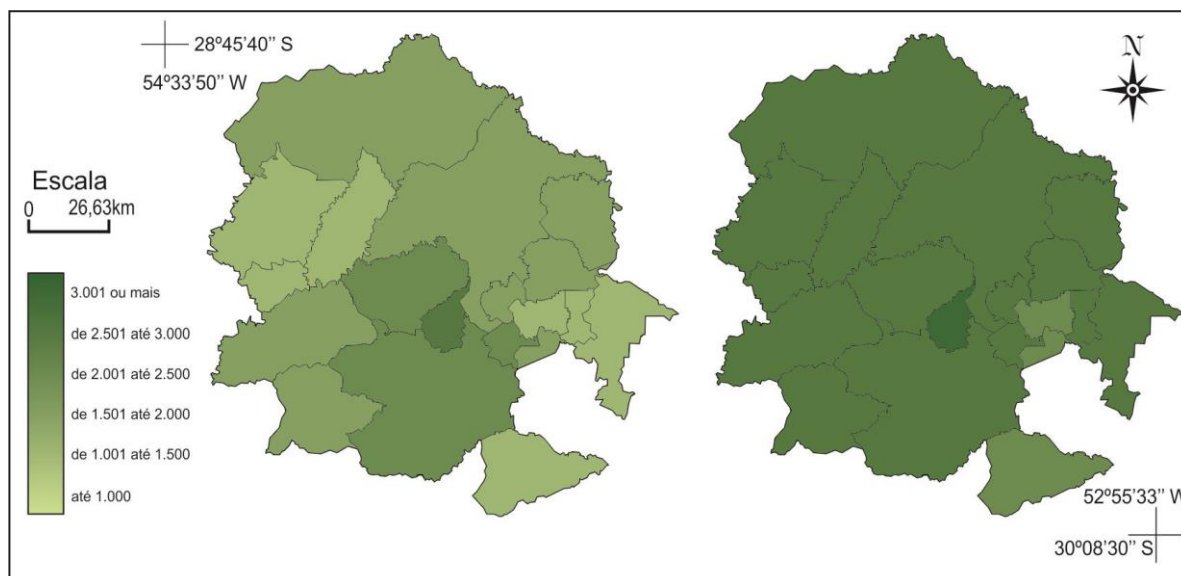


Figura 23: Produtividade da lavoura de soja (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Entre os municípios que cultivam trigo (figura 24) houve um considerável acréscimo de produção e de produtividade entre 1997 e 2011. O grupo do agronegócio novamente salienta-se como principal produtor, com 75% do total da região. Contudo, os maiores índices de produtividade estão entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica, especialmente Pinhal grande, com 3.600 kg/ha. A produção de trigo é muito pequena entre os municípios da agricultura familiar, produzindo pouco mais de 2% do total regional.

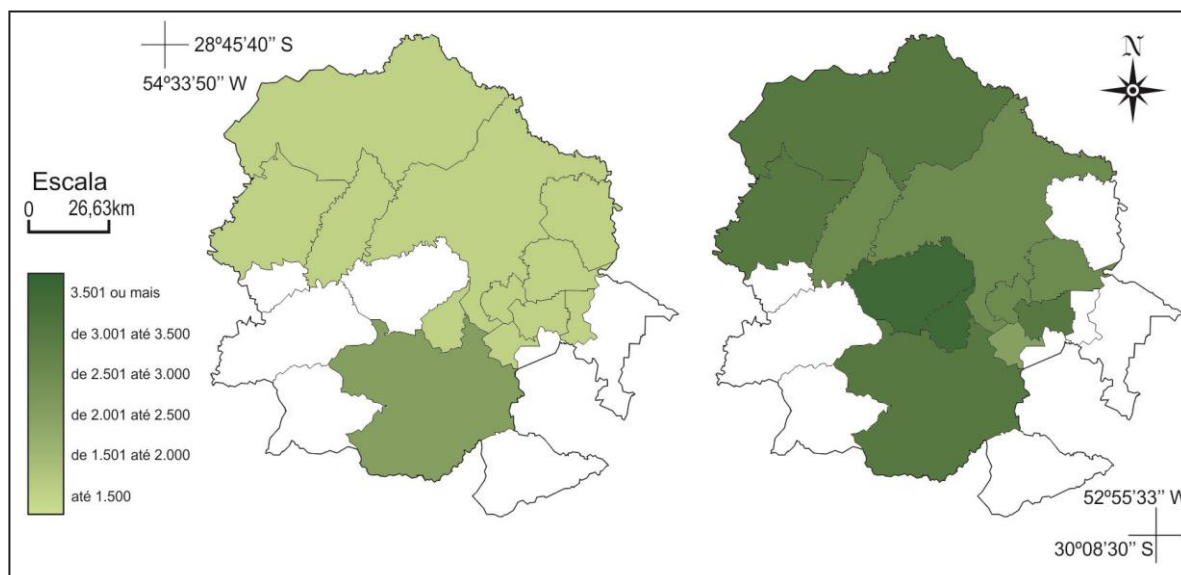


Figura 24: Produtividade da lavoura de trigo (kg/ha) no COREDE Central, 1997 e 2011.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Os indicadores de produtividade entre os principais produtos cultivados na região do COREDE Central representam o caminho produtivo de cada grupo de municípios. Entre os municípios do agronegócio, os destaques da produtividade estão com os grãos que possuem

uma inserção maciça no mercado internacional, como o milho, o trigo e, principalmente, a soja. Apesar de nos dois primeiros cultivos a especialização frente ao Estado não ser tão significativa, a produtividade dos três cultivos entre os municípios evidenciam o grau de investimentos e de técnica aplicadas na lavoura, fato comprovado com a comparação do indicador, entre os anos de 1997 e 2011.

Em contrapartida, os municípios da agricultura familiar que possuem uma especialização produtiva diversa têm os maiores índices de produtividade no feijão, no arroz e no fumo. Estes dois últimos destinados principalmente para o mercado que extrapola o COREDE Central. Assim, como já referido anteriormente, os municípios da agricultura familiar destinam parte de suas propriedades para uma produção de autoconsumo e/ou mercado local regional, enquanto outra parcela é resguardada para cultivos com maior inserção no mercado inter-regional, no caso o arroz e o fumo.

O grupo da agricultura familiar menos dinâmica possui consideráveis índices de produtividade no fumo, em alguns municípios, assim como na soja e no milho. Entretanto, não são índices que atingem nem o do grupo da agricultura familiar, no caso do fumo, nem do agronegócio - soja e milho. Os resultados que apresentam um relativo incremento produtivo, entre 1997 e 2011, mostram uma produção que busca principalmente se vincular ao mercado.

Para finalizar a análise da dinâmica econômica dos municípios do COREDE Central segundo a produção agropecuária, considerou-se a comercialização dos cultivos e criações. Foram compilados dados de comercialização intraregional, inter-regional e comércio exterior, tendo nos dois últimos os municípios da região como origem e destinos de produtos vinculados com a produção agropecuária. Os dados foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A figura 25, a seguir, apresenta o fluxo intrarregional de produtos agropecuários. Algumas percepções, juntamente com a análise até aqui realizada, auxiliam a compreender a dinâmica econômica da região. Primeiramente, pode-se notar que há alguns municípios que são eminentemente destino da produção agropecuária regional, entre estes os três do agronegócio e Nova Palma. Iniciando a análise pelos municípios da agricultura familiar, percebe-se que há um grande fluxo entre os municípios do grupo, especialmente, como referido, em direção a Nova Palma, mas também Faxinal do Soturno. Esse fato decorre da existência de cooperativas em tais municípios, as quais compilam a produção e as comercializam na própria região, para outras regiões do Estado e do País e internacionalmente. Nota-se também que o fluxo dos municípios da agricultura familiar com

outros municípios da região é pequeno, evidenciando que grande parte do produzido por estes é comercializada entre os municípios ou no próprio município produtor.

Os municípios do agronegócio, em especial Santa Maria e Júlio de Castilhos, são amplamente receptores de produção regional. Esse fato decorre da condição de armazenagem e beneficiamento existente em tais municípios que, juntamente com sua produção primária vinculada a cultivos que têm por destino o mercado nacional e internacional, possuem uma gama de serviços especializados para receber, armazenar e redistribuir a produção, gerando uma dinâmica de atração e distribuição primária, ofertando uma crescente demanda de empregos nos setores secundário e terciário, como já analisados.

Com uma especialização e produtividade considerável entre produtos vinculados ao mercado nacional e internacional, os municípios da agricultura familiar menos dinâmica se diferem essencialmente dos municípios do agronegócio, justamente por não possuírem uma condição de armazenagem e de distribuição dos grãos. Como se pode notar na figura 29, abaixo, a produção desses municípios, sobretudo da soja, é destinada aos municípios do agronegócio, fortalecendo o terceiro setor desses municípios, gerando emprego e renda. Enquanto isso, nos locais de origem há apenas a comercialização direta, sem beneficiamento e geração de emprego e renda, estagnando a economia e gerando indicadores abaixo do nível regional, tanto em termos de VAB quanto de população ocupada nos setores secundário e terciário.

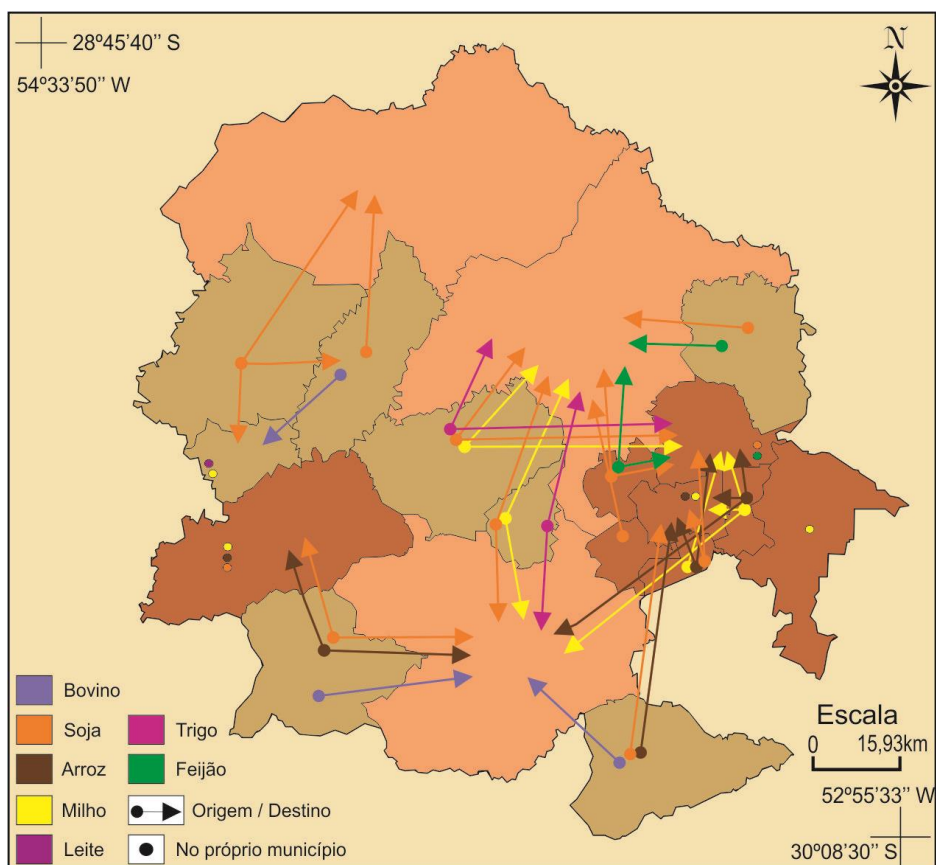


Figura 25: Fluxo intraregional de produtos agropecuários da região do COREDE Central.  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

A análise do comércio intraregional, juntamente com as considerações anteriormente realizadas, possibilita a compressão da produção agropecuária no COREDE Central, em que os municípios da agricultura familiar possuem uma relação entre si superior aos demais municípios, que, por sua vez, apresentam pontos de atração da comercialização regional, como Santa Maria e Júlio de Castilhos, sobretudo junto aos municípios da agricultura familiar menos dinâmica que cultivam produtos para o mercado nacional e internacional, mas não possuem condições técnicas e logísticas para a comercialização.

Partindo para uma análise que transcende o COREDE Central, o fluxo inter-regional, tendo os municípios da região como origem (figura 26) da produção agropecuária, continua a auxiliar na compreensão da dinâmica econômica regional. O primeiro aspecto a ser considerado é que nenhum município do agronegócio possui relações com outras regiões do Estado ou do País, ou seja, toda sua produção primária é destinada ao mercado externo e não tem como destino o mercado nacional, conforme ilustrado na figura 25, acima.

Entre os municípios da agricultura familiar, a produção de fumo, que, além do arroz, tem como destino o mercado para além da região, aparece como principal cultivo comercializado com outras regiões do Estado. O fumo é destinado para a região do Vale do

Rio Pardo, onde é processado e destinado para o mercado internacional. O arroz, outro cultivo maciçamente produzido pelos municípios do grupo, pouco aparece, em especial em Nova Palma e Faxinal do Soturno, os quais recebem grande parte da produção regional, que, portanto, não tem como principal destino o Rio Grande do Sul ou outros Estados do País.

Entre os municípios da agricultura familiar menos dinâmica, além do fumo que também é comercializado com a região do Vale do Rio Pardo, destaca-se o gado bovino. Grande parte da produção do gado desses municípios é destinada para o grupo do agronegócio. Entretanto, parte excedente possui outras regiões do Estado como destino.

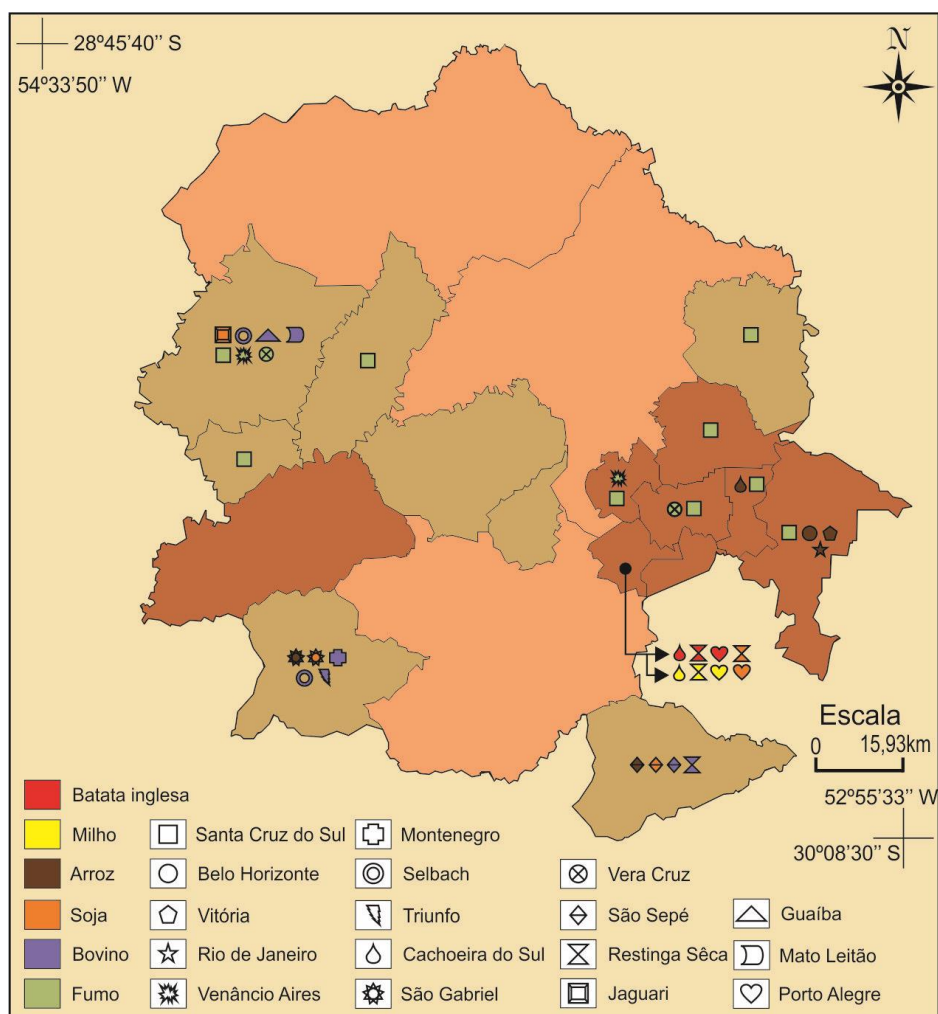


Figura 26: Fluxo inter-regional de produtos agropecuários, tendo os municípios da região do COREDE Central como origem.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

A figura 27, a seguir, mostra os municípios do COREDE Central como destino da produção agropecuária de outras regiões. Percebe-se que os municípios da agricultura familiar e agricultura familiar menos dinâmica não são destino de praticamente nenhuma produção

agropecuária de outras regiões, limitando-se a um fluxo apenas intraregional e internacional, como será mostrado a seguir.

Os municípios do agronegócio, por sua vez, são destino de uma gama significativa de produtos de outras regiões, expondo, assim, a sua capacidade de armazenamento, beneficiamento e escoamento, que transcende a região do COREDE Central.

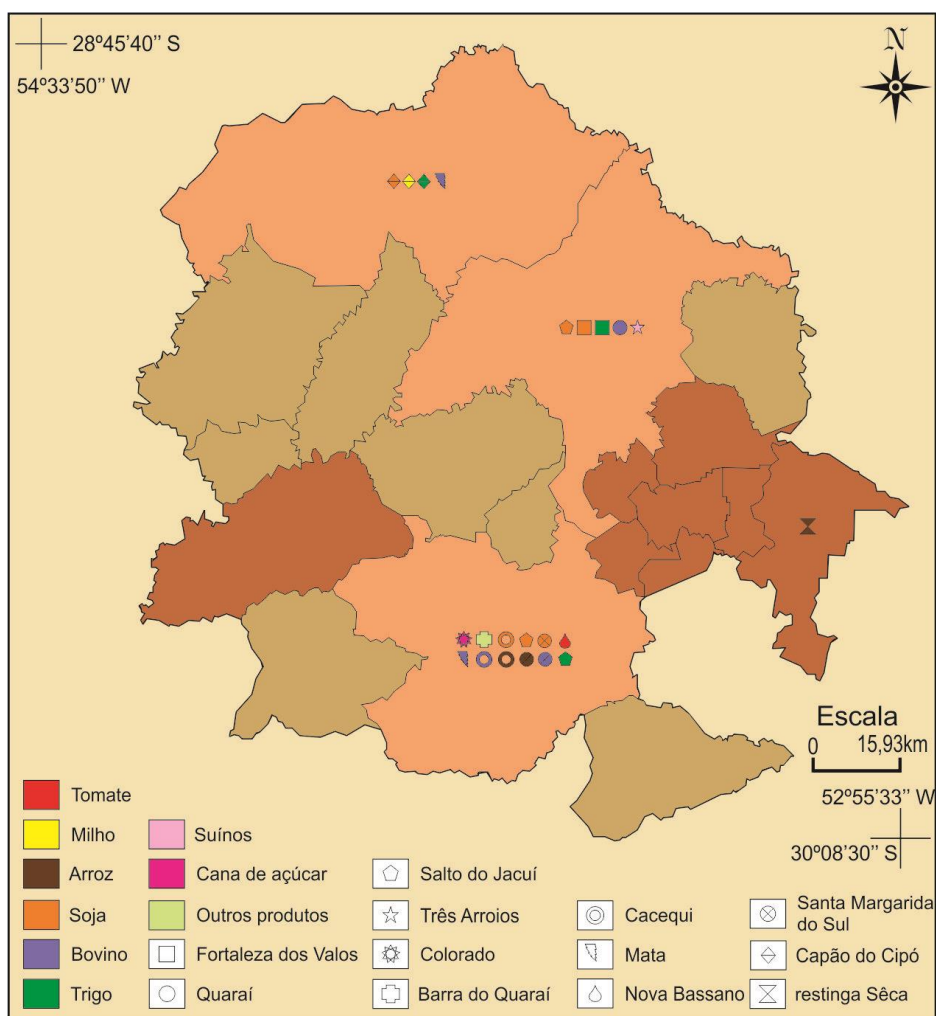


Figura 27: Fluxo inter-regional de produtos agropecuários, tendo os municípios da região do COREDE Central como destino.

Fonte; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Os dados de comercialização inter-regional mostram que o destino da produção agropecuária do COREDE Central é principalmente a própria região e o mercado internacional, descrito a seguir, pois há pouco além do fumo que se destina para outras regiões do Estado ou do País. Os dados também informam que os municípios do agronegócio possuem uma polaridade no que se refere à produção agropecuária transcendente ao COREDE Central, uma vez que são destinos de um considerável número de produtos originários de outras regiões.

As informações também auxiliam quanto à percepção de qual parte da produção regional é absorvida pela própria região, uma vez que a gama de produtos em que se há especialização e um nível de produtividade considerável, como o caso do feijão, é superior a da comercializada. Esse fato é percebido especialmente nos municípios da agricultura familiar que têm uma produção historicamente diversificada, e no atual momento produzem também com vistas ao mercado internacional.

Para finalizar a análise da dinâmica econômica dos municípios do COREDE Central, considerou-se a comercialização internacional, tanto os produtos exportados como os principais países parceiros. No caso de Santa Maria, a comercialização internacional transcende a relacionada com a agropecuária, apesar de esta ser a principal. Dessa forma, consideraram-se os cinco principais produtos vinculados direta ou indiretamente ao setor, como, por exemplo, adubos químicos. Também cabe ressaltar que não são todos os municípios que possuem comercialização internacional direta, fato este que será discutido.

O quadro 03, a seguir, apresenta os principais produtos importados e exportados, vinculados à produção agropecuária, pelos municípios do COREDE Central. Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Nova Palma são os municípios do grupo da agricultura familiar que possuem uma comercialização internacional direta. Entre os produtos importados há principalmente produtos pouco produzidos pelos municípios, como lentilha, trigo e milho. No município de Agudo há importação de farinha de trigo que, posteriormente, é transformada em *waffles* e biscoitos, que são postos no mercado internacional. A produção exportada pelos municípios, especialmente o arroz, é produção não estritamente realizada nos municípios com relação internacional, mas contempla também os produtos transferidos dos municípios vizinhos, fluxo apresentado na figura 25.

A consideração da comercialização internacional dos municípios do agronegócio e da agricultura familiar menos dinâmica pode ser realizada concomitantemente, pois entre os produtos exportados se destaca principalmente o grão da soja, que é transferido de alguns municípios do grupo para os do agronegócio, como mostra a figura 25. Da mesma forma que os municípios da agricultura familiar não presentes no quadro 03, os da agricultura familiar menos dinâmica também possuem uma inserção no mercado internacional de forma indireta, em que transferem sua produção para um polo que possui condições para armazenar e realizar a transição para outros países. Contudo, a principal diferença no que tange à produção e à comercialização entre os dois grupos está na produção e, conseqüentemente, na comercialização, pois nos municípios da agricultura familiar menos dinâmica esse processo

está vinculado fortemente a apenas produtos visando o mercado internacional, que são, sobretudo, produzidos com maior eficiência produtiva entre os municípios do agronegócio.

Santa Maria, como polo regional, apresenta importação de produtos utilizados nas produções agropecuárias, como adubos e fertilizantes, os quais são comercializados com os demais municípios da região e de outras localidades. Além disso, a exportação de carne bovina complementa a transferência de gado bovino realizado por municípios da região para Santa Maria.

<b>Município</b>	<b>Produto importado</b>	<b>Produto exportado</b>
Agudo	- Arroz - Farinha de trigo	- <i>Waffles</i> - Biscoitos - Massa - Arroz
Dona Francisca		- Arroz quebrado
Faxinal do Soturno	- Arroz	- Arroz
Júlio de Castilhos	- Trigo	- Soja
Nova Palma	- Feijão - Lentilha - Trigo - Milho	- Soja
Santa Maria	- Cloreto de potássio - Ureia - Bovinos vivos - Outros químicos para agropecuária - Trigo	- Carne bovina - Arroz
Tupanciretã	- Ovinos	- Soja - Trigo - Aveia

Quadro 03: Principais produtos importados e exportados, vinculados à produção agropecuária, pelos municípios do COREDE Central, 2010.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Adaptado pelo autor.

A comercialização dos produtos vinculados direta ou indiretamente com a agropecuária apresenta-se como fundamental para a compreensão da dinâmica econômica dos municípios do COREDE Central, pois, a partir deste dado, pode-se notar que alguns municípios polo, como Santa Maria, Tupanciretã, Júlio de Castilhos e Nova Palma concentram parte da produção da região e a transferem para o mercado internacional. Nestes municípios é garantida uma dinâmica que envolve toda a prestação de serviços para esta comercialização, como armazenagem, serviços contábeis, bancários, logísticos, entre outros. Enquanto isso, nos municípios que simplesmente transferem sua produção não há uma geração de renda que possibilite uma transformação de sua realidade. Mais grave ainda são os casos dos municípios da agricultura familiar menos dinâmica, uma vez que estes têm sua especialização, principalmente nestes produtos, com pouca produção de gêneros alimentícios



que possibilitem uma comercialização local e/ou regional, como no grupo da agricultura familiar.

Analisar os principais parceiros de comércio exterior é complexo, pois o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior não disponibiliza a relação parceiro/produto exportado ou importado, de forma que não há como ligar os produtos exportados/importados com o país de origem/destino. Entretanto, como em alguns casos há apenas um produto comercializado, como mostra o quadro 03, pode-se realizar esta aproximação.

Entre os seis países que exportaram para o COREDE Central em 2010 (figura 28), a Argentina e o Uruguai são os principais, possuindo vinculação com cinco dos oito municípios inseridos no mercado externo. Entre os produtos comercializados destaca-se o arroz, possuindo como destino Agudo e Faxinal do Soturno, e os ovinos, exportados para Tupanciretã.

Percebe-se que mesmo com uma produção expressiva de arroz, os municípios da região importam o produto que, posteriormente, é exportado para outras nações. Uma contradição do sistema capitalista, em que é mais viável haver uma comercialização envolvendo três países para diminuição dos custos e para o aumento da lucratividade.

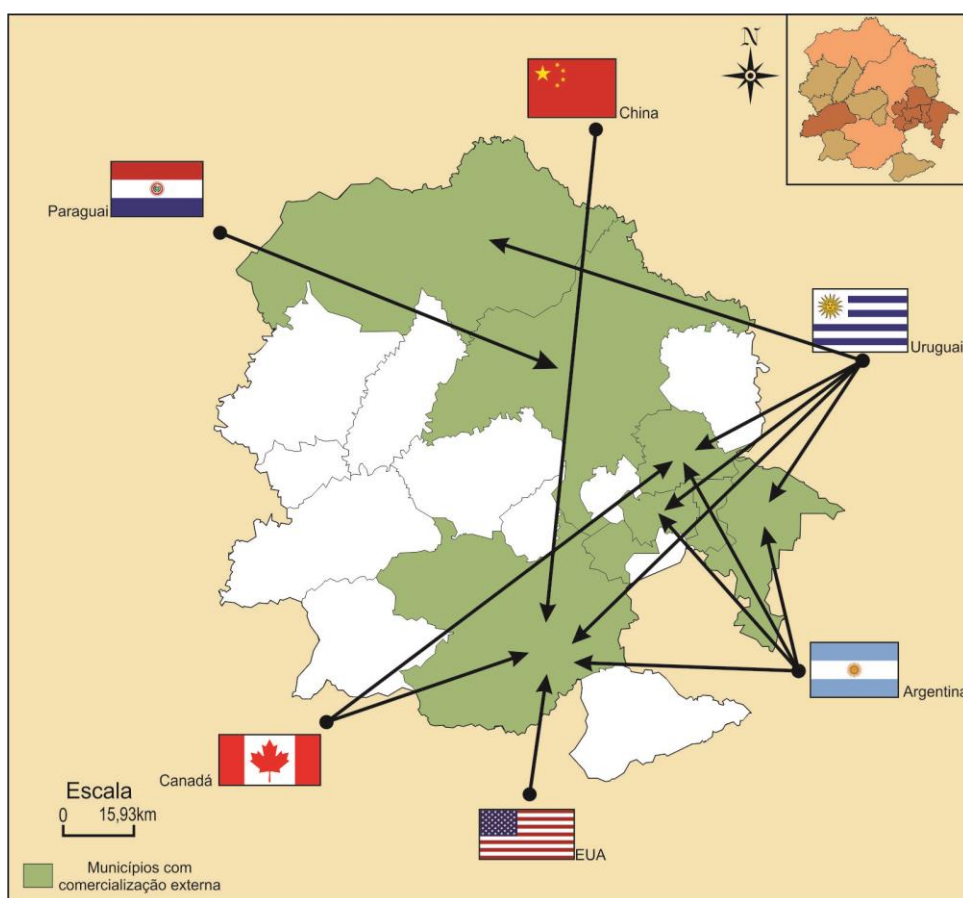


Figura 28: Comercialização internacional dos municípios da região do COREDE Central, importação. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Adaptado pelo autor.

A gama de fluxos presentes na figura 29, a seguir, que apresenta os parceiros de exportação dos municípios do COREDE Central, é mais densa do que a importação. Produtor de grão, em especial a soja, como referido anteriormente, os municípios da região dialogam comercialmente com diversos países que são destinos de sua produção primária, com destaque para a China, país que importa parte significativa da produção de soja regional. A produção de soja ainda é comercializada com países da África (Costa do Marfim e Egito), Europa (Holanda e Polônia) e América Central (Cuba).

Agudo, com o beneficiamento da farinha de trigo importada do Uruguai, revende produtos industrializados para o próprio Uruguai, além de Angola e Estados Unidos. Além do caso de Agudo e do fumo, que é comercializado internacionalmente via região do Vale do Rio Pardo, a produção de arroz dos municípios da agricultura familiar que visa o mercado é exportada principalmente para países da África, como Senegal, Benin e Nigéria, e também para o Reino Unido.

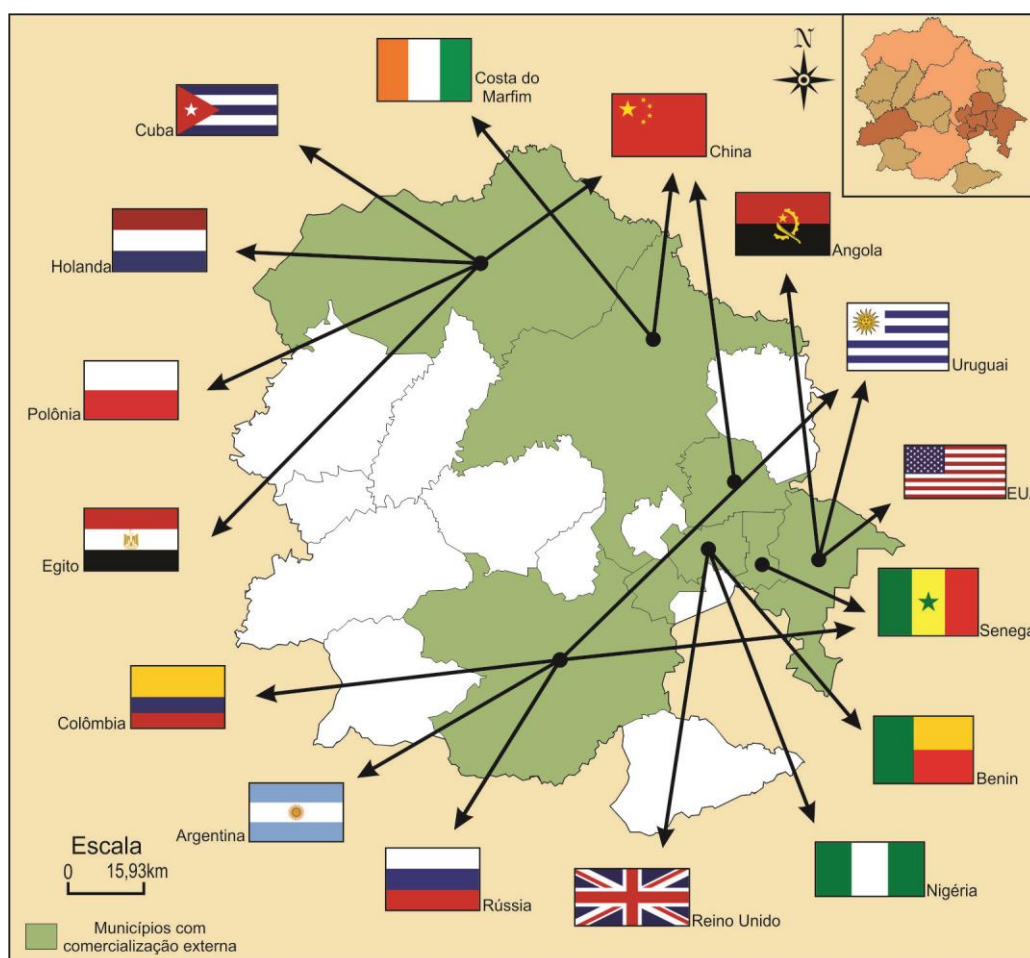


Figura 29: Comercialização internacional dos municípios da região do COREDE Central, exportação. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Adaptado pelo autor.

A análise dos dados selecionados para consideração da dinâmica econômica do COREDE Central, a partir da regionalização da produção agropecuária, mostrou relações diversas entre os municípios de acordo com a produção agropecuária.

Entre os municípios da agricultura familiar, há uma proximidade dos dados com as discussões teóricas realizadas, em que, atualmente, o produtor familiar, além de produzir para seu autoconsumo, insere-se nas relações capitalistas de trocas, produzindo uma ou duas mercadorias destinadas ao mercado internacional, no caso do COREDE Central, como pode ser percebido na especialização produtiva e nos dados de produtividade. Dessa relação, percebe-se um valor adicionado no setor primário não tão elevado, uma vez que a geração de 'divisas' pelos produtos que não são destinados à comercialização internacional não é elevada. Entretanto, esta garante um fluxo de mercadorias em nível local e/ou regional, possibilitando uma empregabilidade e geração de renda nos setores secundário, nos casos que há beneficiamento, e terciário, tanto em atividades diretamente ligadas à agropecuária quanto em indiretas.

A retomada da formação do território sul-rio-grandense neste ponto se faz necessária devido a sua importância para a dinâmica econômica analisada. Como propõe o método marxista, considerar a história para a compreensão de organização de fatos é fundamental. Assim, cabe salientar os motivos para a migração de colonos alemães e italianos para o sul do Brasil, inclusive no COREDE Central<sup>75</sup>. Um dos objetivos do fomento para criação de colônias italianas e alemãs foi estabelecer uma matriz produtiva distinta da encontrada até então no Estado, que se rompe com o latifúndio pouco produtivo e escravocrata, produzindo em pequenas propriedades familiares uma gama considerável de produtos de gêneros alimentícios. Esse fato remete a compreender a persistente produção especializada de alguns gêneros alimentícios nos municípios da região, que, como já referido, dinamizam a economia regional. Da mesma forma, houve a inserção dos produtores familiares na lógica capitalista de produção, resguardando parte de seu estabelecimento para a produção de um ou dois gêneros com maior inserção no mercado.

A relação entre os municípios do agronegócio e da agricultura familiar menos dinâmica, apesar de distintos em vários aspectos, pode ser realizada concomitantemente, uma vez que a especialização produtiva de ambos os grupos é muito próxima, assim como o fluxo comercial.

---

<sup>75</sup> Com exceção de São Pedro do Sul que possui colonização luso-espanhola.

Na conceituação de agronegócio discutida nesta pesquisa, percebe-se que a atividade extrapola as relações de produção, englobando um escopo de atividades que perpassam pela prestação de serviços para a produção e indústrias de máquinas e implementos, agroquímicos e beneficiamento. No caso do COREDE Central, esse fato é percebido na participação do setor terciário, assim como no número de população empregada no mesmo, especialmente em Júlio de Castilhos e Tupanciretã<sup>76</sup>. A produção agropecuária exercida nos municípios do grupo é própria do agronegócio, com a utilização intensiva – e concentrada em um número limitado de estabelecimentos - de máquinas e implementos agrícolas em lavouras de *commodities* que possuem uma extensa área. Produção esta que é destinada exclusivamente para o mercado internacional e é complementada pela produção dos municípios da agricultura familiar menos dinâmica.

Novamente retomando a formação do território, ressalta-se que os municípios do grupo agricultura familiar menos dinâmica têm sua produção vinculada à primeira etapa de ocupação europeia no Estado, em que se produzia em grandes propriedades e destinava a sua produção para as lavouras de café do sudeste do Brasil, ciclo do charque.

Considerando o contexto atual, em que nesses municípios e nos do agronegócio também, pouco se produz de gêneros alimentícios e há como principal produto a soja, pode-se afirmar que a dinâmica desses municípios guarda profunda relação com sua história, pois atualmente ainda possuem especialização em um produto com grande inserção no mercado, antes nacional, agora internacional, diferindo do passado, quando havia o beneficiamento do produto no próprio Estado, garantindo geração de renda. Houve a transformação de uma relação: municípios do agronegócio e agricultura familiar menos dinâmica -> Pelotas -> Sudeste do Brasil; para uma relação: municípios da agricultura familiar menos dinâmica -> municípios do agronegócio -> mercado internacional.

A dinâmica econômica vinculada à produção agropecuária no COREDE Central acaba por influenciar a dinâmica demográfica dos municípios, a relação população urbana e rural, a estrutura etária e os fluxos migratórios, uma vez que, de acordo com as atividades realizadas, tende-se a permanência de um contingente populacional no meio rural superior, assim como a dinâmica econômica pode inferir resultados no fluxo demográfico.

---

<sup>76</sup> Santa Maria, por ser um polo urbano que transcende a região, o setor terciário permeia um conjunto de atividades para além da produção agropecuária.

## 5.2 A dinâmica demográfica

O primeiro dado é referente à distribuição da população entre as zonas urbana e rural. A ilustração 30, a seguir, apresenta a população total e a distribuição urbano/rural, no ano 2000. No ano em questão havia doze municípios da região com maior contingente populacional no meio rural. Destes, cinco da agricultura familiar, sete da agricultura familiar menos dinâmica e nenhum do agronegócio. Essa consideração remete a uma percepção de como a dinâmica econômica influencia a demográfica, pois, como analisado anteriormente, nos municípios da agricultura familiar há uma exigência de serviços para além da produção primária superior ao grupo da agricultura familiar menos dinâmica, uma vez que a produção destes municípios é basicamente transferida para os municípios do agronegócio. Enquanto isso, na agricultura familiar ocorre uma circulação local e regional de produtos para além dos destinados ao grande mercado. Assim, o número de trabalhadores nos serviços terciários e na indústria, como é o caso do município de Agudo que beneficia produtos primários, é superior, necessitando de mão de obra nas cidades.

Analisando a questão da população urbana/rural a partir do econômico, percebe-se também que em Júlio de Castilhos e em Tupanciretã<sup>77</sup>, especificamente, o número de população urbana é elevado, uma vez que a natureza da sua produção agropecuária é excludente de mão de obra, visto a mecanização.

---

<sup>77</sup> A consideração de Santa Maria é complexa devido ao fato de que a dinâmica urbana do município ocorre para além do rural, apesar de no meio urbano haver uma gama de produtos e serviços que, de forma direta ou indireta, atendem os produtores rurais.

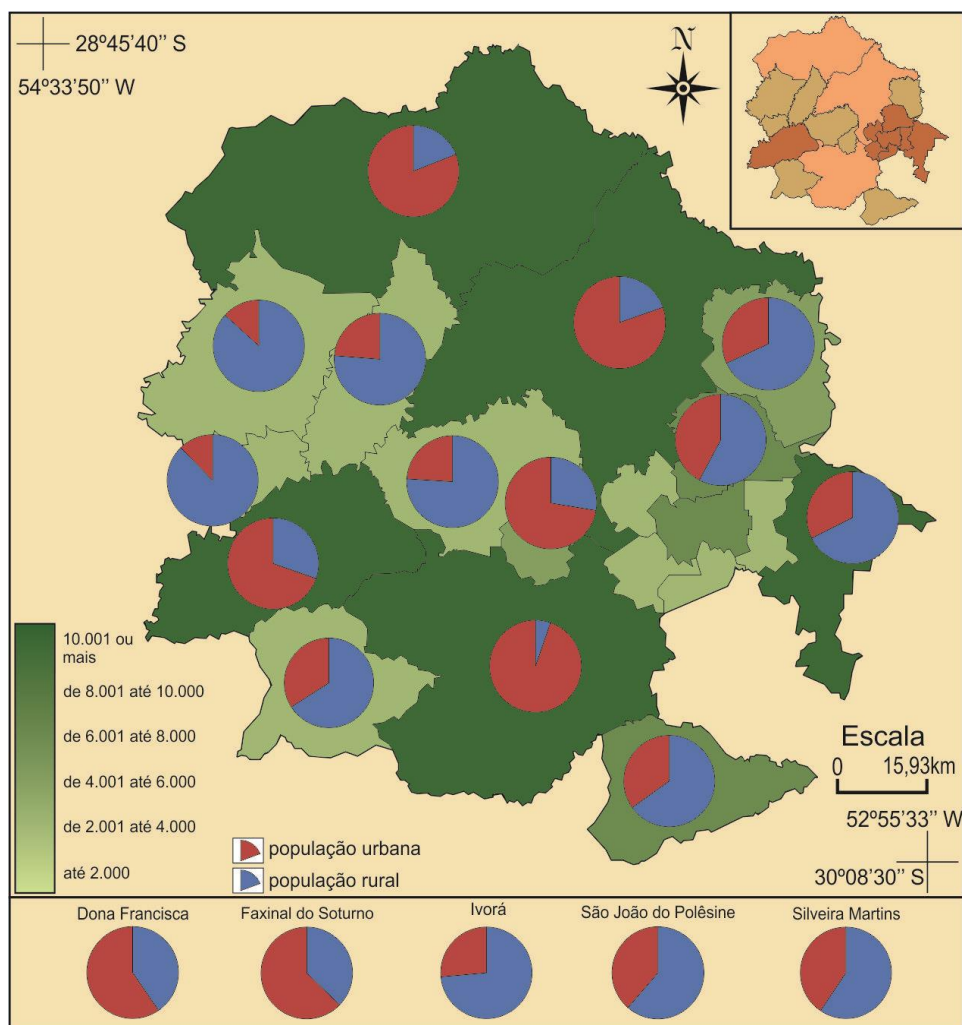


Figura 30: População total e distribuição urbano/rural dos municípios da região do COREDE Central, 2000. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Para considerar a dinâmica que envolve a informação de população urbano/rural, também foram analisados os dados do ano de 2010. A figura 31, a seguir, apresenta onze municípios com maior contingente populacional no meio rural, um a menos do que a do grupo da agricultura familiar - São João do Polêsine. Entretanto, de forma geral, o percentual de habitantes no meio rural decaiu. Desconsiderando Santa Maria, o percentual era de 44,81% em 2000, e de 40,21% em 2010.

Entre os municípios que se apresentavam como receptores da produção regional, entre eles, Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Nova Palma e Faxinal do Soturno, percebe-se que há um percentual elevado de população no meio urbano, justamente pelos serviços demandados para recebimento e posterior redistribuição, seja para o mercado regional ou para o mercado internacional.

Mesmo com o número de população rural inferior a 50%, pode-se afirmar que a região do COREDE Central, especialmente os dezoito municípios além de Santa Maria, possuem

uma forte relação com o meio rural, sobretudo pelas atividades econômicas serem vinculadas ao setor, mesmo na indústria ou nos serviços, fato que reflete no número de habitantes nas cidades e no campo.

Os maiores índices de população rural estão entre os municípios da agricultura familiar e da agricultura familiar menos dinâmica, evidenciando a importância desta forma de produção agropecuária junto ao emprego no meio rural e permanência do homem no campo. Diferentemente, o setor do agronegócio, como já discutido, desprende-se da necessidade de mão de obra a medida que avança para a mecanização, causando impactos negativos tanto no espaço rural quanto urbano.

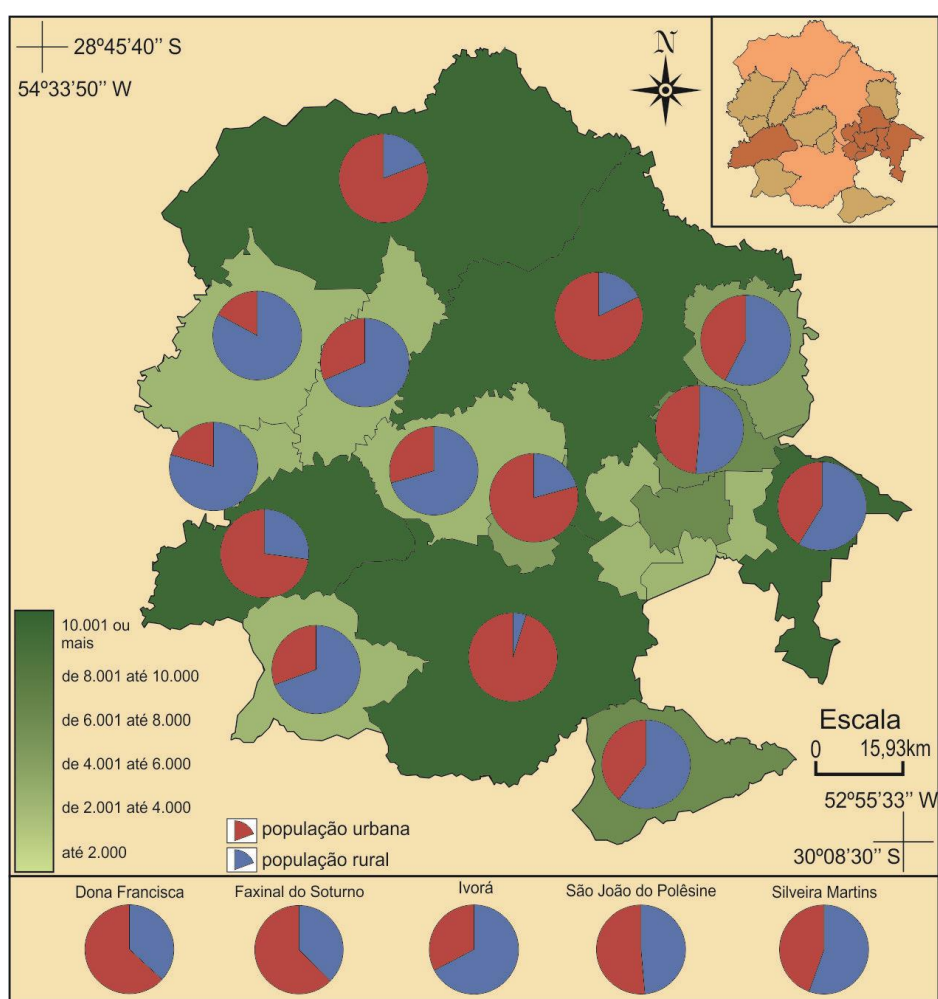


Figura 31: População total e distribuição urbano/rural dos municípios da região do COREDE Central, 2010. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Perceber também a estrutura etária dos municípios auxilia na compreensão das atividades econômicas e, sobretudo, para compreensão da dinâmica demográfica. Considera-se especialmente a população jovem, após os 19 anos, que está se inserindo no mercado de trabalho e, caso não tenha a possibilidade de conseguir emprego no seu município de origem, migra para outros locais.

No gráfico 02, abaixo, está retratada a estrutura etária dos municípios do grupo agricultura familiar menos dinâmica, em que, do ano de 2000 até o ano de 2010, registrou uma perda significativa de percentual de população das faixas etárias 15-19 anos e 20-24 anos. Em 2010, ainda há uma decréscimo entre as idades 20-24 e 25-29. Nestas idades os jovens estão ingressando no mercado de trabalho e, de acordo com as informações, estão migrando para outros municípios, seja em busca de trabalho ou de qualificação, retratando a perda de perspectiva encontrada pelos mesmos nos seus municípios de origem.

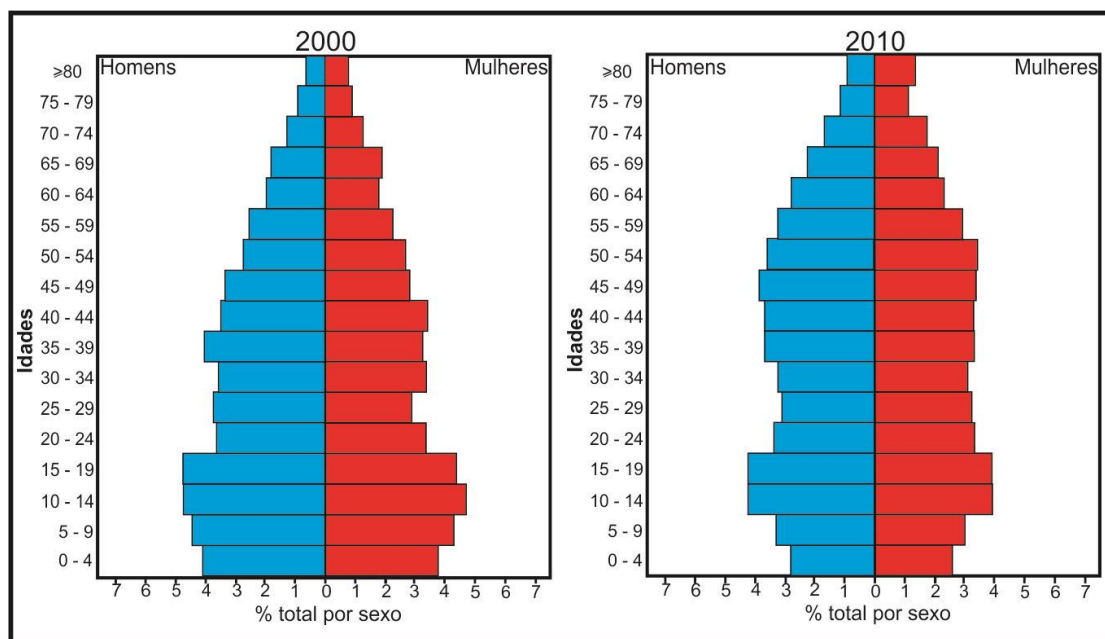


Gráfico 02: Pirâmide etária dos municípios do grupo 'agricultura familiar menos dinâmica', 2000 e 2010.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

No gráfico 03, a seguir, a informação etária do grupo da agricultura familiar é representada, apresentando no ano 2000 uma perda de população jovem muito próxima com a do grupo anteriormente analisado. Porém, em 2010, o 'degrau' existente entre 15-19 e 20-24 anos é muito inferior, ou seja, os jovens têm permanecido em seus municípios de origem, sendo que houve transformações no cenário econômico durante a década para que este dado alterasse. Entre essas mudanças, pode-se considerar a maior capacidade de investimento dos produtores familiares, fato esse retratado nesta pesquisa pelo orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que cresceu assim como os indicadores de financiamentos e de investimentos no setor. No que tange à questão etária, uma dinâmica demográfica diferente é encontrada nos municípios do agronegócio (gráfico 04), principalmente por conta de Santa Maria, polo educacional para além do COREDE Central, onde há uma migração muito grande de jovens buscando sua qualificação, dado que pode ser percebido tanto em 2000 quanto em 2010.



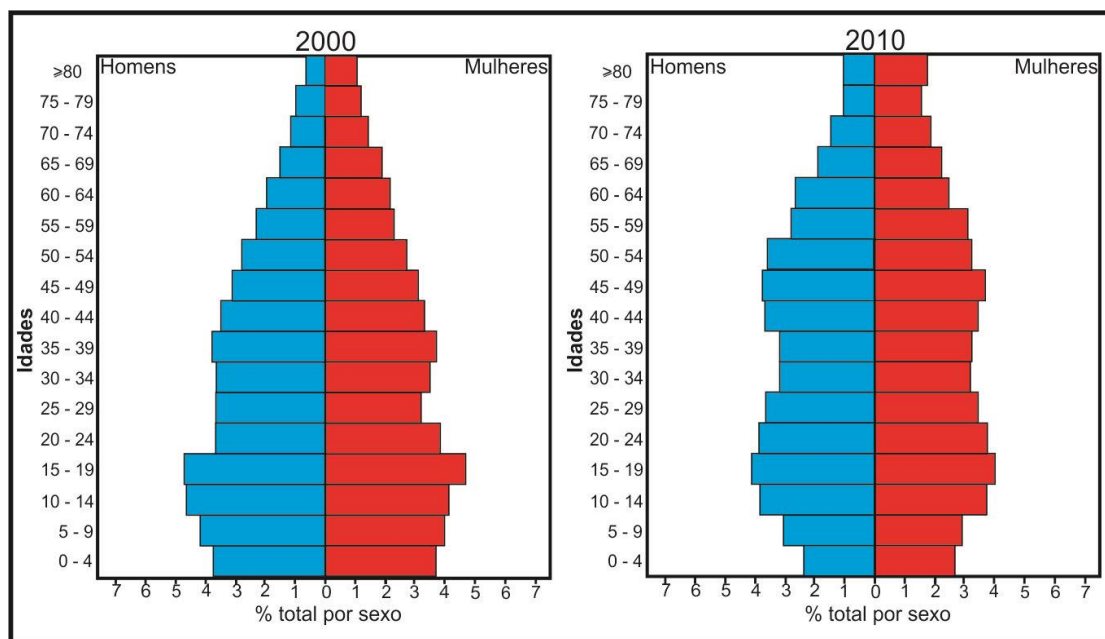


Gráfico 03: Pirâmide etária dos municípios do grupo 'agricultura familiar', 2000 e 2010.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

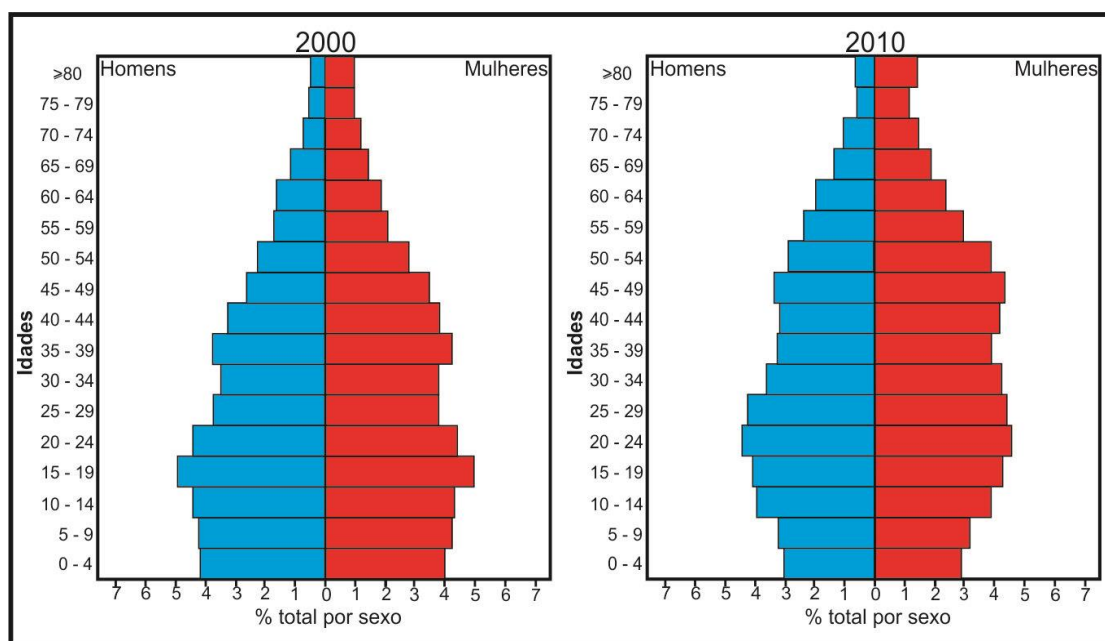


Gráfico 04: Pirâmide etária dos municípios do grupo 'agronegócio', 2000 e 2010.  
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Para auxiliar na compreensão da dinâmica demográfica e também econômica, a percepção do fluxo migratório é importante. Apesar de os dados etários apresentarem um retrato sobre a população jovem, uma consideração geral se faz necessária.

Para a obtenção do percentual de pessoas que migram 'da e para a região', foi pesquisada a variação populacional entre os anos de 2000 e 2010. Desse resultado, obtido através da Fundação de Economia e Estatística, foi retirada a relação de pessoas que

morreram e nasceram, para, assim, considerar apenas os habitantes que chegaram ou partiram entre 2000 e 2010.

A figura 32, a seguir, apresenta a variação total, entre 2000 e 2010, e o percentual de pessoas que imigraram para a região ou emigraram da mesma. Percebe-se que os municípios que tiveram crescimento populacional, Santa Maria, Itaara, Nova Palma, Quevedos e Júlio de Castilhos, obtiveram os menores percentuais de pessoas que emigraram, ou seja, desconsiderando o número de pessoas que nasceram e morreram, nestes municípios houve uma pequena perda populacional. Em contrapartida, há outros com forte perda populacional por conta de migrações, como são os casos de Pinhal Grande, Jari, Formigueiro e Toropi, no caso da agricultura familiar menos dinâmica; de Dona Francisca e Agudo, na agricultura familiar; além de Júlio de Castilhos, no agronegócio.

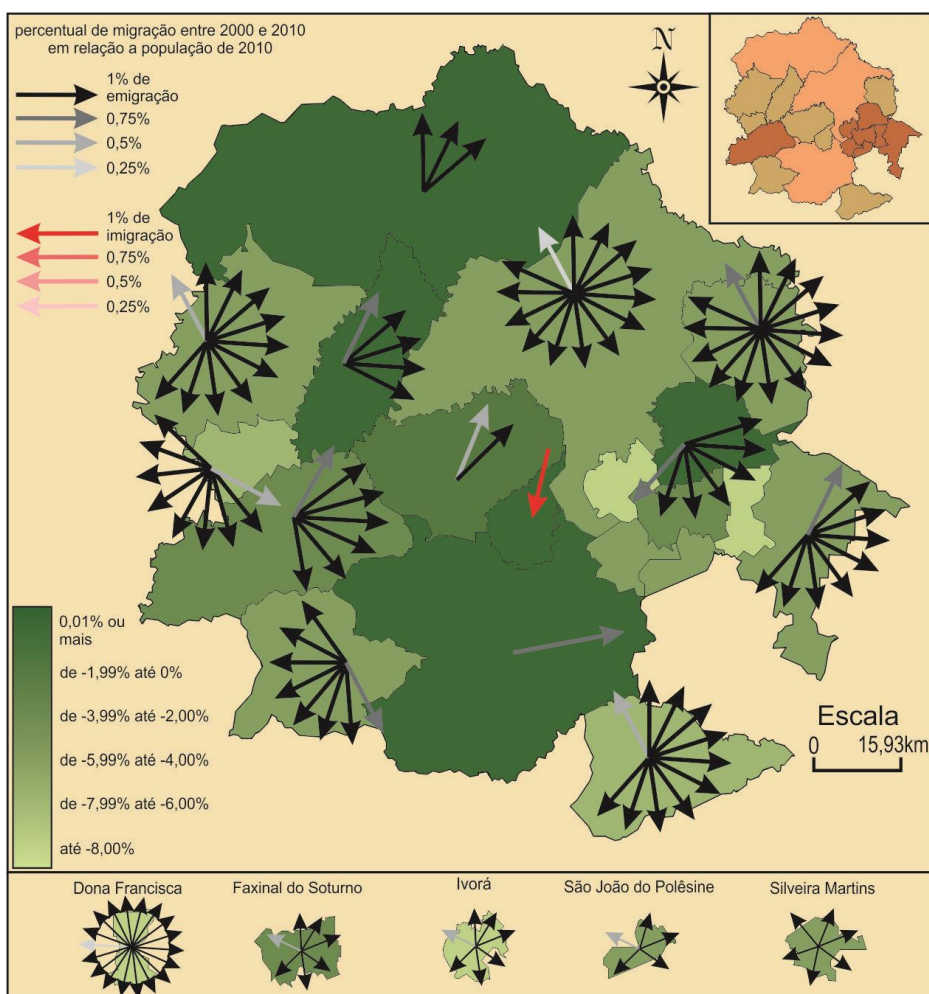


Figura 32: Variação populacional e fluxo migratório entre 2000 e 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação de Economia e Estatística. Adaptado pelo autor.

Foi proposta uma consideração da dinâmica demográfica vinculada à dinâmica da econômica, sendo que, de acordo com os movimentos do capital, reflete-se a estruturação

demográfica dos municípios. Por meio desse fato pode ser percebido, no que se refere à população urbana/rural, que nos municípios da agricultura familiar e, sobretudo, do agronegócio há um contingente populacional no meio urbano superior ao do grupo da agricultura familiar menos dinâmica, justamente pela natureza das suas produções. Enquanto nos dois primeiros grupos citados há a presença de uma demanda por serviços urbanos, nos municípios da agricultura familiar menos dinâmica a especialização produtiva em produtos de *commodities* e a sua transferência para municípios-polo não exigem uma gama de serviços complexa, permanecendo a população empregada, especialmente no setor primário.

O mesmo fato ocorre quando se considera a estrutura etária, em especial a população jovem, em que nos municípios da agricultura familiar menos dinâmica há uma perda desse grupo etário em 2000, persistindo até 2010, demonstrando a pequena capacidade de qualificar e empregar os jovens nestes municípios. Já no grupo da agricultura familiar, o ano de 2010 apresenta indicadores que mostram uma transformação no cenário econômico, uma vez que o percentual de jovens que emigra da região caiu consideravelmente em relação a 2000.

Por fim, o fluxo migratório apresenta uma contradição entre as análises até aqui realizadas, uma vez que não há uma relação entre o percentual de pessoas que migraram dos municípios da região com as condições econômicas e produtivas. Sobre este fato, deve-se considerar que está se propondo analisar o COREDE Central a partir da produção agropecuária que, mesmo sendo a principal atividade econômica direta ou indiretamente, não responde a todas as relações e fluxos que permeiam o território regional, o qual transcende os limites políticos da região e, cada vez mais, torna-se complexo e redimensiona-se, não desaparecendo a região, mas tornando-a mais complexa.

## 6 CONCLUSÃO

Dentre as proposições realizadas nesta pesquisa, pode-se perceber a dinâmica econômica e demográfica da região do COREDE Central a partir da produção agropecuária. No entanto, essa dinâmica extrapola as relações rurais. Buscou-se abranger as relações cidade-campo, uma vez que os municípios pesquisados possuem relações diretas ou indiretas com o meio rural, tornando-se este uma importante frente para a análise regional.

Considerando a indagação de pesquisa que permeou as discussões teóricas e através de dados secundários, no sentido de tentar entender de que forma a produção agropecuária, a agricultura familiar e o agronegócio, influenciaram na dinâmica econômica e demográfica do espaço agrário da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul, algumas considerações finais podem ser tecidas.

Ao analisar a região em estudo, percebeu-se a existência de uma complexidade, uma vez que as relações de trocas extrapolam os limites políticos da mesma, sendo necessária uma percepção do todo para compreender o regional. Essa relação foi percebida nesta pesquisa, na medida em que a inserção dos municípios da região no mercado não se limita apenas na região do COREDE Central, sendo que isso ocorre especialmente entre os municípios do agronegócio que possuem parte significativa de suas produções destinadas ao mercado internacional. Esse grande mercado, através de relações cambiais ou de demanda, por exemplo, provoca influências nas relações intraregionais. Esta relação de dependência junto ao mercado internacional, especialmente nos municípios que produzem predominantemente a partir do agronegócio, acarreta em uma vinculação vertical da região, tornando-se, em caso de deflação por exemplo, um empecilho para o desenvolvimento regional.

Do mesmo modo, porem com particularidades, esse procedimento acontece com o grupo de municípios da agricultura familiar, que, apesar de possuir um mercado estruturado entre seus municípios, destina dois produtos - arroz e fumo - para o mercado internacional. Até mesmo municípios que não possuem uma relação direta com o mercado internacional, como é o caso da agricultura familiar menos dinâmica, remetem seus produtos agrícolas a polos que o distribuem para o mercado externo.

A percepção do processo de formação do Estado do Rio Grande do Sul e, por extensão, da região do COREDE Central, foi importante para a consideração da atual estrutura fundiária e produtiva da região. Para esta pesquisa que propôs uma análise materialista histórica, a desconsideração da história criaria uma lacuna entre a origem dos processos de produção na região e a dinâmica econômica e demográfica atualmente presentes.

As fases de ocupação do Estado que primaram, em determinado momento, pela consolidação do grande latifúndio pouco produtivo e intensivo em mão de obra escrava, e em outro pela ocupação em pequenas propriedades, com o cultivo no sistema de policultura e mão de obra livre, ainda marcam as peculiaridades produtivas no Rio Grande do Sul e no COREDE Central.

Na regionalização proposta por esta pesquisa, que considera a forma predominante de produção agropecuária em cada município, houve a percepção, na análise dos dados secundários, de um grupo de municípios além do agronegócio e da agricultura familiar, uma vez que possuíam características de ambos os grupos, entretanto com uma dinâmica menor. O grupo da agricultura familiar menos dinâmica se mostrou como um importante resultado de pesquisa, pois é composto por municípios que guardam relações de trabalho e fundiários com a agricultura familiar. Contudo, esses municípios buscam mercados e uma produção própria do agronegócio, resultando em uma dinâmica menor, já que não possuem as mesmas condições de financiamentos, investimentos e estruturas rural/urbana para armazenagem e escoamento própria da sua produção, transferindo-a para municípios polos. Em decorrência, deixam de gerar empregos e diminuem o potencial de desenvolvimento que a produção agropecuária possui.

Tanto para a percepção do grupo agricultura familiar menos dinâmica, quanto para o agronegócio e agricultura familiar, a discussão teórica sobre ambos os conceitos foi fundamental para a posterior busca e interpretação dos dados que embasaram a regionalização realizada. A discussão a partir de vários autores e suas percepções sobre a temática e a abrangência dos conceitos fundamentaram e possibilitaram uma apropriação, interpretação e proposição de uma gama de dados secundários para a regionalização que se propunha. Essa metodologia adotada poderá servir de base de pesquisa para trabalhos futuros. Entretanto, não foi este o objetivo principal, uma vez que a consideração da história da região, assim como das peculiaridades territoriais, pode falsear o método em outras regiões. Contudo, pode ser uma referência inicial.

Na consideração dos dados secundários que permitiram a análise da dinâmica econômica e demográfica, percebeu-se a influência da produção agropecuária, de forma direta e/ou indireta nos municípios do COREDE Central, uma vez que em grande parte das variáveis consideradas as relações de trocas e resultados econômicos e demográficos mostravam-se distintos entre os três grupos.

Nos municípios em que a produção é predominante, a partir do agronegócio e da agricultura familiar, as características apresentam-se com peculiaridades distintas. Contudo,

alguns pontos de intersecção, especialmente se consideradas as relações internacionais, em que a agricultura familiar, que se transformou nas últimas décadas, insere-se na lógica produtiva capitalista e resguarda parte de sua área a cultivos para o mercado externo, diferindo-se do agronegócio pela gama maior de cultivos produzidos e por possuir um mercado intraregional considerável.

O agronegócio, por sua vez, mostra-se como um gerador de divisas, primando especialmente pela produção de *commodities*, sobretudo a soja. Essa produção, não possui uma geração de emprego no meio rural como na agricultura familiar, porém, em municípios com este predomínio, há um percentual significativo de população empregado no meio urbano, na prestação de serviços para a armazenagem, escoamento, entre outros. Em uma concepção macroeconômica, em que a política brasileira primou pelo fortalecimento do agronegócio como gerador de divisas, contudo a um alto preço de investimentos, vinculação vertical com países centrais, mecanização que transferiu grande contingente populacional do meio rural para o urbano, o qual não possui condições de infraestrutura e de garantia de emprego para os habitantes das aglomerações urbanas. Além disso, as repercussões na agricultura familiar foram grandes, em que o setor ficou desassistido por parte do Estado durante várias décadas, especialmente comparando a centralidade dada ao agronegócio, gerando conflitos agrários e desconsiderando a importância das relações sociais e produtivas da agricultura familiar.

O agronegócio historicamente foi beneficiado no Brasil, com diversas políticas financeiras e de assistência técnica. Acreditamos que o setor possui importância para a economia brasileira, contudo, deve ser crescente o apoio à agricultura familiar, que a partir do exemplo do COREDE Central, mostra-se produtora de gêneros alimentícios e é responsável por uma circulação interna de mercadorias distintas do agronegócio. Além disso, a percepção e fomento da produção familiar devem superar a lógica do agronegócio, em que prima-se pela produção em larga escala e com alto nível de mecanização, havendo assim um contraponto, com diversificação produtiva, técnicas próprias de produção, com origens na região.

Entretanto, a maior preocupação que persiste é referente aos municípios do grupo da agricultura familiar menos dinâmica. Esses municípios apresentam indicadores econômicos e demográficos que representam a fragilidade do setor agropecuário, do qual se tem profunda dependência. A destinação de uma área grande para cultivos, os quais não possuem condições de serem geridos nos próprios municípios, acaba por refletir na economia. Parece, assim, ser necessário haver um repensar da produção agropecuária em tais municípios. Não se defende a desconsideração do processo histórico e o estabelecimento de maneiras exógenas de

produção, mas uma forma de uso da terra que coincida com as raízes históricas, que seja economicamente sustentável e que gere uma dinamização de tais municípios.

A partir desta discussão final, espera-se que tenha sido alcançada a proposição principal desta pesquisa, que foi analisar de que forma a produção agropecuária, considerando a agricultura familiar e o agronegócio, influenciou na dinâmica econômica e demográfica da região do COREDE Central do Rio Grande do Sul. Não se pretendeu encerrar a discussão de nenhum dos capítulos e/ou subcapítulos abordados. Foi proposta uma forma de debater uma problemática, partindo de pressupostos materiais (funditários) e históricos presentes na região, assim como trabalhar a dialética territorial atualmente encontrada nas diferentes atividades sociais.

Dessa forma, as contribuições teóricas e práticas que esta pesquisa poderá atingir irão ser realizadas com a continuação de pesquisas que tenham o COREDE Central como objeto de estudo, uma vez que as transformações territoriais são contínuas e contraditórias, sendo indispensável um (re)olhar contínuo e por diferentes ângulos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- \_\_\_\_\_. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. *Anais...* Distrito Federal, 1997.
- AFFONSO, R. B.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap, 1995.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ufrgs, 1998.
- ALVES, C. L.B.; COREDEIRO NETO, J. R.; SOUSA, E. P. Mecanismos de modernização da agricultura brasileira: uma leitura a partir da teoria do desenvolvimento desequilibrado. In. XLV CONGRESSO DA SOBER, 2007, Paraná. *Anais...* Londrina: UEL, 2007.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: LECH, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M.(Org.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: Edufscar, 2005.
- BECKER, Elsbeth Léia Spode. *História do pensamento geográfico*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006.
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Unijuí, 1997.
- BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: UFSM, 2004.
- BRASIL. Lei federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2012.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: FIDENE, 1985.
- CALLADO, Antônio André Cunha. *Agronegócio*. São Paulo: Atlas, 2006.



- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARLEIAL, L. M. et al. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTRO, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CHALITA, Marie Anne Najm. Agricultura familiar na citricultura paulista: a reconstituição da trajetória de um conceito. In. XLIII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. São Paulo, 2005. *Anais...* São Paulo: IEA, 2005.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRAL. *Caminhos 2030: relatório planejamento regional*. Santa Maria: COREDE Central, 2010.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Trajelórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- \_\_\_\_\_. *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. In: FINISTERRA Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XLII - nº87 - p.47-65, 2007. Disponível em: <[http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84\\_03.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2007-84/84_03.pdf)>. Acesso em: 9 de jul. 2011.
- FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem - os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. 1999. (Dissertação de Mestrado) - PUCRS, Porto Alegre, 1999.
- FORTES, João Borges. *Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FÓRUM DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL. *PRÓ-RS: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Passografic, 2010.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira*. 2008. (Tese de Doutorado) - UNESP, Presidente Prudente, 2008.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. *Divisão territorial do trabalho e nova regionalização*. In: Revista do Departamento de Geografia n.1. USP, 1982.

GUALDA, Neio Lúcio Peres. Agricultura Familiar versus Modelo Agro-Exportador: o falso dilema da não coexistência. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Londrina. *Anais... XLV SOBER*, 2007.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações*. Niterói: UFF, 2006.

GUILHOTO, J. J. M. et al. *Agricultura Familiar na Economia: Brasil e Rio Grande do Sul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Guerra e Paz, 1982.

GÜNTHER, Hartmut. *Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, 2006, v. 22, n. 2, p. 201 – 210.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

INCRA/FAO. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Brasília, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/notatecnic.pdf>>. Acesso em: jul. 2012.

KLARMANN, H.; TONI, J. *Regionalização e planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha*. Porto Alegre: Ensaios FEE, 2002, v. 23, p. 331-351.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAMARCHE, Hugues (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: UNICAMP, 1998.

LAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

LIMA, J. F.; PIACENTI, C. A. *Análise Regional: metodologias e indicadores*. Curitiba: Camões, 2012.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MAGNOLI, D.; OLIVEIRA, G.; MENEGOTO, R. *Cenário Gaúcho: Representação histórica e geográfica*. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 3.ed. São Paulo: Nartins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987 a.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Catedra, 1987 b.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MENDONÇA, Sonia. Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890 – 1930). In: SILVA, S.; e SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo: Queiroz, 1982.

MONTOYA, Marco Antônio. *O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: Rev. Bras. Econ. v.56 n°4, out./dez., 2002.

MUÑOZ, Andrea Elena Pizarro. *Regionalização para o planejamento e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul*. 2007. (Dissertação de Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. *A natureza do agronegócio no Brasil*. Brasília: Cartilha da Via Campesina, 2005.

\_\_\_\_\_. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. *RS em mapas e dados: Bases georreferenciadas para a comparação do desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos entre 1966 e 2006*. FEE/UNISC: Porto Alegre, 2007. CD-ROM.

PECQUEUR, Bernard. *A guinada territorial da economia global*. Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política, PPSP UFSC, 2009.

\_\_\_\_\_. *Qualite et développement: L'hypothèse du panier de biens*. In: SYMPOSIUM SUR LE DÉVELOPPEMENT REGIONAL. INRA-DADP: Montpellier, 2000.

PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. (Org.). *Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). *Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: UFBA, 2008.

RICARDO, David. *Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital*. In: NAPOLEONI, C. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

RODRIGUES, Roberto. *Um só discurso*. São Paulo: Revista Agroanalysis, maio 1999.

RUFINO, José Luís dos Santos. *Origem e conceito do agronegócio*. Informe Agropecuário. Belo Horizonte: Epamig, v. 20, n° 199, jul./ago, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Espaço e sociedade: ensaios*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Revista Território. Rio de Janeiro, ano IV, n.6, p. 5 -20, jan/jun, 1999.

\_\_\_\_\_. *O papel ativo da Geografia – um manifesto*. In. XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2000, Santa Catarina. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2000.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DO RIO GRANDE DO SUL. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=26>>. Acesso em 12 nov. 2012.

SENE, Eustáquio de. *Globalização e espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. *O que é questão agrária?* 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. *Tecnologia & Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

STROHAECKER, T. M. et al. *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB-PA, 1998.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TADESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. *Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã, SP*. 2006. (Tese de Doutorado) - UNESP, Jaboticabal, 2006.

THEIS, Ivo Marcos (Org.). *Desenvolvimento e território: questões teóricas evidências empíricas*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2008.

VEIGA, José Eli da. Política agrícola diferenciada. In: TEIXEIRA, E. C.; VIEIRA, W. C (Org.). *Reforma da política agrícola e abertura econômica*. Viçosa-MG: Universidade Federal de Viçosa, 1996.

VIEIRA, Euripedes Falcão. *Geografia econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra, 1993.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2002.

\_\_\_\_\_. *História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed.Unijuí, 1997.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. Brasília: UnB, 2000.